

cadernos do

terceiro mundo

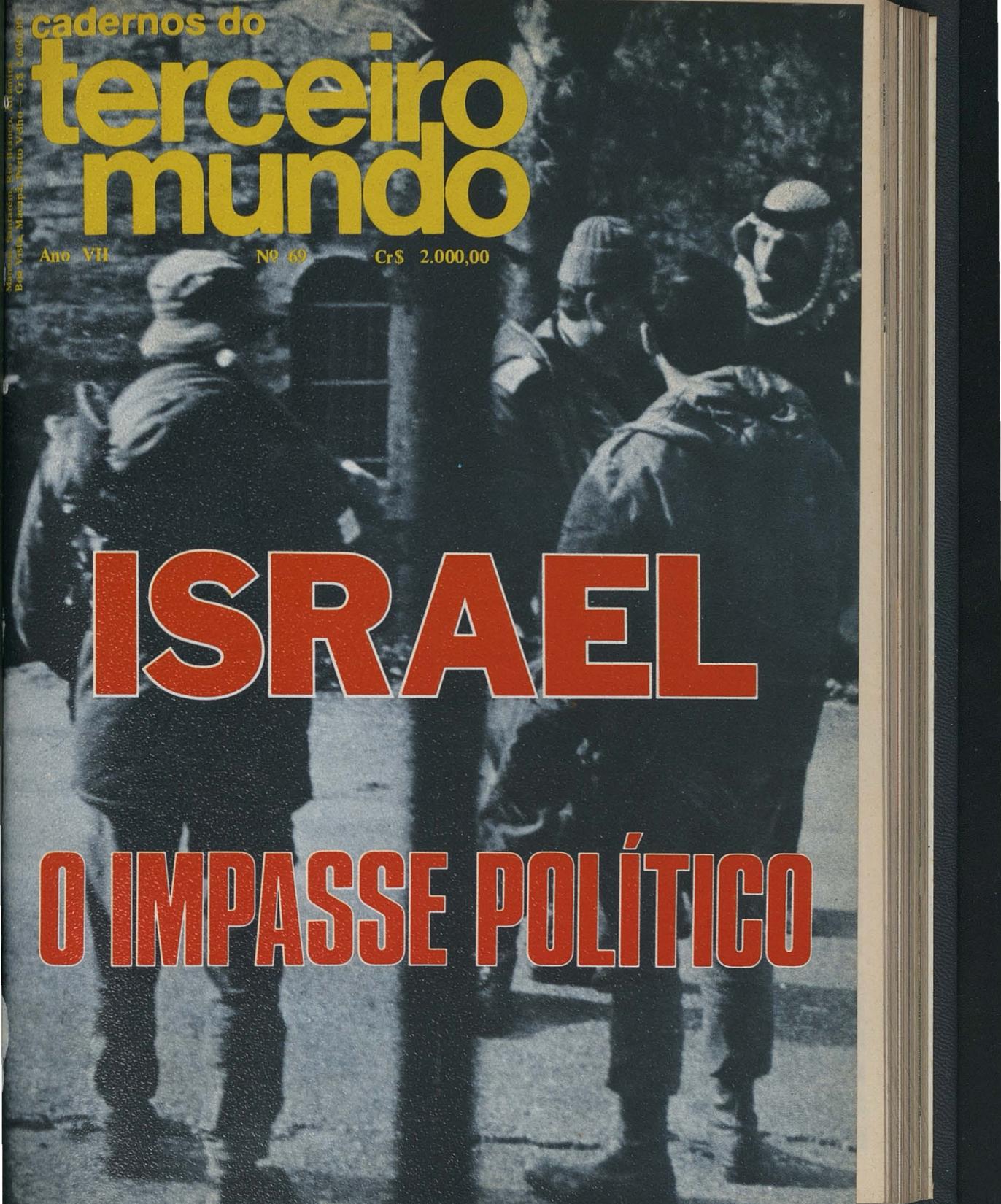
Ano VII

Nº 69

Cr\$ 2.000,00

ISRAEL

O IMPASSE POLÍTICO



Manoel de Barros, São Paulo, SP
Boa Vista, Manaus, Porto Velho - Cr\$ 2.600,00

Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

O dilema israelense

O resultado das últimas eleições em Israel não provocou apenas um impasse entre trabalhistas e direitistas. O veredito das urnas mostrou também um crescimento surpreendente do eleitorado de extrema direita, cujas propostas políticas no final das contas não diferem muito daquilo que os judeus tanto censuram em Adolf Hitler. As apurações mostraram o impasse que atinge a sociedade israelense como um todo. Ela se vê hoje diante da alternativa de atender às reclamações históricas dos palestinos e assim buscar um convívio não violento com os países árabes vizinhos ou agravar o estado de guerra existente desde 1948 e que acabou por provocar a guinada mais à direita da sociedade israelense. Neste número, a reportagem de capa analisa o quadro político resultante das eleições em Israel e as consequências que a nova situação criará para a questão dos territórios ocupados. O líder palestino Yasser Arafat explica como a OLP está caminhando para a reunificação e o jornalista argentino Jacobo Timmerman, um judeu sionista, depois de viver em Telavive, afirma num livro (do qual publicamos alguns trechos) que Israel se tornou uma sociedade autoritária. E pergunta: "O que é que transformou os judeus em criminosos tão eficientes?". O especial desta edição é sobre a crise religiosa na América Central. Um exame dos reflexos da dramática realidade da região dentro da igreja católica, e do papel de centenas de seitas e movimentos religiosos patrocinados por investidores norte-americanos, que tentam levar os camponeses centro-americanos a acreditar que "Cristo está contra a revolução".

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett+

Revista Mensal nº 69
Agosto - 1984
Preço de Capa: Cr\$ 2.000,00
Nºs atrasados: ao preço do último exemplar

• **Edições em português**

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Administração
Marinete Silva

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samaral (editor de arte)
Sônia Freitas/Miguel Efe

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas
Eunice H. Senna
Jessie Jane V. de Souza

Composição
Ronaldo Fonseca

Depto. de Circulação, Assinaturas e Promoção
Henrique Menezes
Inácio dos Santos
Macário Costa

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cambrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 - CEP 05033
Josemar Pinheiro Silva
Rua Tamandaré, 1 - Sala 1
65000 - São Luís (Maranhão)
Horacio Verbitsky
Lavalle 1282 - 1º piso
oficinas 12 y 14
Tel.: 358194
Buenos Aires, Argentina
Fernando Reyes Matta
Casilla 16637 - Correo 9
Providencia - Santiago, Chile
Rafael Romagosa
Apartado 270031, Lima 27 - Peru

Fotolito e Impressão
Ehano Gráfica e Editora Ltda.
Rua Gal. Bruce, 799
Tels.: 580-4476/580-4326

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 7.195 - P. 209/73

ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Editor
Artur Baptista

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Alice Nicolau
Guiomar Belo Marques

Documentação e Arquivo
Cristina Assis

tricontinental editora Ltda.
Calçada do Combro, 10/10
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200
telex 42720 CTM TE P

Representantes
Angola
Luis Henriques, CP 3593 - Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua do Kongwa, 153 - Maputo

• **Edições em espanhol**
MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
Calle California, 98A - Coyoacán
México, 21 DF - telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÓMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 - Peru - Telefone: 724-712

• **Edições em inglês**
ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belgrave

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLÓMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones-sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil. RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sandip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - News World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 14th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portuaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GR-ÉBRETTANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Pasi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D. F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: IMELSA, Managua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Paraméña, S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Rumsamka, Camaná 879, Lima 1. PORTUGAL: Dijornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Terulia, Amalia Marin Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th Inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr 36, 2800 Bremen. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUECIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S. A. Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S. A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet), Dialogo Nord/Sud (Itália), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Capa: Mariano

LEITOR: Você é indispensável na divulgação de nossa revista. Mostre CADERNOS aos amigos e participe desta promoção.

ARRANJE 3 ASSINANTES E GANHE UM BRINDE

Escolha entre: ● uma assinatura grátis para você ou de presente a um amigo(a), ou ○ 3 (três) livros da "Estante do Terceiro Mundo" constante desta edição

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Agência Central) no valor correspondente a 3 assinaturas. Não deixe de escolher o seu brinde no cupom próprio.

CUPOM DO BRINDE

Desejo receber uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo (Cr\$ 19.200,00). Remeto cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou vale postal no valor acima. 69

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo (Cr\$ 19.200,00). Remeto cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou vale postal no valor acima. 69

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de cadernos do terceiro mundo (Cr\$ 19.200,00). Remeto cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou vale postal no valor acima. 69

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Por conseguir mais três assinaturas de cadernos, pelas quais remeto Cr\$ 57.600,00 em cheque nominal ou vale postal à Editora Terceiro Mundo Ltda., tenho direito a receber: () Uma assinatura anual de cadernos ou () três livros da Estante do Terceiro Mundo: códigos () () e (). 69

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

estante do terceiro mundo

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 69, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

● Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

● Comprador: não-assinante
 já assinante
 assinante novo:
 estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data / /

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 5% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 10% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 20% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito a desconto especial de assinante (até 25%) desta seção.



MICROFÍSICA DO PODER

de Michel Foucault

O tema central é a questão do poder nas sociedades capitalistas, sua natureza, seu exercício em instituições e sua relação com a produção da verdade. Foucault mostra a existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas e indispensáveis à sua sustentação.

295 pág.
E-41 Cr\$ 12.500,00



APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO

de Louis Althusser

O que distingue os AIE (Aparelhos Ideológicos de Estado) do Aparelho (repressivo) do Estado, é a seguinte diferença fundamental: o Aparelho repressivo do Estado "funciona através da violência" ao passo que os AIE "funcionam através da ideologia". Althusser relaciona e analisa vários AIE como por exemplo: AIE religiosos, AIE escolar, AIE familiar, AIE de informação e AIE cultural.

126 pág.
E-42 Cr\$ 5.500,00



PERSPECTIVAS E DILEMAS DA EDUCAÇÃO POPULAR

Org. Vanilda Paiva

Esta coletânea reúne textos que abordam criticamente importantes problemas da educação do Brasil de hoje. Colocando em questão a evolução sofrida pelo conceito de educação popular na última década, seus ensaios tratam tanto dos programas do Estado voltados para a população adolescente e adulta quanto dos problemas com que se defronta o ensino de 1º grau.

325 pág.
E-43 Cr\$ 12.500,00

- 6 Cartas
- 9 Panorama Tricontinental
- 17 Editorial – O triunfo dos duros e a derrota do realismo

- 19 Matéria de capa – Israel: O impasse político
- 20 Israel: Outra eleição para romper o impasse, *Neiva Moreira*
- 25 Cisjordânia-Gaza: Resistir por todos os meios, *Beatriz Bissio*
- 31 Palestina: Arafat: “Temos um oásis democrático no deserto”,
Alberto B. Mariani
- 33 Negociar com dignidade, entrevista com o bispo palestino,
monsenhor Ibrahim Ayyad
- 39 Israel: As sequelas da guerra do Líbano

América Latina

- 46 El Salvador: A unificação do comando guerrilheiro
- 49 Costa Rica: Uma democracia questionada, *Rodrigo Jaubert*
- 52 Guatemala: Uma manobra política, *Otoniel Martínez*

África

- 55 Tanzânia: Em tempo de mudanças, *Carlos Castilho*
- 59 Guiné-Bissau: Cooperação privilegiada com Portugal e Brasil,
entrevista com o presidente Nino Vieira,
Carlos Pinto Santos
- 63 Moçambique: SADCC apóia feira internacional

Cultura

- 66 Ubaldo Ceballos – Uma nova concepção dos quadrinhos,
Etevaldo Hipólito
- 71 Manlio Argueta – Um combatente da narrativa, *René Capriles Farfán*
- 73 Notas
- 74 Livros do Terceiro Mundo

Comunicação

- 76 Paraguai: Panorama sombrio para a liberdade de expressão
- 78 Notas

Economia

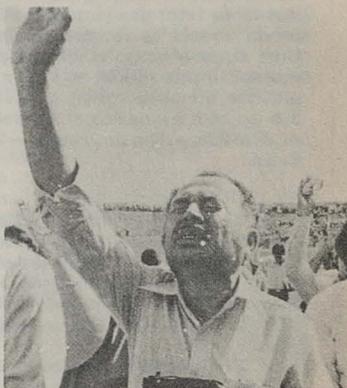
- 79 Açúcar: O preço amargo da crise
- 81 As transnacionais e o “apartheid”
- 83 Especial – A questão religiosa na América Central
- 84 Nicarágua: A política da igreja
- 87 Os “profetas” do anticomunismo na América Central,
Debora Huntington
- 96 Humor: Mariano



O presidente Nino Vieira



Açúcar: preços em queda vertiginosa



Seitas: A manipulação da fé

Cartas

Cartas do Mês

Atendendo ao apelo do ANC publicado como carta do mês na nossa edição de junho passado (nº 67) no sentido de se enviarem mensagens às autoridades de Pretória exigindo a suspensão da pena de morte decretada contra o jovem militante Malisela Benjamin Moloise, um grupo de jovens brasileiros encaminhou uma carta em duas vias ao primeiro-ministro Pieter Botha e ao presidente Marais Viljoen. A equipe dos cadernos do terceiro mundo fica muito confortada em constatar mais uma vez que o seu trabalho — como é o nosso objetivo — permite criar um elo entre os países e povos do Terceiro Mundo. Elo que, neste caso, serve para fortalecer a campanha internacional em defesa da vida de um preso político condenado à morte.

Eis aqui o texto da carta dos jovens brasileiros:

Salvar a vida de Malisela Moloise I

São Paulo, 28 de junho de 1984

Mr. Pieter W. Botha
Mr. Marais Viljoen
Parliament Building, Cape Town

Drogas: um problema do capitalismo

1) cadernos está de parabéns pela excelente matéria de capa do mês de junho (nº 67), "Drogas — um dos maiores desafios do nosso tempo". Lendo essa matéria, tomei conhecimento de fatos que jamais ficaria sabendo através de revistas burguesas. Uma coisa é certa: as drogas estão profundamente ligadas ao sistema capitalista, afinal de contas o capitalismo também é uma droga! Antonio V. de Almeida — Rio de Janeiro — RJ — Brasil.

2) Quero parabenizá-los pela excelente edição do nº 67 de cadernos. A matéria sobre "Drogas" esclareceu muito a respeito da proporção a que chegou o crime organizado o que, aliás, só é possível nos países capitalistas.

P. S.: Aproveito a oportunidade para agradecer a publicação da minha

6 - terceiro mundo

South Africa

Respeitosamente, estamos nos dirigindo a Vossa Excelência na esperança de que o governo e os magistrados de seu país poupem a vida de alguém, a vida de Malisela Benjamin Moloise, que se encontra numa prisão de Pretória aguardando uma ordem de execução.

Esta nossa atitude de solidariedade tem como motivação o nosso profundo amor pela vida e pela liberdade da pessoa humana.

Somos jovens estudantes, da Escola Estadual de 1ª e 2ª Graus "Dom Duarte Leopoldo e Silva", que, voluntariamente, incluímos em nossos cursos de História e Geografia, durante este último semestre, alguns estudos sobre a África Meridional e, muito especialmente, sobre alguns dos problemas da Namíbia.

Consideramos que, como brasileiros que somos, não podemos deixar de nos interessar pelos atuais problemas africanos e, muito menos, deixar de expressar a nossa solidariedade aos nossos irmãos da África, quando esta se faz necessária.

Neste momento difícil para os povos da Namíbia e da África do Sul, mais uma vez, solicitamos de vossas

excelências que não tirem a vida de Malisela Benjamin Moloise.

Antecipadamente gratos pela atenção de Vossa Excelência, Simone Gomes Antunes — 15 anos; Fábio Tavares Gatti — 15 anos.

Seguem-se mais 47 assinaturas de jovens entre os 14 e 18 anos.

Salvar a vida de Malisela Moloise II

Eu gostaria de fazer certas observações sobre o comportamento estranho da grande imprensa internacional. Acho um enorme paradoxo a ênfase com que são dadas as notícias sobre o físico soviético Andrei Sakharov e nem uma linha sobre o patriota sul-africano Malisela Moloise. O soviético nem condenado à morte está, enquanto Moloise está, e nenhum Mitterrand da vida se preocupa com a sua saúde. O que indica que a imprensa ocidental usa com os dois presos, duas medidas.

Eu queria dar uma idéia às pessoas que leram o apelo do ANC em favor da vida de Moloise, que fizessem documentos com assinaturas e entregassem na embaixada da África do Sul, a fim de pressionar as autoridades de Pretória. Júlio César Lobo — Rio de Janeiro — RJ — Brasil.

carta; no entanto devo esclarecer que não fui diretor da UNE como foi publicado e sim, diretor do patrimônio da União Estadual dos Estudantes do Rio de Janeiro (UEE), no período 82/83. Luiz Claudio Duarte — Campos — RJ — Brasil.

3) (...) Li atentamente a matéria sobre drogas e gostei muito, embora ache que deveria ser mais abrangente, abordando, por exemplo, o uso das drogas na medicina. (...) São poucos os órgãos de informação que criticam a indústria de cigarros, bebidas e outros produtos prejudiciais à saúde, pois sabemos que esses são os principais sustentadores econômicos da maioria dos meios de comunicação. Henrique de Souza Miranda — São João da Boa Vista — SP — Brasil.

SADCC: um grande passo

Desejo manifestar minha grande admiração aos cadernos pela sua ár-

dua tarefa de levar informação de bom nível aos países do Terceiro Mundo. (...) Em especial, cumprimento a revista pela matéria de capa do nº 66, sobre a integração econômica na África (SADCC), cujo texto revela a dura luta dos povos da África Austral pelo desenvolvimento e soberania nacional. É claro que uma iniciativa deste nível só poderia receber ferrenha oposição do regime racista do *apartheid*, sedento pela manutenção da grande dependência econômica a que os nove países membros da SADCC ainda estão submetidos em relação ao posto avançado do capitalismo na África. Contudo, a iniciativa de criação da SADCC é um grande passo para a quebra da hegemonia do regime de Pretória na região, o que poderá fertilizar a luta dos povos africanos pela independência final através da construção do socialismo. Mauro Pereira Porto — João Pessoa — PB — Brasil.

A Revolução dos Cravos dez anos depois

Gostei da panorâmica, muito completa, sobre a SADCC (nº 66). (...) Quanto à Revolução dos Cravos, obra conjunta dos patriotas africanos e dos antifascistas portugueses, eu considero que, por um lado, ela teve continuidade nos países africanos libertados do colonial-fascismo português, mas por outro lado, está quase completamente destruída em Portugal. Além disso, eu penso que nenhum dos três objetivos principais da Revolução foi alcançado verdadeiramente. Quanto a democratizar, o que aconteceu é que a chamada democracia resume-se ao governo de uns dirigentes de uns partidos completamente isolados (os dirigentes, principalmente) do povo. (...) Quanto a descolonizar, também esse objetivo não foi ainda alcançado completamente — não nos podemos esquecer de Timor Leste. Aí, a situação não só não melhorou como ainda por cima se agravou.

Quanto ao objetivo do desenvolvimento, na realidade Portugal é um dos países em vias de subdesenvolvimento. É a crise mundial, é a subida do petróleo, é o dólar etc. Desculpas, tudo conversa fiada! O que Portugal não tem é falta de recursos. Há recursos para desenvolver o país, basta usá-los inteligentemente e a serviço da Nação.

Então, o que nos ficou da Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974? Foi a Liberdade e as chamadas conquistas de Abril, nomeadamente as nacionalizações e a reforma agrária. Porém, os governos posteriores a 1975 têm vindo a destruir estas conquistas revolucionárias. Muitas terras têm sido entregues aos antigos latifundiários e tudo é feito para inviabilizar as Cooperativas e Unidades Coletivas de Produção. Quanto às nacionalizações, o panorama é semelhante: os governos têm feito tudo para tornar inviáveis as empresas nacionalizadas, notadamente através da nomeação de administradores que fazem esforços para levar essas empresas à falência, em vez de as fazerem progredir. O passo seguinte para a destruição das nacionalizações foi a abertura dos setores básicos (nacionalizados) da economia à iniciativa privada, mais precisamente, ao grande capitalismo transnacional. Ernesto Cabral — Lisboa — Portugal.

Importância histórica

(...) Não poderia deixar de ratificar o pedido do leitor Hélio de Carvalho (cadernos nº 64) para publicarem uma matéria sobre o episódio de Canudos. A existência de Canudos revela, em nossa história, que o povo nem sempre ficou alheio à ação da oligarquia dominante. Oriunda de uma doutrina messiânica, divulgada por Antônio Conselheiro, caminhou — como não poderia deixar de ser, em função da opressão dominante — para uma real experiência de sobrevivência moldada em um sistema socialista, semelhante a um comunismo primitivo. Fatos como esse sempre existiram no transcorrer da história brasileira. Alguns ficaram famosos (...), como o episódio do Quilombo dos Palmares, o de Canudos ou da República Guarani, e outros não, como a Guerra do Contestado, no início do século atual, que acredito ainda seja desconhecida de muita gente. (...) Assim, sugiro matérias sobre os temas acima citados, como sobre outros, também de valor histórico. Álvaro de Oliveira, Rio Claro, SP, Brasil.

Parabéns

Parabéns à direção de cadernos, pela oportunidade de escolha, por tornar a leitura um instrumento muito mais útil e ao mesmo tempo um agradável entretenimento. Fábio Martins — Fortaleza — CE — Brasil.

Informação e análise

Confesso que fiquei surpreso ao travar contato pela primeira vez com cadernos do terceiro mundo. Imaginava esta publicação como sendo mais uma, entre tantas que existem por aí, que se limitam tão somente a jogar para o leitor informações muitas vezes tendenciosas. Enganei-me redondamente, pois encontrei uma revista que além de informar, analisa os fatos a fundo, pondo o leitor a par de todas as nuances que englobam o assunto, alvo da reportagem. Sendo estudante universitário, sinto a necessidade de estar informado sobre o que ocorre no mundo, em especial no Terceiro Mundo. (...) Os problemas do Terceiro Mundo são muitos e somente se poderá resolvê-los se estivermos a par das conjunturas que envolvem os mesmos. José Luiz C. Apollonio — Belém — PA — Brasil.

Mártires latino-americanos

(...) Proponho que cadernos faça uma reportagem completa sobre os mártires e os grandes lutadores ou mesmo uma edição especial sobre os "vultos" que dedicaram suas vidas pela libertação da América Latina. Tais como: Mariátegui, Sandino, Martí, Guevara, Allende, San Martín, Bolívar. Com isso em mãos, principalmente nós, jovens, estaríamos engrossando o nosso conhecimento sobre as lutas que até hoje se travam em busca da liberdade. E que possivelmente travaremos num futuro próximo. João Luiz dos Santos — Penapólis — SP — Brasil.

Intercâmbio editorial

Recentemente, tivemos oportunidade de conhecer cadernos. Nos interessaria muito receber sua revista regularmente, em intercâmbio com a nossa publicação *Homines*. Nossa revista estuda problemas e correntes do pensamento da atualidade porto-riquenha, caribenha, continental e internacional no campo das Ciências Sociais. Aline F. De Alzérreca (diretora da revista *Homines*) — Universidade Interamericana de Porto Rico.

Alcoolicismo

(...) Sugiro que esse veículo de comunicação, incansável porta-voz dos países subdesenvolvidos, elabore uma reportagem sobre o alcoolicismo, uma doença reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (O.M.S) e que vem se propagando a passos largos, principalmente nos países de menor renda, como os do nosso pobre Terceiro Mundo. (...) Gostaria também de expressar os meus sinceros parabéns à magnífica obra dos "Alcoólicos Anônimos", que só no Brasil já conta com mais de 2.500 grupos! Francisco A. Otaviano — Brasília — DF — Brasil.

Coragem e independência

(...) Quero parabenizar toda a equipe que compõe essa editora pela coragem e independência com que tratam temas importantíssimos para a formação de uma consciência crítica e revolucionária, temas esses que quando não escondidos pela grande imprensa (burguesa), são tratados de uma maneira muito superficial. José Fernandes do Nascimento — João Pessoa — PB — Brasil.

Cartas

Excelente qualidade

A Juventude Socialista do PDT de São Bernardo do Campo, São Paulo, vem através desta agradecer pela excelente qualidade desta publicação. (...) Gostaríamos de deixar um abraço a todos os companheiros da redação de **cadernos do terceiro mundo!** Juventude Socialista do PDT - Rua Américo Brasiliense, 68/sala 5 - São Bernardo do Campo - SP - Brasil.

Comercialização do esporte

Gostei muito do tema sobre os Jogos Olímpicos (nº 67) e fico muito triste com a perda do verdadeiro sentido de uma Olimpíada. Deixou de ser uma luta leal, competitiva e emocionante, entre os que não fazem a guerra, para ser guerra fria, calculista, de interesses políticos e financeiros unilaterais. Como nos últimos Jo-

gos Olímpicos, em que foi comercializado cada metro da pista onde vai passar a Tocha Olímpica. E aproveitando o assunto, venho fazer uma crítica ao tratamento que é dado ao nosso esporte, que é comercializado como qualquer produto de consumo. Propagandas em camisas, financiamentos e concessões a técnicos e atletas ou equipes fazem com que se inflacione o nosso esporte e que seja privilégio de poucos e superdotados atletas. **João B. de Araújo Filho - João Pessoa - PB - Brasil.**

Reunificação do PC indiano

Não me lembro de ter visto nos **cadernos** nenhuma reportagem sobre a reunificação, em abril de 82, dos dois partidos comunistas da Índia. Na minha opinião, seria um bom assunto, já que esse belo exemplo interessa

aos comunistas de todo o mundo, inclusive do Brasil. Essa reportagem poderia incluir, também, um pequeno histórico do comunismo indiano, da fundação do PC até nossos dias, seus resultados eleitorais, sua cisão em 1964, e sua situação nos estados onde os comunistas estão no poder. **Marcelo H. de Barros Madeu - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.**

Receber "cadernos"

Estamos vivamente interessados em receber **cadernos do terceiro mundo**, pelo quê muito agradeceríamos esse gesto. Sua publicação passaria a fazer parte da biblioteca de nossa associação, a qual é de caráter não lucrativo e com um elevado espírito de serviço e solidariedade social. **Círculo Cívico Melchor Ocampo - Ciudad Guzmán - Jalisco - México.**

Intercâmbio

Bernardita Astorga Sepúlveda
Casilla 356 - Correo Central
Valparaíso - Chile

Sanda Kyamuangana
ENANA-ISEE/Aeródromo do Nizeto
Nizeto - Zaire - República Popular de Angola

Barros Alves
C. P. D-5 - Maranguape - CE
CEP.: 61.900 - Brasil

Eurico Scaramussa
C. P. 497 - Centro - Vitória - ES
CEP.: 29.000 - Brasil

Marlene Maria Woll
Garibaldi, 902/306 - Porto Alegre
RS - CEP.: 90.000 - Brasil

Inocência H. Molares da Cruz
Bairro Comandante Nelito Soares
Ex-Terra Nova - Rua do Minho, casa
N-78 - Luanda - Angola

Henrique A. Cândido de Carvalho
Bairro Comandante Valódia - Rua
Sebastião, casa 77 - Luanda - Angola

Manuel Miguel
C. P. 520 - Benguela - Angola

Lussevi Kueno Kinavuidi
C. P. 10685
Luanda - Angola

8 - terceiro mundo

Manuel Taves
C. P. 10.421 - B. G.
Luanda - Angola

Horácio Rungo
A/C de Eduardo Oliveira
Bairro Manhane - Matola - Av. Abel
Baptista Talhão, 1216 - Maputo
Moçambique

João Luiz dos Santos
Av. Maria Lucia, 682 - C. P. 423
Penápolis - SP - CEP.: 16.300
Brasil

Eufrásia Ermelina Dias
Rua Dom João Moura, 432
Engenho do Meio - Recife - PE
CEP.: 50.000 - Brasil

Jacinto Ernesto Cuna
C. P. 81 - Nampula - Moçambique

Rudinaldo Silva de Souza
Rua José de Castro Lima Fº, 54
Vila Diva - São Paulo - SP
CEP.: 03.276 - Brasil

Armando Alberto João
C. P. 16.219 - Luanda - Angola

Sebastião Matias Francisco
C. P. 1.119 - C - Luanda - Angola

Lucamba Magalhães
Caixa Postal 318 - Waku Kuango
Cela - Angola

Amauri Nencvé
Rua do Pirizal s/nº - Bateias
Campo Alegre - SC - CEP.: 89.294
Brasil

João C. Manuel Figueiredo
C. P. 458 - Huambo - Angola

Joaquim de Assis
Av. João Evangelista, 113 - Bairro
Santa Matilde - Conselheiro Lafaiete
MG - CEP.: 36.400 - Brasil

José C. Apollonio
Conjunto Valparaíso - Quadra 9
casa 48 - Coqueiro - Ananindeua
Belém - PA - CEP.: 67.000 - Brasil

Arno José Pellenz
Rua Ten. Jung 802 - Centro - Santo
Cristo - RS - CEP.: 98.960 - Brasil

Francisco Domingos Simão Borges
Rua da Vaidade, 249 - C. P. 427
Luanda - Angola

Sergio Inacio Hobi
Rua Mario Beni, 148/01 - Itanhaem
SP - CEP.: 11.740 - Brasil

Domingos Quiteque "Yoko"
C. P. 5002 - Luanda - República
Popular de Angola

Domingos José Borges
Rua 110 - Bairro Rangel - C. P. 1934
Luanda - Angola

Uruguai: A democracia está próxima

□ "As ditaduras sempre são fortes até a véspera". A frase, atribuída ao *raís* egípcio Gamal Abdel Nasser, é oportuna para ser aplicada à situação uruguaia, onde um regime militar considerado dos mais "duros" da América Latina acaba de pactuar seu próprio fim em negociações com os dirigentes políticos e em um quadro de intensas mobilizações cívicas pelo rápido restabelecimento da democracia.

Depois de haver sustentado durante cinco anos que só voltariam aos quartéis se a sociedade aceitasse uma nova ordem

jurídica que legitimasse sua tutela sobre quase todos os aspectos da vida política e econômica, as forças armadas concordaram na realização de eleições gerais em novembro próximo com a participação da coalizão de esquerda Frente Ampla, a redação de uma nova Constituição a ser submetida a plebiscito em novembro de 1985, a "liberdade antecipada" da maioria dos presos políticos, a submissão das autoridades militares ao presidente civil e a atribuição de funções meramente de assessoria ao até agora todo poderoso Conselho de Seguran-

ça Nacional (CSN).

Em contrapartida, os partidos políticos aceitaram a vigência transitória de alguns dos atuais Atos Institucionais (que poderão ser revogados pela nova Constituição), e admitiram que em caso de "estado de insurreição" (uma fórmula similar à do estado de sítio) a tão criticada justiça militar poderá ter jurisdição sobre os civis e algumas garantias constitucionais poderão ser suspensas, mas sob estrito controle parlamentar.

A Convenção do Partido Colorado e o plenário da Frente Ampla já aprovaram o texto negociado por seus delegados com os militares. O diretório do Partido Nacional, que não participou das negociações em protesto pela prisão de seu candidato à presidência, Wilson Ferreira Aldunate, pronunciou-se contra o acordo. Nos próximos dias, a justiça militar deverá expedir sua sentença sobre o "caso Ferreira".

A intransigência dos "blancos" ameaça a unidade da frente opositora, concretizada na comissão "Multipartidária" que decide as linhas comuns de ação de todas as forças políticas e coordena com a "Intersocial" (sindicatos, organizações estudantis, grupos de defesa dos direitos humanos e algumas organizações empresariais) as mobilizações pelo restabelecimento da democracia.

Uruguai: primeiro as ruas e praças; em breve, o governo



René Cabrales

A Frente Ampla também tem motivos para se declarar insatisfeita, já que continua a proscrição de vários de seus partidos membros (o Partido Comunista, o Movimento Pátria Grande, o Partido pela Vitória do Povo, Movimento 26 de Março e outras organizações menores consideradas "marxistas" ou "subversivas" pelo regime) e de todos os dirigentes processados pela justiça militar, inclusive aqueles que já cumpriram as penas, como o próprio presidente da coalizão, general Líber Seregni. Contudo, Seregni afirma que "em primeiro lugar está o país, depois os partidos e por último os homens", argumentando em favor do acordo que ele mesmo ajudou a concretizar ao utilizar seu prestígio pessoal em favor da negociação, embora sem deixar de lado a reivindicação da anistia total.

Do seu exílio em Buenos Aires, o secretário-geral do Partido Comunista, Rodney Arismendi, reafirmou essa posição, ao declarar que "ou terminamos com a ditadura em novembro pelo caminho da luta e da negociação ou permitimos que a ditadura prorrogue a data das eleições com propósitos continuístas".

Na opinião de Arismendi, "a luta continuará (depois das eleições) para varrer os restos do fascismo que tentarão se manter como espinhos venenosos".

A iminência das eleições com sua correspondente rivalidade interpartidária é propícia para as acusações mútuas e os debates inflamados, mas os dirigentes de esquerda estão muito cautelosos em suas réplicas às críticas dos líderes "blancos", convencidos da necessidade de restabelecer a frente oposicionista e mantê-la depois de novembro para garantir o futuro da democracia emergente.

10 - terceiro mundo

Argentina: autocrítica do ERP



Os erros estratégicos da guerrilha do ERP na Argentina

□ Militantes presos do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e do Exército Revolucionário do Povo (ERP) divulgaram uma auto-crítica na qual qualificam como "grave erro político" a decisão de continuar a luta armada durante o governo constitucional de 1973. Esse erro "conferiu aos golpistas de 1976 um pretexto para derrubar a democracia e desencadear uma sanguinária campanha repressiva contra todo o povo e não só contra as organizações armadas".

O texto considera que "a causa desse grave erro estava em nossa inexperiência, nosso escasso conhecimento da história e da estrutura de nossa sociedade, assim como na insuficiente inserção no movimento popular que nos permitisse compreender a fundo as aspirações e pontos de vista predominantes no povo. Essa nossa limitação nos levou também a uma opinião equivocada sobre a natureza das mudanças necessárias em nossa pátria. Isso nos isolou de nossos

aliados naturais no campo nacional".

Referindo-se aos golpes militares anteriores, o documento recorda "que também em 30, em 55, em 62 e em 66 teve-se que suportar o golpe autoritário com suas consequências de terror, cárcere, torturas e mortes, embora em nenhuma dessas oportunidades existisse um movimento guerrilheiro".

O ERP foi a segunda maior organização guerrilheira depois dos Montoneros. Seu líder, Roberto Santucho foi morto pelos militares em junho de 1976 e a organização destruída poucos meses depois.

Ao explicar porque escolheram a via armada, os ex-militantes do PRT e do ERP sustentam que fazem parte de uma geração que desde 1955 "viu fechado o seu acesso à vida política por golpes militares cada vez mais repressivos", recordando "a época das proibições políticas, das intervenções nos sindicatos, da entrega das riquezas naturais e do fortalecimento político da oligarquia".

México: pesticidas e suas consequências

□ As estatísticas sobre os casos de envenenamento de trabalhadores rurais pelo uso de inseticidas químicos não levam em conta outros casos menos manifestos, como o câncer, abortos prematuros, deformações genéticas, alterações sexuais e males hepáticos, segundo um relatório divulgado pela Organização Internacional de União de Consumidores (Iocu). A Iocu divulgou no México recentemente um estudo que aprofunda as pesquisas anteriores da Organização Mundial da Saúde (OMS), que falava de meio milhão de camponeses envenenados ao ano pelo mau emprego de pesticidas.



Agrotóxicos: venenos potenciais

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (Pnuma), cerca de 60 mil produtos químicos de uso comum são venenos potenciais

para os trabalhadores rurais, porém a maior parte da informação sobre eles está fechada no arquivo dos fabricantes e em alguns institutos acadêmicos, mas não é divulgada aos trabalhadores expostos ao seu contato.

Nenhum dos pesticidas é inofensivo, afirmam os peritos, e alguns são sem dúvida mais prejudiciais do que outros. O conhecido DDT, proibido nos Estados Unidos em 1970 e em outros países industrializados, é exportado ou produzido em nações do Terceiro Mundo. Foi comprovado que o DDT, fabricado pela *Union Carbide, Bayer, Shell e Hoechst*, entre outras, produz leucemia, hepatite e alteração nos hormônios sexuais.

Por outro lado, o dióxido 245-T Orange, conhecido como "agente laranja", desfolhante utilizado pelos militares norte-americanos no Vietnã, provoca câncer pulmonar, abortos em mulheres e animais. Na Venezuela foi a causa direta do nascimento de crianças deformadas e no Brasil foi-lhe atribuída, em dezembro passado, a morte de 17 pessoas.

Aldrin, Clordano, Heptaclo-ro, Kepone, Paragat, Nitrofe-no, Toxapene, Mirex, Lindano, são outros nomes destas substâncias tóxicas que chegam ao consumidor em invólucros que não advertem sobre sua periculosidade. Muitos desses produtos estão proibidos ou com uso muito restrito nos seus países de origem. Mais de uma centena deles estão pros- critos nos Estados Unidos, país onde se comprovou uma dramática relação entre os nascimentos de crianças mental- mente retardadas e o aumento

dos pesticidas e produtos químicos venenosos.

Estudos da Iocu afirmam que em 1952 nasceram 20 mil crianças retardadas nos Estados Unidos, cifra que se elevou para 60 mil em 1958, 126 mil em 1964 e meio milhão em 1968. Um especialista norte-americano, o doutor Roger Williams citado pela Iocu, tenta que atualmente nasce uma criança retardada mental para cada oito normais nesse país.

No Terceiro Mundo, não se conhecem muitas estatísticas sobre as consequências perniciosas dos pesticidas, mas existem várias denúncias a respeito da utilização de muitos que estão proibidos ou restringidos nos países de origem de seus fabricantes.

"Todos os trabalhadores nas plantações, inclusive aqueles que não manipulam diretamente os inseticidas, deveriam estar em condições de reconhecer os primeiros sintomas de envenenamento", afirma o médico Luis Díaz Cuadros, assessor do conselho municipal de um distrito rural próximo a Lima (Peru). "Infelizmente, os sintomas de envenenamento pela ação de inseticidas são diferentes para cada grupo de produtos químicos, ou seja, atacam o corpo humano de diferentes maneiras", acrescentou.

Os primeiros sintomas de envenenamento são: dor de cabeça aguda, fadiga, fraqueza, enjôo, suor, náusea, diarreia, perda de apetite, diminuição injustificada de peso, inflamação das articulações, irritação na pele ou nos olhos, nariz e garganta. Mas outros sintomas mais graves, que obrigam a recorrer a cuidados médicos imediatos são: salivação excessiva, gastralgia, suor excessivo, tremores, falta de coordenação muscular, contrações, visão anuviada e pele avermelhada ou amarelada.

Argentina/Chile: um acordo final em Beagle?

□ A decisão do presidente Raúl Alfonsín de convocar um plebiscito nacional sobre a questão do canal de Beagle foi uma manobra para antecipadamente neutralizar uma possível oposição política da parte dos setores ultra-nacionalistas da direita. Esta é a interpretação mais corrente nos meios políticos de Buenos Aires, onde a maioria dos partidos e o clero apoiaram a decisão de Alfonsín, enquanto vários militares ligados aos governos ditatoriais entre 73 e 83, manifestaram dúvidas sobre a natureza do acordo com o Chile, elaborado graças a uma mediação do Vaticano.

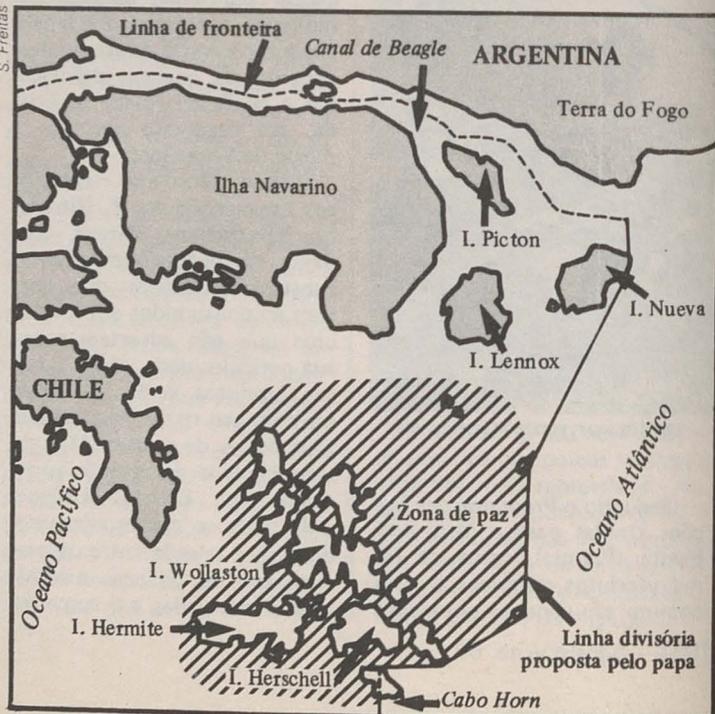
Até o começo de agosto o texto da proposta elaborada pelo papa João Paulo 2º ainda não era conhecido. A divulgação seria feita de forma conjunta tanto pela Argentina como pelo Chile, depois que os respectivos governos aprovassem o texto básico. O passo seguinte seria a votação do documento pelos congressos argentino e chileno que podem ratificá-lo ou não. Segundo informações não oficiais recolhidas no momento em que fechávamos esta edição, a proposta pontifícia dá ao Chile a soberania sobre três milhas de mar territorial no oceano Atlântico em troca do compromisso de nos próximos cinco anos evitar qualquer outra reclamação sobre limites ao longo dos cinco mil quilômetros de fronteiras entre os dois países. A sugestão da Santa Sé não satisfaz plenamente à Argentina que sempre defendeu o princípio bi-oceânico, segundo o qual o Chile deveria ficar apenas com o lado do oceano Pacífico sem qualquer extensão dos seus limites para

o Atlântico. Mas também não defende integralmente a posição chilena que reivindica uma possível extensão para até 200 milhas de mar territorial a oeste da Terra do Fogo.

A polêmica em torno da soberania no canal de Beagle surgiu em 1979, quando a Argentina contestou um laudo favorável às pretensões chilenas, elaborado pela coroa inglesa. O impasse levou os dois países do Cone Sul a um virtual estado de guerra que só não chegou às últimas consequências devido à intervenção do Vaticano que se ofereceu e foi aceito como mediador. A proposta da Santa Sé já é do conhecimento da Argentina e do Chile desde 1981, sem que os sucessivos governos militares de Buenos Aires tivessem se manifestado sobre ela até a ascensão de Alfonsín ao poder, no final do ano passado.

Depois da convocação do

plebiscito, o clero argentino em sua maioria apoiou a decisão do presidente Alfonsín, embora tenham surgido algumas interpretações de que a posição da Casa Rosada poderia significar uma eventual redução da autoridade pontifícia na questão de Beagle. Alguns setores do peronismo também levantaram dúvidas afirmando que ninguém poderia tomar uma posição sobre a consulta popular sem ter conhecimento antecipado da proposta do papa João Paulo 2º. O governo argentino disse que o plebiscito somente será realizado no mínimo um mês após a divulgação oficial do texto do acordo. Segundo a Casa Rosada, os resultados da consulta popular também não terão qualquer influência direta sobre a votação no Congresso, cuja liberdade de ação no problema foi reafirmada por Alfonsín. Mas é inegável que o voto popular exercerá um forte efeito político sobre os deputados e senadores argentinos. O governo militar do Chile recusou qualquer hipótese de realizar também um plebiscito.



Granada: o caos após a invasão

□ Mais de nove meses após a invasão de Granada por seis mil *marines* e 300 homens da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS), a situação econômica e política no país insular continua igual ou pior que a provocada pelo golpe militar de 19 de outubro do ano passado para derrubar o Governo Popular Revolucionário (PRG) de Maurice Bishop e que foi o estopim para a ocupação norte-americana.



A solução para a crise econômica da ilha só virá com uma definição do quadro político

O desemprego está calculado oficialmente em 33% mas os próprios funcionários do governo provisório admitem que o índice é de 50%. Centenas de jovens são vistos sentados nas calçadas de Saint Georges, a capital.

Dos 57 milhões de dólares prometidos pelos Estados Unidos como ajuda econômica

para os próximos anos, 19 milhões serão destinados à conclusão das obras do aeroporto internacional de Point Salines e só seis milhões serão investidos na recuperação da infraestrutura do país. A situação econômica preocupa empresários, políticos e banqueiros internacionais e todos parecem concordar que as soluções no plano econômico só poderão ser encaminhadas após uma definição na área política. Também aqui o quadro é complicado.

As eleições para o novo governo de Granada ainda não foram marcadas mas tanto funcionários do governo norte-americano quanto políticos granadinos têm ressaltado a urgência com que elas devem ser definidas a fim de se vislumbrar uma saída para a crise que o país atravessa.

Seis partidos disputarão as eleições: o Partido Trabalhista Unido de Granada (Gulp), direita, liderado pelo ex-primeiro-ministro Eric Gairy; o Partido Nacional de Granada (GNP), chefiado pelo ex-primeiro-ministro Herbert Blaize, que governou entre 1962 e 1967; o Movimento Patriótico Maurice Bishop (MBPM), facção do Novo Esforço Conjunto para o Bem-Estar, a Educação e o Trabalho (*New Jewel*) e liderado pelo ministro da Agricultura do Governo Popular Revolucionário (PRG), George Louison (o *New Jewel* foi o movimento com o qual Bishop assumiu o poder em Granada); o Partido Trabalhista Democrata Cristão (CDLP), de Winston White, ex-ministro do governo de Gairy e que lança agora o "gairysmo sem Gairy"; o Partido Democrático Nacional (NDP), do economista e profes-

sor George Brizan, e o Movimento Democrático de Granada (GDM), do também professor Francis Alexis.

O GDM de Alexis apóia o GNP de Blaize e ambos formam a Aliança pela Unidade Nacional (TNU). Os seis partidos só coincidem em um ponto: cada um quer conquistar o total de cadeiras no parlamento suficiente para deter o controle político do país.

Cinco partidos temem que a convocação imediata das eleições favoreça ao Gulp de Gairy, cujo governo de 14 anos de denunciada corrupção criou as condições que possibilitaram a formação e a tomada do poder pelo *New Jewel* de Bishop. Diversos setores da sociedade granadina, em especial os que estiveram ligados ao Governo Popular Revolucionário de Bishop, acreditam que Gairy conta com o apoio dos Estados Unidos, o que naturalmente é desmentido por funcionários do governo de Ronald Reagan.

Observadores acham que as eleições serão convocadas ainda este ano, possivelmente em novembro, por pressão dos Estados Unidos. Os outros partidos defendem a realização das eleições para o próximo ano, apesar da urgência de se definir o panorama político, para que as agremiações possam divulgar melhor suas plataformas.

O líder do MBPM, George Louison, que pretende retomar o programa do Governo Popular Revolucionário de Bishop, disse que se os norte-americanos determinarem a imediata realização das eleições, o Gulp de Gairy terá grandes condições de ganhar. "Os Estados Unidos criarão um novo monstro", adverte Louison ao admitir uma vitória de Gairy. "Se isso acontecer", acrescenta um funcionário do governo provisório, que preferiu não se identificar, "haverá outra revolução aqui". (*Octavio Tostes*)

Honduras: A ofensiva armamentista

□ Com a compra de aviões brasileiros do tipo "Tucano" e de caças espanhóis C-101, a força aérea de Honduras confirmou a sua supremacia em relação aos efetivos de países vizinhos. Segundo especialistas militares da América Central, a força aérea hondurenha deixou de ser puramente "dissuasiva" para se transformar numa unidade poderosa cujos aviões podem alcançar as capitais de países vizinhos em menos de 25 minutos de voo.

O comando militar hondurenho justificou a ampliação dos efetivos aéreos como uma espécie de compensação a um suposto desenvolvimento mais lento do exército e da marinha. Os círculos oficiais insistem que o Exército Popular Sandinista, da Nicarágua, tem uma vantagem de quatro soldados por um em relação a Honduras, cujo efetivo total no momento seria de 20 mil homens.

Na verdade, o reequipamento militar de Honduras ocorre tanto na aeronáutica como no exército, tomando como base o aumento da ajuda militar norte-americana ao país. Em 1983, o governo hondurenho recebeu 37 milhões de dólares em verbas militares dos Estados Unidos. Este ano, a ajuda subiu para 78 milhões de dólares e

para 85 já está autorizada pelo congresso norte-americano a liberação de mais 72 milhões. Além disso, o Pentágono transformou o território hondurenho numa espécie de campo de treinamento permanente com a realização de sucessivas manobras militares conjuntas, iniciadas no ano passado e que continuam até hoje.

O reequipamento militar de Honduras provocou sérios temores em países vizinhos, principalmente a Nicarágua. Ao longo da fronteira entre os dois países, os hondurenhos concentraram um grande número de campos de pouso e estações de radar, além de terem construído centenas de estradas para facilitar o deslocamento de tropas. O território hondurenho perto da fronteira também é usado como base para os grupos somozistas que realizam incursões armadas contra cidades e cooperativas agrícolas da Nicarágua.

Mas apesar da maciça ajuda norte-americana ter concedido enormes vantagens ao exército hondurenho, existem oficiais descontentes com os termos do acordo militar firmado entre os dois países em 1954. O principal ponto de discórdia é o funcionamento do Centro Regio-

nal de Treinamento (Crem), localizado em Porto Castilla, no oceano Atlântico. O Centro funciona desde junho de 83 e foi criado pelo general norte-americano Paul Borman, chefe do Comando Sul dos EUA (com sede na zona do canal do Panamá) e que segundo diplomatas centro-americanos é uma espécie de "vice-rei" do Pentágono para a região, tendo inclusive mais poderes do que o Departamento de Estado norte-americano.

Como o Crem tem funcionado desde a sua criação basicamente para treinamento de militares salvadorenhos, grupos de oficiais de Honduras tornaram público que isso atenta contra a soberania nacional. Honduras e El Salvador estiveram envolvidos em 1969 na chamada "guerra do futebol" por causa de uma disputa territorial na fronteira comum. A guerra durou algumas semanas, mas as desconfianças recíprocas duram até hoje, apesar do esforço norte-americano para impor os interesses do Pentágono na área e que prevêem uma aliança de El Salvador e Honduras, contra a Nicarágua. Os oficiais descontentes no exército hondurenho querem que o Crem seja reformulado, alegando que, desde o ano passado, para cada soldado de Honduras, foram treinados três salvadorenhos em Porto Castilla.

Surgiram também sinais de fortes ressentimentos entre militares hondurenhos contra o que foi classificado de "falta de vontade política" da parte de El Salvador para concretizar o acordo que acabou com a "guerra do futebol" e que até hoje não foi completado. O exército hondurenho praticamente suspendeu a sua participação nos exercícios militares do Crem desde janeiro e chegou a ameaçar um boicote total caso o acordo militar com os Estados Unidos não seja revisto.

Os aviões "Tucano" reformaram a supremacia aérea de Honduras



A III.^a Lomé sai em dezembro

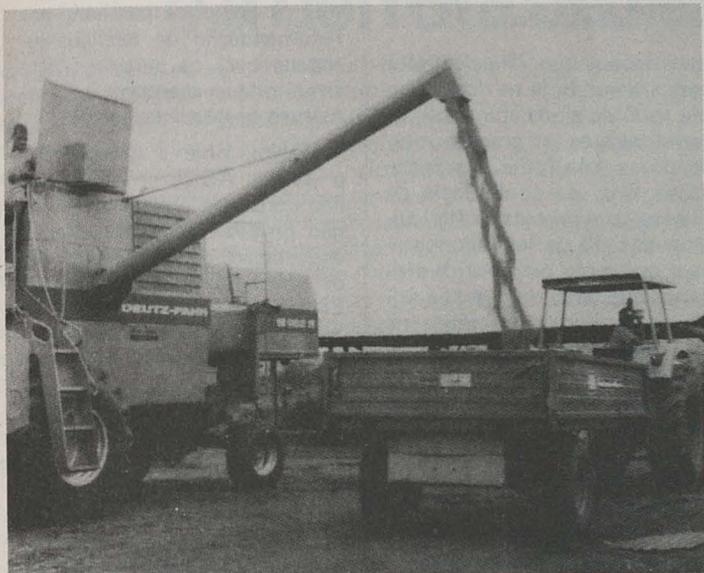
□ A terceira convenção de Lomé, associando países da África, Caribe e Pacífico aos dez governos da Comunidade Econômica Européia (CEE), será assinada na capital da república africana do Togo entre os dias 7 e 11 de dezembro. Apesar do anúncio feito pelo presidente do Comitê de Embaixadores dos 64 países membros, o representante de Uganda, Francis Okello, ainda existem dúvidas sobre o principal ponto do novo acordo.

a ter recursos da ordem de 1,5 bilhão de dólares para planos de desenvolvimento nas regiões mais pobres.

A primeira convenção de Lomé, também conhecida como Lomé 1, foi assinada no dia 31 de janeiro de 1975, na capital do Togo, prevendo uma série de normas sobre o intercâmbio comercial entre as ex-colônias, notadamente da França e da Inglaterra na África, Ásia e Caribe. A Convenção visava basicamente que o ingresso da

Lomé 2, que estabelecia normas para novas adesões. Entre 75 e 79, cerca de 12 países pediram ingresso na convenção para se beneficiarem das vantagens oferecidas pelo MCE para a importação de produtos africanos, asiáticos e caribenhos. Desde a assinatura da Lomé 2, as importações dos europeus caíram em 17% o que, agravado pela redução dos preços das matérias-primas exportadas pelos países menos desenvolvidos, gerou um déficit que hoje alcança quase 2,5 bilhões de dólares. Isto aumentou a dependência das ex-colônias em relação às suas ex-metrópoles, ao mesmo tempo em que diminuiu drasticamente os recursos disponíveis para novos investimentos.

A assinatura agora de uma Lomé 3 indica que a convenção poderá sofrer novas modificações depois de dezembro, uma vez que já estão em estágio avançado as negociações para o ingresso de Portugal no MCE o que significará que também as ex-colônias portuguesas na África poderão ingressar na organização.



A ajuda européia é insuficiente para os africanos e asiáticos

A Inglaterra se opõe a um aumento de 50% no fundo de financiamento, contrariando o desejo da maioria dos países africanos, caribenhos e asiáticos, bem como do governo da França. A questão deverá ser definida numa reunião restrita dos membros da entidade, prevista para outubro em Bruxelas. Se a proposta francesa for aprovada, a convenção passará

Grã-Bretanha na CEE e no Mercado Comum Europeu não prejudicasse as relações comerciais da França com suas ex-colônias. No fundo era uma luta das duas principais ex-metrópoles coloniais da Europa para preservar áreas de influência econômica na África, Ásia e Pacífico.

Quatro anos mais tarde, em dezembro de 79, foi assinada a

África do Sul: Padres católicos contestam atitude papal

Um grupo de cinco padres católicos negros sul-africanos protestaram junto ao episcopado do seu país contra a entrega de um a medalha de prata feita pelo papa ao primeiro-ministro da África do Sul, Pieter Botha, quando da visita deste último ao Vaticano. "Caso o papa venha a efetuar uma visita à África do Sul, não lhe ofereceremos, sequer, um copo de água", afirmaram os padres em carta dirigida a Denis Hurley, presidente da Conferência Episcopal.

África: a crise alimentar



As mulheres são as grandes vítimas da fome na África

Os 40 ministros da Agricultura de países africanos reunidos em Harare, capital do Zimbábue, em meados do mês de julho admitiram que o continente enfrenta a pior crise alimentar de sua história e chegaram à conclusão de que não adianta esperar pela ajuda externa para evitar uma provável catástrofe na produção agrícola da região. Os sombrios prognósticos apresentados à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) incluem ainda a constatação de que fracassou completamente o plano lançado há dez anos pela ONU e que estabeleceu como meta a eliminação da fome entre as crianças africanas.

Não menos pessimista foi o diagnóstico feito em torno do andamento do plano de ação proposto em Lagos em 1980 para reequilibrar a produção de alimentos na África até 1985. O crescimento demográfico médio de 3% em todo o continente, a sucessão de secas e enchentes verificadas nos últimos 12 meses e o acentuado desgast das terras fizeram com que

nada menos que 25 países africanos vivam hoje na dependência total de ajuda alimentar externa para evitar grandes mortandades pela fome. Na declaração final da conferência de Harare, os ministros da Agricultura dos 40 países reconheceram que serão os próprios africanos que terão de buscar a saída para a crise dramática na qual foram jogados pela herança deixada pelo colonialismo.

O plano de recuperação aprovado na conferência da capital do Zimbábue foi classificado como "um ato de fé" e prevê os seguintes pontos: a) destinar recursos necessários para apoiar a produção agrícola em todos os níveis, com ênfase especial para os pequenos produtores; b) estabelecer um sistema de incentivos através de preços mínimos mais remuneradores para o agricultor, da mesma forma que será melhorado o sistema de comercialização e de inversões; c) aumentar os créditos à agricultura e fazer pagamentos em dia; d) melhorar a infra-estrutura de transportes e a assistência técnica; e) aumentar o controle

sobre as enfermidades do gado.

Muitos participantes da reunião admitiram que as recomendações não garantem a solução imediata dos problemas, mas afirmaram que nas circunstâncias atuais era a única alternativa possível. O principal problema da agricultura africana é que nos últimos 50 anos ela foi drasticamente alterada pela introdução da monocultura ou do plantio de produtos destinados à exportação. Isto desorganizou completamente o sistema de agricultura comunal existente desde o período pré-colonial e que assegurava a auto-subsistência alimentar em quase todos os países africanos. Jogados na armadilha da monocultura para o mercado externo, os governos partiram por recomendação de técnicos europeus para os cultivos intensivos, o que acentuou um prematuro desgaste das terras.

Assim, hoje a maioria dos países da África produz o que não consome, e consome o que não produz. Os ganhos com a exportação de alimentos para os mercados da Europa e dos Estados Unidos são insuficientes para pagar a importação de cereais básicos como milho que na sua maior parte é comprado em países ricos. A grave situação afeta até mesmo países como o Zimbábue, que tradicionalmente era considerado como um dos grandes celeiros da África, mas que hoje em função da seca, do boicote externo e da desestabilização do comércio internacional é obrigado a importar milho para consumo interno.

Os ministros que foram a Harare em julho se comprometeram no final da reunião a fazer o "possível e o impossível" para que na próxima reunião regional sobre alimentação e agricultura, programada para 1986, o panorama não seja "tão pessimista quanto agora".

O triunfo dos duros e a derrota do realismo

As eleições de Israel afastam a possibilidade de um acordo que satisfaça os direitos palestinos? Os resultados, que envolvem uma guinada à direita do *establishment* político judeu, favoreceram os setores mais intransigentes dos principais partidos políticos e prenunciam crescentes tensões tanto a nível interno como em escala internacional. Esses dados, no entanto, em nada modificam a outra face da realidade. A questão palestina continua sendo o eixo do problema regional e a combinação de forças que hoje governa o Estado sionista não apresenta uma fórmula para enfrentar a questão.

A recontagem dos votos não mostrou nenhuma variação nos totais eleitorais dos dois grandes partidos, o Trabalhista e o *Likud*, e sim uma virtual paridade que aprofunda a divisão nacional e reveste de fragilidade a maioria parlamentar. Ao mesmo tempo, os setores dominantes de ambos os partidos competiram, durante a campanha, na sua intransigência em relação ao povo palestino. Se a agremiação trabalhista de Shimon Peres não tivesse tomado essa atitude poderia de alguma forma ter-se justificado a esperança de que a ligeira maioria obtida sobre o extremismo do *Likud* implicasse uma aproximação relativa em relação à população dos territórios ocupados. Nesse assunto, as fórmulas dos dois grandes partidos diferem entre si, mas ao mesmo tempo coincidem em ser igualmente inaceitáveis para os seus destinatários árabes. Esse fato, juntamente com o candente tom antipalestino da campanha trabalhista, explica a indiferença com que os habitantes dos territórios ocupados receberam a

apertada vitória de um partido que, por suas origens social-democratas, deveria ter motivado e agrupado os núcleos progressistas e propensos à paz na sociedade judia.

Essa recusa dos líderes políticos de Israel em buscar uma solução negociada é, em primeiro lugar, uma renúncia a dar estabilidade e segurança a seu próprio Estado, que não poderá superar o isolamento e a tensão enquanto for mantido o status-quo, que é tudo o que o regime atual pode oferecer.

Nesse sentido, talvez o aspecto mais grave esteja na "direitização" da cúpula trabalhista que — ao recorrer a propostas que em substância são tão duras quanto as do *Likud* — privam de interlocutores potenciais não só aos árabes como também a influentes protagonistas da cena internacional que nesses anos dispensaram esforços mediadores entre árabes e israelenses.

Os países mediadores obtiveram a ampla disponibilidade que esperavam por parte da Organização para a Libertação da Palestina, inclusive a contrapartida implícita do reconhecimento do Estado de Israel e hoje comprovam que são os dirigentes judeus que se excluem unilateralmente do caminho da paz. Algo semelhante aconteceu no interior do Estado de Israel, onde amplas camadas da população judia favoráveis à negociação e a diversas fórmulas de reconhecimento dos direitos palestinos e da coexistência étnica, foram sobrepujadas pela rebelião dos grupos mais reacionários dos partidos tradicionais. A evidência mais palpável disso consistiu em que a ala de esquerda do trabalhismo,

que naturalmente está a favor de propostas moderadas, foi literalmente afastada da campanha e não pôde, portanto, expressar-se. Observa-se, pois, que a direitização das cúpulas, embora tenha dado como resultado a vitória eleitoral dos expoentes mais intransigentes, não parece refletir totalmente a relação de forças na sociedade hebraica e cria novas contradições na política israelense.

A política de agressão permanente que Israel pôs em prática contra a população palestina, juntamente com tentativas e manobras tendentes a dividi-la, se mostrou um completo fracasso já que, tanto os habitantes dos territórios ocupados como os da diáspora estão maciçamente unidos em torno de suas reivindicações nacionais, da OLP e de seus líderes.

Diante disso, o partido de Peres, supostamente menos rígido que o *Likud*, assume uma postura que impossibilita o início de um diálogo sério e construtivo, capaz de abrir o caminho para uma solução negociada do problema no Oriente Médio. Se acrescentarmos a esse antecedente a forte presença do *Likud* e de outros núcleos de extrema direita no Parlamento, é fácil prever que todas as tentativas que o governo dos Estados Unidos faça para propiciar um acordo duradouro na região estão condenadas de antemão ao fracasso.

A Casa Branca viu com bons olhos a vitória de Peres, consciente de que o extremismo aberto do *Likud* lhe oferecia um aliado rebelde e negativo para a sua imagem internacional. Confiava, ao mesmo tempo, em que Peres à frente do governo fosse um interlocutor mais sensível para a via negociadora.

A abertura do diálogo seria um grande triunfo para o presidente Ronald Reagan, mas objetivamente a situação é menos propícia que nos tempos de Campo David. Agora, conta em primeiro lugar a guinada à direita dos dirigentes judeus, inclusive dos seguidores de Peres. Por outro lado, as experiências fracassadas nas discussões anteriores

não tornam previsível que o sucessor de Sadat, Hosni Mubarak, possa se comprometer numa negociação na qual não poderá obter concessões aceitáveis para árabes e palestinos.

A Casa Branca tem, evidentemente, meios para pressionar e virtualmente obrigar os israelenses — que dependem sobremaneira dos Estados Unidos — a cederem além dos seus desejos. Isso, porém, é certo em teoria, enquanto na prática, devido ao peso interno da coletividade judia, nunca Washington fez valer todo o peso de sua influência e muito menos o fará num ano de eleições.

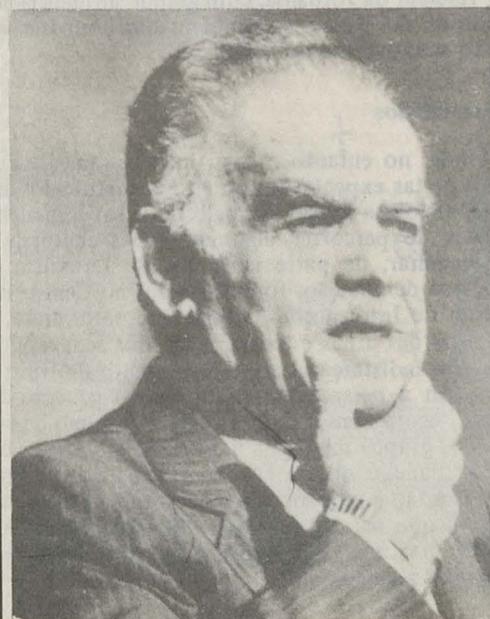
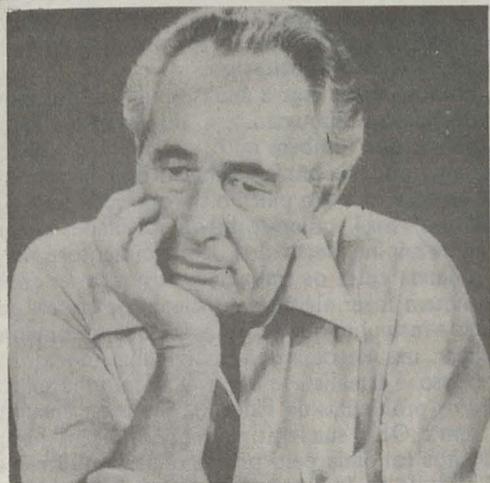
Por outro lado, ainda não se viu o verdadeiro interesse dos Estados Unidos numa solução para o problema palestino, pelo menos a partir de uma ótica aceitável para os próprios interessados.

A questão palestina, entretanto, está hoje mais do que nunca no centro da problemática de Israel e do Oriente Médio e isso é reforçado pelo fato dela ter sido o eixo da campanha eleitoral e das difíceis gestões para formar o novo governo. Para preservar suas conquistas territoriais, o Estado judeu dotou-se de um imponente aparato militar (que já não pode ser custeado) e que é a causa principal da grave crise econômica que asfixia o país. Israel pagou um preço altíssimo para submeter os palestinos, mas não conseguiu dobrá-los. E mais, não ganhou nem mesmo uma perspectiva de paz e segurança, pois se sente rodeado de vizinhos hostis e reivindicativos.

A negociação com os palestinos e o reconhecimento de seus direitos nacionais não é, portanto, apenas uma exigência dos mesmos, mas também a premissa para a própria segurança de Israel, para a sua inserção pacífica e segura na área e para a solução de uma crise econômica que a continuidade do status-quo aprofundará até atingir proporções incontroláveis. Nesse contexto, a vitória dos políticos mais intransigentes implica, em consequência, que Israel se feche sobre si mesmo e numa perigosa negação da realidade que o coloca num beco-sem-saída.

ISRAEL

O IMPASSE POLÍTICO



A expectativa gerada pela antecipação das eleições em Israel rapidamente se viu frustrada pelos seus confusos resultados, que jogaram o país num impasse político cujo desfecho ainda não é fácil de se prever. Durante a eleição e nos dias seguintes, o nosso diretor, jornalista Neiva Moreira, e a nossa editora associada Beatriz Bissio estiveram em Jerusalém onde conversaram com judeus e palestinos sobre a nova etapa que se abre para o país. Se deslocaram também pelas diferentes cidades da Cisjordânia – Ramallah, Hebron, Nablus – e visitaram a Universidade de Bir Zeit, colhendo impressões e depoimentos da população local e dos seus dirigentes sobre as sequelas de 17 anos de ocupação militar israelense.

Outra eleição para romper o impasse



O Parlamento ficou dividido ao meio, o Likud está gasto, os trabalhistas oferecem pouca coisa de novo, os religiosos reivindicam um "komeinismo" à base do Talmud e a esquerda apenas começa a se tornar um fator político

Neiva Moreira

As eleições em Israel foram acompanhadas com grande interesse e algumas esperanças nos meios políticos e diplomáticos internacionais. Desde a virada para a direita, com a vitória do *Likud* em 1977, foi a primeira vez que se sentiu um sopro mais liberal em amplas camadas da sociedade israelense, com possibilidades de se refletir nos resultados das urnas. Era evidente que nem todos partilhavam dessa esperança, mas na Casa Branca, como nos países ocidentais se jogava, discreta ou abertamente na vitória do Partido Trabalhista, presidido por Shimon Peres.

Os árabes — e os palestinos em particular — tal-

Cartazes eleitorais de diferentes partidos nas ruas de Jerusalém



vez fossem os mais cautelosos ou céticos nas suas apreciações. Em público, a tônica era mesma: não muda nada. "Como vai mudar, nos perguntou, em Amã, às vésperas das eleições, um alto dirigente da OLP, se foi o partido de Shimon Peres e Yitzhak Rabin que abriu caminho à ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza e aos assentamentos hebreus em território palestino?"

Embora fosse essa a análise pública, quando se aprofundava a discussão, era, no entanto, possível descobrir que também entre os árabes se esperava que algo pudesse mudar com a vitória da oposição. "É, sempre que um partido da oposição puder ganhar em Israel, criam-se novas realidades que podem influir no curso dos acontecimentos. Mas já se delineia entre os trabalhistas um erro essencial: prometem fazer algumas concessões nas áreas ocupadas e insinuam que a Jordânia pode ser um interlocutor nas negociações, marginalizando a OLP. Ora, isso é irrealista e inviável. Nenhuma solução para os problemas da Palestina pode ser encontrada sem a OLP, sua legítima representação". A opinião nos foi dada pelo príncipe Hassam, irmão do rei Hussein da Jordânia, com grande influência nos assuntos do Reino e, também, um bom trânsito junto aos governos ocidentais.

Os resultados

Onde, no entanto, se viu mais claramente que havia certas expectativas quanto aos resultados das eleições foi na reação dos palestinos em Jerusalém. Depois de percorrer algumas seções eleitorais e acompanhar, na parte israelense de Jerusalém, o processo de votação, fomos esperar no Centro Palestino de Informações, situado no setor árabe, a abertura das urnas e a divulgação dos seus resultados. Era indisfarçável ali, o sentimento de frustração com a perspectiva de um novo governo do *Likud*, agora mais à direita, pelo acréscimo de poder dos grupos religiosos mais fanáticos e radicais. "A verdade é que já estamos fartos dessas caras que aí estão e uma mudança de pessoas e métodos, mesmo que não se alterasse a essência do sistema dominante, nos viria bem", desabafou um jovem jornalista palestino.

Até as vésperas do pleito, as pesquisas de opinião favoreciam amplamente os trabalhistas de Shimon Peres, chegando a quinze pontos contra o *Likud*, o partido de Begin e do primeiro-ministro Shamir. Nas ruas, essa tendência era facilmente reconhecida. A guerra do Líbano e os massacres contra os campos palestinos de Sabra e Chatila provocaram uma poderosa oposição em Israel. Poucas semanas antes das eleições, milhares de pessoas foram às ruas manifestar-se contra a presença israelense no Líbano. O movimento "Paz Agora" e um número considerável de comitês, grupos de reflexão, inclusive de soldados que renunciavam publicamente ao exército e denunciavam a guerra, davam a impressão de que uma vitória da direita seria impossível. Mas não era tanto assim. Na verdade, o *Likud* perdeu sete cadeiras no Parlamento (o *Knesset*), mas esperava perder muito mais, tanto assim que, na sede do Partido, os resultados foram comemorados como uma vitória, tal a expectativa de que os trabalhistas teriam um triunfo esmagador. O inesperado foi que os trabalhistas não só não "varreram" nas urnas, como perderam três assentos.

Para onde se transferiram esses votos? Os do *Likud* foram engrossar os partidos religiosos, que aumentaram o seu peso eleitoral. Os dos trabalhistas – ou os sufrágios que se esperavam que para eles afluíam – se desviaram para o novo partido do ex-ministro da Defesa Ezzar Weissmann, o *Yahad* ("Juntos"). Em determinado momento, Weissmann pareceu constituir-se num novo pólo eleitoral, mas terminou apenas com três deputados, um dos quais, Benjamin Eliezer, era o governador da Cisjordânia até as vésperas das eleições.

É possível que também alguns votos trabalhistas mais à esquerda tenham sido dados aos novos partidos resultantes dos movimentos pela paz e os direitos humanos que, pela primeira vez, concorreram às eleições.

Além da Frente Democrática para a Paz e a Igualdade (*Rakah*), liderada pelo Partido Comunista, que manteve seus quatro deputados, um dos quais o prefeito de Nazaré, Taufic Zayyad, outros grupos também conseguiram representação parlamentar. O PLP (Lista Progressista para a Paz) elegeu dois deputados, um palestino de Haifa, Meharu Mohamed e o general Mattytyahu Peled, um dos mais destacados comandantes israelenses na guerra de 1967 e que renunciou ao exército, dedicando-se à atividade política e à luta por uma solução justa para o problema palestino. No manifesto de lançamento de sua chapa eleitoral, o grupo do general Peled apontava: "A única via para a paz passa pela existência de dois Estados soberanos, cada um com sua identidade própria: o Estado de Israel para o povo judeu e um Estado para o povo árabe palestino, expressão do seu direito à autodeterminação,



Jornalistas do Centro Palestino de Informações de Jerusalém analisam os resultados das eleições

General Peled: das trincheiras à luta pela paz

no quadro político que lhe pareça apropriado".

Outro grupo nascido ao calor da luta contra a presença israelense no Líbano, o *Ratz*, Movimento pelos Direitos dos Cidadãos, dirigido por uma mulher, Schulemite Alone, elegeu três deputados. O *Shinui* ("Mudança") tinha dois e aumentou para três representantes. Com o deputado Mordejai Bar On, professor universitário eleito pelo *Ratz*, estivemos longamente. Ele se declara sionista e acha que a evolução de grandes setores da OLP, admitindo a existência de um Estado de Israel, abre caminho a uma solução futura do problema com a criação de um Estado palestino independente.

Esse agrupamento progressista e a esquerda do Trabalho (*Mapai*) vão ter a tarefa de dirigir a luta por essa solução negociada e de enfrentar os grupos religiosos fanáticos que saíram fortalecidos com a eleição de militantes ainda mais radicais do que os que estão no *Knesset*. Um deles é o rabino Meir Kahane, cuja plataforma se baseia na expul-

A representação parlamentar

□ Nas últimas eleições israelenses houve uma proliferação de partidos e chapas, tendo-se registrado um aumento considerável da votação nas agremiações pequenas, que adquiriram uma singular importância no quadro político, constituindo o fiel da balança que finalmente fez com que o presidente desse ao líder trabalhista Shimon Peres a missão de formar o novo governo.

Concorreram 26 listas, das quais 15 não alcançaram o mínimo legal, que é de 1% dos votos.

Os dois grandes partidos de Israel são o *Trabalhista* e o *Likud*. O *Partido Trabalhista* concorreu à eleição com o nome de *Alignement* (Aliança), junto ao *Mapam* (Partido Unido dos Trabalhadores), considerado a sua ala esquerda. Dessa aliança resulta uma posição centrada. Sua base eleitoral são os judeus de classe média, principalmente os *askenazim* (de origem européia). Aceitam negociar o problema palestino com a Jordânia. Os seus principais dirigentes vêm das forças armadas (Peres e Rabin). O *Likud*, de direita, muito poderoso em Jerusalém, apela aos sentimentos judeus. Sua principal base eleitoral são os judeus *sefardine* (palavra hebréia que significa *espanhol*), ou seja, de origem oriental. Reivindicam o *Eretz Israel*, isto é, o expansionismo que implica a anexação dos territórios ocupados.

O *Yahad* ("Juntos") de Ezzer Weissmann é um dos partidos pequenos. Tem orientação liberal.

O *Tehiya* (Renascimento) nasceu depois dos Acordos de Campo David, contra os quais lutou. É uma cisão à direita, do *Likud*. Esteve envolvido nos massacres de Sabra e Chatila. Sua figura mais conhecida é Rafael Eitan.

O *NRP* (*National Religious Party*) ou *Mafidhale*, apóia o *Likud*. O seu líder é o ex-ministro do Interior, Gushe Emunim Borg. Sistemáticamente vem perdendo posições nas últimas eleições.

O *Shas* foi criado um mês antes das eleições, com uma plataforma fortemente religiosa e conservadora.

O *Morasha* é um dos partidos religiosos tradicionais. Muitos dos seus militantes vivem num dos assentamentos perto de Hebron. O seu líder é Haim Druckman, um dos fundadores do *Gushe Emunim*, que ficou conhecido pela sua oposição à evacuação do Sinai.

O *Agudat Israel* (Liga de Israel) é o mais importante e também o mais radical dos partidos religiosos.

O *Kach* ("Punho Fechado") é um dos partidos religiosos de ultra-direita, cujo líder, o rabino

norte-americano Meir Kahane, pela primeira vez é eleito para o *Knesset*, apesar de ter se apresentado nas eleições desde que o partido foi fundado há 8 anos. A plataforma do partido é a expulsão, qualquer que seja o meio, dos palestinos dos territórios ocupados.

O *Ometz* e o *Tami* são dois partidos de direita que vêm perdendo terreno, porém conservam sua representação parlamentar.

Do lado das forças progressistas há também várias agremiações. O Partido Comunista, *Rakah*, que concorreu com a "Frente Democrática para a Paz e a Igualdade (DFPE)" há muitos anos vem assegurando uma representação parlamentar (quatro cadeiras), inclusive com candidatos palestinos, como é o caso do prefeito de Nazaré, Taufic Zayyad (ver *cadernos do terceiro mundo* nº 56), que foi reeleito.

A *Lista Progressista para a Paz* (PLP) elegeu pela primeira vez ao *Knesset* o general Mattityahu Peled, que já defendera através do "Conselho Israelense para a paz israelo-palestina" (CIPIP), o reconhecimento da OLP e a negociação dos direitos dos palestinos. Isso lhe valeu ser chamado no seu próprio país de "anti-sionista" e uma tentativa de veto à sua candidatura e ao seu interlocutor palestino, Issam Sartawi, custou-lhe a vida.

O *Shinui* ("Mudança"), de centro-esquerda, e o *Ratz* (nome do *Citizen's Rights Movement*, CRM, Movimento pelos Direitos dos Cidadãos), aumentaram a sua representação parlamentar, tendo o apoio dos movimentos pacifistas.

A representação parlamentar

Estas são as diferenças comparativas entre a representação no *Knesset* dos diferentes partidos após a eleição de 1981 e a recente de 1984, num total de 120 cadeiras.

Partido	1981	1984
Trabalhista	47	44
Likud	48	41
NRP	6	4
Shas	—	4
Tehiya	3	5
DFPE	4	4
Yahad	—	3
CRM	1	3
Shinui	2	3
Morasha	—	2
Agudat	4	2
PLP	—	2
Ometz	—	1
Kach	—	1
Tami	3	1

são de todos os árabes da Palestina. É um fanático, presidente da Liga Judaica dos Estados Unidos, considerado por jornais norte-americanos como um doente mental e por influentes líderes judeus como um fascista notório. O presidente do Congresso Judaico dos Estados Unidos, Theodore Mann, declarou, em nome de sua prestigiosa instituição, que a ideologia de Kahane nada tem de diferente do nazismo, mas está claro que ele teve apoio norte-americano para candidatar-se e vencer.

Em geral, esses grupos religiosos nada têm a ver com Israel como um Estado politicamente institucionalizado, e sim cultivam uma visão bíblica do *Eretz Israel*, uma terra da promessa que deve ir do Eufrates (Iraque) ao Nilo (Egito). Não têm a menor idéia do que é dirigir um Estado e nem se preocupam com os problemas da sociedade. Muitos dos seus membros habitam as novas colônias, em assentamentos construídos com dinheiro norte-americano e nos quais se encerram como em guetos religiosos.

Um dos fatores inquietantes do aumento do poder de fogo desses grupos extremistas é o apoio que desfrutam entre os militares. Quando apuraram as "urnas dos soldados" assim denominadas pelos meios de comunicação as seções eleitorais que funcionaram nas casernas, o partido religioso *Tehiya* ("Renascimento") ganhou o quinto deputado, com os votos perdidos pelo Trabalho. Nesse partido, foi eleito o general Eitam, ex-comandante do exército e que participou do massacre de Sabra e Chatila. O partido do rabino Kahane, o *Kach* (traduzindo mais ou menos, "punho cerrado") esteve a ponto de ganhar mais uma cadeira com o voto dos soldados.



A maioria dos soldados votou nos religiosos radicais

A queda do Trabalho

Ouvi muitas opiniões sobre a queda da votação do *Labour Party*, quando a expectativa era a de

1984 - Agosto - no. 69



Os partidários de Shamir (foto) esperavam uma derrota maior e festejaram os resultados, apesar de negativos



A escassa maioria conseguida por Shimon Peres (foto) não lhe permite formar um governo estável

que teria ampla vitória. O problema nasce da posição do partido na sociedade israelense. É evidente que a agremiação de Shimon Peres avançou, nesta eleição, em alguns setores sociais da classe média mas não conseguiu penetrar no mundo *sefaradine*, os judeus orientais, que representam mais de 80% de Israel. Esse setor amplamente majoritário do Estado israelense é o mais marginalizado e oprimido. Essa situação é evidente em todos os campos de atividades, mas alcança níveis chocantes na Universidade, onde os jovens *sefaradine*, altamente majoritários no país, não alcançam 20% das matrículas. Os outros 80% são ocupados pelos *askenasim*, judeus procedentes dos Estados Unidos e da Europa.

Perguntei a Maya, uma estudante judia de Química Teórica da universidade hebréia, ela própria uma *askenasim*, se essa situação estava melhorando. "Não. Estaciona ou piora", nos disse. Maya trabalha no jornal palestino de Jerusalém e luta pelo respeito à autodeterminação dos palestinos.

O *Likud* não contribuiu em nada, quando no governo, para melhorar a situação dos *sefaradine*, mas consegue o seu voto porque, pelo menos, nos palanques, se refere aos seus problemas e diz que



Beatriz Bisso

Telavive às vésperas das eleições

eles são injustiçados. Assim, se estabelece uma frustrante contradição: o setor mais esmagado pela política econômica e militarista do *Likud* é sua base de apoio, porque os outros não têm sequer capacidade de admitir que há um problema social e racial que a direita não resolve mas admite que exista.

Há outros fatores que contribuíram para o insucesso eleitoral dos trabalhistas e o mais importante é a sua plataforma nebulosa sobre o problema da paz e da guerra. Falam na retirada do Líbano mas não definem o que fariam para que a mesma se efetivasse. No caso dos palestinos da Cisjordânia e Gaza, suas imprecisões são ainda maiores. Defendem a "entrega" à Jordânia das áreas de maior concentração palestina (cerca de 60% do atual território ocupado), ficando dentro das fronteiras de Israel um Estado só com judeus. "Primeiro, não nos podem entregar ao rei Hussein sem que se saiba se queremos ou não sair das mãos dos judeus para o domínio da Jordânia e, segundo, essa história de um Estado só com judeus cheira a racismo", nos comentou um comerciante de Belém, a cidade onde Cristo nasceu.

A plataforma de Shimon Peres ficou conhecida como a dos "três não":

- Não a um Estado palestino.
- Não à negociação com a OLP.
- Não às fronteiras anteriores a 67.

"Era natural que a esquerda israelense não se sentisse representada nessa plataforma", nos disse o deputado Mordejai Bar On, do *Hatz* - "Paz Agora". Um palestino de Nablus nos acrescentou: "A diferença entre Peres e Shamir é uma só: o *Likud* diz o que pensa e faz o que diz e Peres pensa e faz tudo igual a Begin e Shamir mas diz o contrário".

Reagan e a Casa Branca "jogaram na pule" do

Peres, considerado pela Casa Branca como um liberal. Reagan tinha a esperança de que tanto ele como os seus colegas Rabin (direita) e Navon (centro-direita) seriam capazes de pôr em prática o seu plano de paz para a região, resultante dos acordos de Campo David. Mas os eleitores não entenderam o mesmo.

Na campanha eleitoral, tanto Peres quanto Navon e Rabin evitaram os temas polêmicos e virtualmente impediram que o líder da ala esquerda do Trabalho, Joseph Sarid, aparecesse nos comícios.

E agora?

A idéia dominante entre observadores bem colocados em Jerusalém e Telavive é que as eleições não resolveram o impasse. O governo não é estável e não estranham que, em três ou quatro meses, uma nova consulta eleitoral seja necessária.

Um parlamentar na Jerusalém do lado de Israel nos disse que no Parlamento o impasse é total. Cinquenta por cento dos deputados (120 ao todo) estão a favor da paz, com diferentes nuances: desde a chamada "opção jordania" até o reconhecimento do Estado palestino. Desses, cerca de 20% aceitam o Estado palestino. Entre os 50% que querem a continuação da guerra e se opõem à "opção palestina", há de tudo: desde os que querem fazer um pogrom com os árabes, até os mais moderados, que admitem certas formas muito aguadas de autonomia administrativa, previstas nos acordos de Campo David.

No meio de tudo isso, está a discussão sobre o destino de Israel. Grandes brechas na unidade racial, uma inflação de 500%, completa bancarota econômica e uma dependência total dos Estados Unidos, que enviam (governo e judeus norte-americanos) mais de quatro bilhões de dólares por ano para manter de pé o Estado judeu. "Essa situação é insustentável", nos disse um militante do grupo do general Peled. "Não é possível manter um Estado indefinidamente com o dinheiro de outro e substituir os partidos e as opções ideológicas por uma estrutura religiosa absolutamente distante dos problemas do povo e totalmente incompetente para gerir a administração, uma espécie de 'komeinismo' à base do Talmud. Nosso Israel assim não subsistirá. O seu futuro não está no dinheiro norte-americano nem em ser um *gendarme* dos Estados Unidos, mas aqui mesmo, na convivência pacífica e cooperativa com os palestinos, inseridos numa região rica e influente, na qual nossos talentos, nossa capacidade técnica e nossas raízes comuns poderão ajudar a mudar não apenas os rumos dos acontecimentos mas a realidade geopolítica, econômica e social do Oriente Médio".

Resistir por todos os meios



Os palestinos dos territórios ocupados reavaliam suas formas

de luta e se opõem às pressões que tentam obrigá-los a abandonar sua terra

Beatriz Bissio

Sumud é uma palavra árabe. Mas para os palestinos dos territórios ocupados é algo mais do que uma palavra: é uma chave, um símbolo. Poderia ser traduzida por *reação*, embora na linguagem-código da população submetida à ocupação israelense na Cisjordânia seja utilizada para descrever um estado de espírito novo. *Sumud* condensa em cinco letras todas as formas de *resistência*.

“Quando dizemos *sumud*, estamos afirmando que resistiremos ao destino que as autoridades da ocupação nos querem impor, que é a submissão ou o exílio. *Sumud* é a nossa resposta. Podem nos matar, prender, torturar, podem nos asfixiar economicamente, mas nós ficaremos nos territórios ocupados, que é a nossa pátria. Será sempre melhor estar aqui, inclusive presos, do que enfrentar a terrível experiência da diáspora”.

Albert Aghazarian é um palestino de origem armênia, professor da Universidade de Bir Zeit, uma das seis que existem nos territórios ocupados. Nós o conhecemos durante uma visita ao novo *campus* da Universidade e o reencontramos uma tarde nas proximidades da porta de Yaffa, uma das mais famosas e visitadas da velha Jerusalém amuralhada. “Vivo aqui”, nos respondeu quando lhe perguntamos o que fazia por esses becos milenares. São poucas, comparadas com as cifras anteriores à ocupação, as famílias palestinas que ainda vivem dentro da muralha. A partir de 1967, o exército israelense se transformou numa presença permanente na velha Jerusalém, destoando no meio de

comerciantes, ourives, turistas e peregrinos. Muitas das famílias palestinas foram expulsas à força, de suas ancestrais casas de pedra. Os israelenses ocuparam bairros inteiros, derrubaram casas, construíram outras, modificaram fachadas, abriram ruas e bloquearam passagens. Segundo alguns cálculos, cerca de cinco mil palestinos ainda vivem entre as muralhas que cercam os lugares sagrados das religiões mais importantes da Humanidade.

Fotos: B. Bissio



Uma das ruas milenares da velha Jerusalém amuralhada: poucos palestinos ainda moram lá

Não deve ser fácil viver aqui dentro, Albert.

— É melhor do que entregar para eles as nossas casas sem resistência.

Com esse exemplo, sua própria opção de permanecer na casa que certamente viu nascer muitos dos seus ancestrais, Albert nos demonstrou em todo o seu alcance — e talvez sem ter tido essa intenção — aquilo que dias antes se empenhava em nos explicar em sua sala de trabalho da Universidade de Bir Zeit: o significado da palavra-de-ordem resumida na expressão *sumud*.

Essa rejeição ao exílio, esse apego à terra natal, essa decisão de brigar pelo respeito ao seu patrimônio histórico e cultural subjogado, é a base do novo pensamento palestino nos territórios ocupados. É, na força que emana dessa decisão política de resistir, está a marca da experiência trágica do exílio forçado de milhares de compatriotas expulsos de suas casas e de suas terras em 1948, quando o mapa da região era modificado para dar lugar ao recém-criado Estado de Israel.

O preço de uma opção

Um dos intelectuais palestinos mais respeitados de Jerusalém é Ibrahim Dakkak, diretor do "Foro do Pensamento Árabe" (*Arab Thought Forum*), que "apesar de ser uma iniciativa modesta, tem metas ambiciosas". A idéia é formular opções alternativas de desenvolvimento para os territórios ocupados, de forma a viabilizar a palavra-de ordem de *sumud*. Porque uma das políticas chaves da ocupação é, além do uso da violência, a asfixia econômica dos palestinos. Como consequência dessa política, os capitais palestinos são empregados em projetos rentáveis fora dos territórios ocupados, porque as iniciativas locais são inviabilizadas por diferentes caminhos — um deles, os absurdos impostos cobrados — e acabam na falência, com todas as suas sequelas sociais e até políticas.



O campus da Universidade de Bir Zeit: um centro de resistência à ocupação

Para Dakkak, o desafio é traçar estratégias econômicas próprias, que oponham uma reação a cada ação das autoridades de ocupação. "Que toda tentativa de nos asfixiar economicamente tenha uma resposta eficaz". A formulação é clara, teoricamente perfeita, mas não é fácil de ser colocada em prática. Porém, na opinião de Dakkak, o primeiro desafio foi superado: houve uma tomada de consciência entre os palestinos no sentido de a ocupação, depois de 17 anos, ter criado uma nova realidade, uma economia diferente, conflitos sociais e políticos que era necessário analisar e compreender para deduzir deles quais os objetivos estratégicos perseguidos pelos israelenses e, a partir desse conhecimento, traçar as linhas de ação adequadas para enfrentá-los.

É tão claro como dizer "não vamos emigrar". Mas qual é o preço que a população palestina está pagando por sua decisão de resistir à ocupação militar israelense em todos os planos?

Até para o viajante mais desprevenido saltam à vista claras evidências da ocupação. Pelas estradas

da Cisjordânia, próximo a Hebron ou Ramallah, a Belém ou Nablus, estão presentes as tropas do exército israelense, que bloqueiam, de quando em quando, trechos das rodovias para obrigar os automóveis a se deslocarem lentamente e em fila indiana, facilitando sua identificação.

Uma presença verde-oliva que não é estranha a nós, latino-americanos, acostumados a regimes militares, mas nesse caso existe uma diferença substancial. Enquanto que as ditaduras do nosso continente são comparadas por alguns pensadores com uma força de ocupação, na Cisjordânia e Gaza é um exército de ocupação que viola os direitos palestinos.

Um exército composto em grande parte por jovens. E o mais alarmante é que foi o voto desses jovens soldados na recente eleição em Israel que levou ao *Knesset* (Parlamento) os representantes da ultradireita religiosa, que por única plataforma política levantam a bandeira da expulsão de todos os árabes de Israel e dos territórios ocupados, cuja anexação, do ponto de vista deles, é irreversível.

Arrogantes com seu fuzil *Galil* ao ombro, quase não dissimulam o seu desprezo pela população árabe. Perguntamos a Hanna, uma jovem palestina que nos acompanhava — estudante de informática e computação em Paris, poliglota e militante da resistência, que aproveitava suas férias para visitar a família — se não havia casos de namoro entre jovens palestinos e judeus. "Como pode haver?", respondeu. "Nunca teríamos a certeza de que o jovem com quem saímos esta noite não será convocado a se alistar no exército no dia seguinte e terá que reprimir uma manifestação da qual estejamos participando. Ele poderia ser o responsável por uma bala que nos atravessasse o cérebro".

Há outro aspecto da ocupação que a torna um caso único: os *assentamentos*. Quantas vezes lemos nos jornais que o governo israelense aprovou a instalação de cinco, dez, quinze novos assentamentos de colonos judeus nos territórios árabes. Notícias soltas que não nos transmitem nada do dramático contexto em que a decisão é levada à prática. Os assentamentos são versões luxuosas dos antigos guetos, urbanizações que se expandem como cogumelos, tal qual pesadelos, no alto das colinas características da paisagem da Cisjordânia.

Ao ver os assentamentos — enclaves de colonos judeus em terras árabes — fica claro o significado da aprovação nas Nações Unidas de uma moção na qual o sionismo foi equiparado ao racismo e condenado junto com o *apartheid*. As autoridades da ocupação concebem um desenvolvimento separado por raças: por um lado, a asfixia da população palestina, dona legítima de todas as terras da Cisjordânia e Gaza. Por outro lado, a prosperidade dos assentamentos dos colonos judeus, que são implan-



Para Bassam Shaaka (esq.), é impossível esquecer a ocupação. A partir dos assentamentos (foto acima) que cercam Nablus, toda a população palestina é vigiada

tados isolados e bem resguardados da rejeição dos palestinos, cujas terras são usurpadas para se construir esses enclaves.

Os assentamentos são, no fundo, bantustões com um sentido oposto. Fortalezas avançadas da colonização judia nos territórios ocupados. Em geral, os colonos são de origem norte-americana, muitos deles religiosos ortodoxos, propensos a tomar atitudes fanáticas. E se aceitam o desafio de ir viver nessas condições é porque muitos deles se sentem verdadeiros cruzados de uma guerra não-declarada que a cada dia tenta destruir um pouco mais da herança palestina. Comenta-se abertamente em Israel que essa imigração conta com o beneplácito dos Estados Unidos, já que lhes poupa problemas que sempre acabam aflorando quando a realidade é interpretada através do cristal do fanatismo.

Com refletores na cara

“Querem nos estrangular, nos isolando, cortando as comunicações entre as diferentes cidades palestinas”, explica Bassam Shaaka, ex-prefeito de Nablus, destituído desse cargo pelas autoridades da

ocupação junto com outros colegas eleitos pelo voto popular e cujo caso se tornou conhecido em todo o mundo, quando perdeu as duas pernas em um atentado.

Sentados no jardim de sua casa, em um dos bairros de classe média alta de Nablus, conversamos demoradamente com o ex-prefeito, uma das personalidades palestinas de maior prestígio dos territórios ocupados. “Nem sequer por um momento podemos nos esquecer da ocupação” – nos diz, apontando uma forte luz que vem das colinas vizinhas. “Esses refletores nos focalizam todas as noites”.

O fecho de luz vem de um dos vários assentamentos (este, destinado exclusivamente para fins militares) que cercam Nablus. Como em toda Cisjordânia e Gaza, sempre estão construídos em cima das colinas, que nessa época do ano estão cobertas de vinhas e oliveiras. Os colonos quase não saem. “Têm medo da reação da nossa gente”, nos diz Shaaka.

O ex-prefeito – que atualmente se desloca pela cidade caminhando com duas pernas ortopédicas e a ajuda de uma bengala – esteve sob prisão domiciliar durante um longo tempo. Só dois dias antes de nossa visita tinham suspendido a guarda militar que dia e noite vigiava todos os movimentos em torno da casa. Depois do atentado, Shaaka contratou um motorista para acompanhá-lo, já que não podia mais guiar e não queria ficar dependente de sua esposa. “Os israelenses o detiveram”, nos conta. “Era um rapaz jovem e musculoso. Apertavam os músculos dele e zombeteiramente perguntavam se tanta musculatura era para me defender. ‘Aquele lá, ninguém salva’, disseram para o meu motorista”.

Desde então, Shaaka só tem um velho amigo na

porta de sua casa, uma presença mais formal do que efetivamente protetora. "De noite, ele dorme antes de mim", nos diz. "Estamos marcados e não há nada que possa nos proteger".

Como todos os palestinos dos territórios ocupados, o ex-prefeito de Nablus se preocupa com a destruição da economia árabe por parte das autoridades da ocupação: o desemprego (há 10 mil jovens que saíram das universidades e não encontraram emprego, além de inúmeros outros jovens trabalhadores), a falência de indústrias, a queda do nível de vida devido às dificuldades para manter e ampliar a infra-estrutura sanitária e educativa. "Vocês na América Latina também têm elevados índices de desemprego, o fenômeno está atingindo com intensidade inclusive os países industrializados da Europa e o próprio Estados Unidos. Mas a diferença está em que vocês têm a possibilidade de disputar eleições e, a médio prazo, mudar a política. Nós não. Não podemos traçar uma estratégia nacional de desenvolvimento. Não podemos eleger nossas autoridades. Não temos nenhum direito civil. Essa é a diferença".

Apesar da reação ao êxodo que está surgindo nos últimos tempos — que expressa uma redefinição do papel da população palestina dos territórios ocupados no contexto da luta global do povo palestino pelo seu direito à autodeterminação em um Estado Palestino independente — as taxas do crescimento demográfico real são ilustrativas: enquanto em Israel o crescimento da população árabe é de cinco por cento ao ano (contra quatro por cento dos judeus), nos territórios ocupados é de 2,5%. "Isso não significa que nós tenhamos menos filhos que nossos irmãos palestinos dentro de Israel" — explica Albert. "Reflete, isso sim, a incidência profunda do êxodo de jovens desempregados e perseguidos políticos, que é uma sangria permanente de nossas forças".



A população dos territórios ocupados sofre pressões permanentes que visam destruí-la econômica e culturalmente

A resistência cultural

Se no plano político e econômico as pressões contra a população palestina são permanentes, muito mais minuciosa e sofisticada é a perseguição no terreno cultural. Ela se expressa de muitas formas. Das mais grosseiras — como o fechamento sistemático das universidades e a restrição de todo apoio material para a rede educativa

Os reflexos na economia

Dos cerca de 800 mil palestinos que vivem nos territórios ocupados, 100 mil residem em Jerusalém oriental (a parte muçulmana ocupada em 1967). Os colonos judeus dos assentamentos estão calculados em uns 20 mil.

Segundo fontes israelenses que elaboraram um mapa dos territórios ocupados, 60% das terras da Cisjordânia e Gaza já estão sob controle israelense, "o que representa uma anexação de fato", de nuncia um dirigente de Al Bireh, uma das áreas urbanas árabes da Cisjordânia. As cifras oficiais israelenses assinalam que 30% da mão-de-obra da

Cisjordânia trabalham em Israel. Fontes não oficiais situam a cifra em cerca de 50%.

Como consequência da política de pressões sobre os palestinos para fomentar o êxodo, 12 mil árabes cruzaram a ponte sobre o rio Jordão em 1983, abandonando definitivamente a Cisjordânia. Não existem cifras dos que emigraram pelos portos ou aeroportos israelenses. Embora não tenham sido realizados censos recentes, os especialistas calculam que houve consideráveis mudanças demográficas na Cisjordânia e Gaza desde 1967. A situação poderá se agravar — considerando os problemas sociais que o êxodo representa para a população palestina — se não se puser um freio à política de assentamentos e de confiscação de terras árabes.

municipal — até a proibição de circular qualquer publicação em árabe, “nem que seja um exemplar das Seleções do Reader’s Digest”.

Em geral, é a própria comunidade palestina que se organiza para coletar dinheiro e assim melhorar as escolas existentes ou construir outras, para responder, de alguma forma, à demanda crescente de salas de aula.

Desde o início do ano, o velho *campus* da Universidade de Bir Zeit já ficou fechado durante dois meses (o ano letivo é de nove meses) e a universidade de An-Najah (de Nablus, com cerca de 3.600 alunos) sofreu intervenção por tempo indeterminado.

No trajeto de Hebron a Jerusalém viemos conversando com um estudante universitário de engenharia. Um jovem de uns 20 anos, que manifestou sua decisão de não emigrar, embora saiba que isso não vai lhe ser fácil. Nos contou que estudar se torna muito difícil para os jovens, não só porque em geral trabalham em qualquer emprego que encontrem, para ajudar suas famílias, mas porque estão submetidos a agressões diárias da parte do exército ou dos colonos israelenses. “Há algumas semanas, um grupo de soldados entrou em nossa universidade disparando suas metralhadoras em todas as direções. Vários estudantes ficaram gravemente feridos. E isso é o pão nosso de cada dia”.

Numerosos estudantes são presos, pelos motivos mais arbitrários, e muitos deles são mandados para a prisão de Faraa, construída recentemente no vale do rio Jordão. As condições de prisão são muito duras. “Todos os prisioneiros palestinos são torturados”, diz o testemunho de um jovem estudante da Universidade de An-Najah, condenado à pena de seis anos em 1974.

Um dos episódios mais graves do confronto direto com as forças israelenses ocorreu no ano passado, em Bir Zeit, quando houve uma verdadeira batalha campal entre estudantes palestinos e soldados israelenses dentro da universidade, com um saldo de inúmeros jovens gravemente feridos (todos os soldados saíram ilesos).

As pressões são muito claras também em tudo o que se refere à importação e edição de livros. Há uma lista de mais de mil títulos proibidos, inclusive alguns de autores israelenses, em áreas que vão desde história e geografia até literatura e política. A resolução 378 (de agosto de 1980) exige uma permissão especial para importar ou publicar qualquer texto nos territórios ocupados. Está proibida a utilização das palavras “Palestina”, “Pátria”, e “OLP”, assim como as cores nacionais palestinas.

O apoio a Arafat

Apesar disso, a OLP é uma presença nítida e maciça na Cisjordânia e Gaza. Sentimos nas pes-

soas com as quais conversamos uma verdadeira veneração por Arafat, e entre os jovens constatamos uma adesão majoritária à *Al Fatah*, cujos dirigentes ganham sistematicamente as eleições para os conselhos estudantis. Estão organizadas também a Frente Popular e a Frente Democrática para Libertação da Palestina (FPLP e PDLP) e inclusive, atuantes embora muito minoritários, existem grupos de fundamentalistas islâmicos na linha do aiatolá Komeini.



Salim Tamari (esq.) e Albert Aghazarian (dir.): lutar pela preservação da identidade nacional palestina

A preservação da cultura palestina é uma preocupação sentida tanto pelos dirigentes políticos quanto pelos estudiosos e professores universitários. “Temos que levar em conta que a preservação de nossa cultura tem dois aspectos: primeiro, sua preservação diante do desafio do modernismo e da ocidentalização e, segundo, a preservação frente à ação destruidora da ocupação. O primeiro aspecto é um desafio comum a toda cultura árabe e o segundo é específico da cultura palestina”.

Para Salim Tamari, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Bir Zeit, é preciso atuar nesse terreno sem sentimentalismos e com consciência. “Embora para alguns minha opinião seja herética, penso que devemos realizar um estudo global da cultura palestina — de seus aspectos positivos e negativos — com uma perspectiva crítica para determinar quais são os valores que devem ser preservados. Pessoalmente, penso que não devemos preservar muitas das tradições culturais em relação ao papel da mulher, por exemplo, pois são muito conservadoras”.

Tamari está realizando estudos com a população rural do vale do rio Jordão. Em suas pesquisas, o problema da terra apareceu como o mais importante para essas pessoas, com uma incidência muito forte nas manifestações culturais. “A luta pela

terra determina a especificidade da cultura palestina, que no entanto, na minha opinião, não é uma entidade cultural à parte, mas uma manifestação particular da cultura árabe”, afirma o sociólogo.

Ele constatou que “está se vivendo um momento fecundo da criatividade cultural, fruto da resistência à ocupação”. Mas manifesta sua preocupação com a falta de um pensamento realmente revolucionário entre os jovens. Tamari explica: “Tenho, entre meus alunos, muitos jovens patriotas, ativistas, que se acham revolucionários e sonham com o socialismo em uma Palestina libertada. Pagam caro por sua coerência com seus ideais de liberdade. Mas o alarmante é que não se questionam pelo fato de que, ao voltarem para suas casas, talvez depois de uma jornada de confronto com o exército israelense, na qual vários deles foram feridos ou presos, possam assistir pela televisão — sem se sentirem agredidos — seriados norte-americanos como *Dallas*, por exemplo. É aí que eu me pergunto se esses jovens universitários estão realmente criando um pensamento revolucionário ou se, como expressão de uma elite urbana, ao se afastarem do problema da terra¹ — que é a base de

¹ Mais de 80% da população da Cisjordânia vive nas áreas rurais.

nossa identidade e o drama concreto do povo palestino — não estão limitando a resistência à ocupação aos seus aspectos mais visíveis e chocantes, sem se aprofundar em qual deve ser globalmente a proposta revolucionária para a sociedade palestina”.

Luta de classes e contradições

“Temos todas as contradições e dificuldades de uma sociedade, mas nos falta a estrutura organizativa do Estado”, resumia Ibrahim Dakkak. Efetivamente, entre os palestinos dos territórios ocupados, como entre os que estão no exílio (“duas faces da mesma moeda”, segundo Aghazarian) há luta de classes, luta ideológica, ambições de poder e tudo o que faz parte da vida de uma sociedade, problemas estes agravados pelas dificuldades da vida sob a ocupação militar ou em uma extensa e maciça diáspora.

Nos territórios ocupados acompanha-se com atenção o processo de reunificação da OLP, considerado imprescindível para que a luta retome o vigor e adquira a eficácia que as dramáticas circunstâncias em que vive o povo palestino há quase quatro décadas impõem.

Cidadãos de segunda classe

Pouco depois da ocupação de 1967, os israelenses fizeram um censo na Cisjordânia e em Gaza. Só foram considerados residentes aqueles que nesse dia se encontravam nesses territórios. Aqueles que por diversos motivos estavam fora, não foram considerados como fazendo parte da população local. A fim de determinar quem dentre eles seria autorizado a voltar, os israelenses pediram a cada um que se apresentasse perante as autoridades. Só uma minoria conseguiu a autorização, e nunca foram esclarecidos quais os critérios utilizados para a escolha. Dessa forma, milhares de palestinos foram proibidos de retornar à sua pátria.

Para os recenseados, as autoridades israelenses determinaram que o seu estatuto legal anterior (cidadãos jordanianos) fosse trocado: a partir de então, eles têm um documento de identidade fornecido pelas autoridades militares de Israel. (Eles só mantiveram o seu passaporte jordaniano.)

Esse documento — que permite um controle total sobre a população — não concede nenhum direito civil. Em geral, os residentes estrangeiros

em qualquer país do mundo, depois de um certo número de anos, podem se tornar cidadãos, adquirindo assim direitos como o do voto e até mesmo o de serem candidatos a cargos eletivos. Com os residentes nos territórios ocupados isso não acontece *nunca*.

E mais: o documento de identidade militar não permite uma ausência do território maior do que um ano. Após esse período, o portador dele perde o direito a reingressar na Cisjordânia ou em Gaza. Essa restrição torna muito difícil aos estudantes, por exemplo, poderem fazer cursos de pós-graduação no exterior, quando o período requerido é superior a um ano. Além disso, aqueles que não podem voltar perdem os direitos sobre todas as suas propriedades e até mesmo o direito à herança. Se uma propriedade deve ser herdada por dez pessoas, (por exemplo, dez filhos que herdaram a propriedade dos pais), basta que um deles esteja impedido de reingressar para que todos os outros percam o direito à herança, que automaticamente passa à propriedade dos judeus.

Os residentes nos territórios ocupados também têm severas limitações nas operações financeiras e comerciais com o exterior. Por exemplo, eles estão proibidos de importar. As importações estão todas controladas pelas autoridades israelenses.

E apesar de existir a convicção de que a luta será longa e deva ser encarada com caráter estratégico, a reivindicação do Estado independente está presente em todos os atos e no pensamento de todos os palestinos da Cisjordânia e Gaza. E observa-se facilmente que eles a vêem como uma meta mais viável e mais próxima de se tornar realidade do que a alguns anos atrás. "Não há outra solução para o problema palestino a não ser a criação de um Estado independente. A opção jordaniana,² tão alardeada por alguns porta-vozes da adminis-

² Refere-se à proposta de negociar entre Israel e a Jordânia a soberania dos territórios ocupados em 1967.

tração norte-americana, é inviável. Foram demasiados os sofrimentos, as humilhações, as perdas humanas e materiais, durante todos esses anos de resistência, para que nós, palestinos, nos resignemos a mudar de tutor", nos diz um dirigente de Ramallah.

É fácil comprovar que tem razão. Os palestinos sabem que este problema também é o centro da discussão no seio da sociedade israelense. E embora, no momento atual, os que defendem o Estado palestino independente não sejam mais do que cerca de 15% dos eleitores, nos territórios ocupados a população confia em que, com o tempo, a própria realidade será encarregada de ir desmistificando a viabilidade das soluções parciais. ●

Palestina

Arafat: "Temos um oásis democrático no deserto"



Em entrevista exclusiva, Yasser Arafat

mostra como está a OLP dois anos depois do massacre de Beirute

Alberto B. Mariani

Expulsão de Beirute pelos israelenses há quase dois anos, Yasser Arafat enfrentou neste período não só a dispersão de suas forças por nove países diferentes, como também sofreu contestações abertas à sua liderança dentro da própria *Al Fatah*. Hoje, Arafat superou as dificuldades e volta a exercer o comando absoluto da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Nesta entrevista a nosso colaborador Alberto B. Mariani, o principal dirigente palestino analisa rapidamente a nova conjuntura.

1984 - Agosto - no. 69

Qual é o seu balanço da situação da OLP a quase dois anos da saída de Beirute? Qual a importância da dissidência de Abu Mussa?

— Nós nunca pretendemos derrotar os Estados Unidos. O que nós temos à nossa frente, há dois

Arafat: "Agora temos 9 bases militares em 9 países"





“...eu tenho sempre um ramo de oliveira, mas é claro, também mantenho sempre um olho no fuzil”

anos, é uma invasão americano-israelense e, portanto, nós resistimos mais tempo que todos os outros países árabes ao longo dos demais conflitos com Israel. Claro que os israelenses estavam convencidos de que nos destruiriam em poucos dias, mas não o conseguiram. O general Haig — segundo afirma nas suas memórias — planejou com Sharon concluir este negócio em quatro ou cinco dias. Terminaram-no? Veja a realidade. Begin foi obrigado a pedir a sua demissão. Israel está em crise. Repare no exército “atolado” no sul do Líbano, na economia falida, na inflação galopante... É verdade que nós deixamos Beirute, mas Beirute não é uma cidade palestina! Antes, nós apenas tínhamos uma base militar no Líbano, agora temos nove bases militares em nove países árabes diferentes. Você também fez referência à insubordinação de Abu Musa... Mas quem é Abu Musa? O que é que ele representa? Será que ele é um cavalo de Tróia? Ou pelo contrário, muito simplesmente, um “cão de caça”? Acredite que esse tipo de gente é a expressão da ingerência árabe nos nossos assuntos.

Enquanto todos esperavam a sua demissão na reunião de Argélia, no mês de junho, as diferentes facções palestinas renovaram-lhe, uma vez mais, a sua confiança. Como o sr. encara esse resultado?

32 - terceiro mundo

— Considero-o apenas o resultado da nossa democracia. Fui eleito e devo ficar no meu lugar. Orgulhamo-nos de podermos dizer que possuímos um dos raros oásis de democracia no “deserto” do Oriente Médio. Aí está um dos milagres da causa palestina. O exercício da democracia na selva das armas! O primeiro campo de experiência da democracia na revolução!

Em 1974, o senhor falava na estratégia do “fuzil e do ramo de oliveira...” Dez anos depois parece mais inclinado para o lado da “oliveira”. A que se deve atribuir esta modificação?

— É impressão sua... Nós também não podemos desistir da nossa opção militar. Qualquer nação em luta que desistisse desta opção, renunciaria a si mesma historicamente. Recordemo-nos dos índios do México face aos espanhóis. Nós retivemos a lição. Claro que eu tenho sempre o ramo da oliveira, mas também olho permanentemente para o fuzil da resistência.

Face às últimas ofensivas israelenses, principalmente os bombardeios dos campos palestinos do norte do Líbano e o sequestro de um barco oriundo do Chipre para capturar os seus resistentes, a OLP continuará, mesmo assim, a dar a outra “face”?

— Nós não somos um exército clássico. Antes da invasão do Líbano, os israelenses conheciam todos os nossos terrenos militares. Agora conhecem-nos? O inimigo tenta todos os golpes, combate contra fantasmas, está começando até a ter medo da própria sombra.

O que é que nos pode dizer sobre o recente encontro com o rei Hussein da Jordânia?

— Este encontro faz parte das nossas permanentes negociações. Abordamos diversos problemas, conversamos a respeito da próxima conferência sobre a Palestina, e os resultados da minha viagem à China.

De qualquer modo, fala-se cada vez mais de uma possível solução pacífica da questão palestina através de uma negociação jordano-israelense.

— É o plano Peres... O do Partido Trabalhista... O rei Hussein recusa-se a debater o problema palestino sem a participação da OLP.

Diz-se que o ano de 1984 será um ano decisivo para a atual liderança da OLP. Pode-se falar num “grande desafio” a Yasser Arafat?

— Não é uma questão pessoal. Que eu fique ou não, não é importante. O importante é que a OLP, apesar de todas as provações, possa continuar a ser o único representante do povo palestino. Não se pode tapar o sol com a peneira.

“Negociar com dignidade”



Um dos máximos responsáveis da igreja católica do Líbano e assessor direto de Arafat para assuntos religiosos, lembra as diferentes etapas da luta palestina e analisa as mudanças que podem acontecer na sociedade israelense

No dia 14 de julho passado houve em Argel uma reunião dos dirigentes palestinos na qual foi aprovada a reunificação de todas as correntes que compõem a OLP: *Al Fatah*, representada na reunião por Abu Jihad, comandante de suas forças combatentes, e os grupos que recentemente criaram a Aliança Democrática Palestina – ou seja, a Frente Popular e a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FPLP e FDLP), a Frente pela Libertação da Palestina (FLP) e o Partido Comunista Palestino.

Esta foi a decisão mais importante tomada pela OLP desde a crise gerada pela dissidência dentro da *Al Fatah* liderada por Abu Mussa – que depois se ampliou a outros setores e acabou por imobilizar a luta palestina durante algum tempo. Ela abre caminho a uma recomposição da unidade dentro da OLP, que poderá acontecer em setembro, durante a reunião do Congresso Nacional Palestino, o Parlamento da OLP.

Pouco antes da reunião de Argel, realizou-se em São Paulo, Brasil, o 1º Congresso das Entidades Palestinas da América do Sul e Central e do Caribe. Entre os dirigentes palestinos que vieram ao Brasil estava o bispo Ibrahim Ayyad, assessor de Yasser Arafat para questões religiosas e de política internacional, e membro do Congresso Nacional Palestino. (Ver cadernos do terceiro mundo nº 52).

Nesta oportunidade, o padre Ayyad nos concedeu uma entrevista exclusiva na qual analisou os fatos que levaram à ruptura da unidade da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e sua

posterior reconstituição, assim como outros temas da atualidade do Oriente Médio.

Sobre a situação atual da OLP, monsenhor Ibrahim Ayyad lembrou que a organização foi criada “para lutar pela recuperação de nossa pátria palestina”. E fez um relato de todas as tentativas realizadas nesse sentido: “Estamos lutando desde 1964. Durante longos anos tentamos todos os caminhos pacíficos, fizemos reivindicações perante as Nações Unidas, batemos às portas das grandes potências, fizemos apelos aos países árabes. Durante muito tempo conseguimos muito pouco porque constatamos que o Mundo Árabe não estava em condições de ajudar-nos, entre outros motivos porque explorava nossa causa em função de seus próprios interesses e porque muitos desses regimes têm fortes conexões com o imperialismo norte-americano. Por isso compreendemos que devíamos tomar nossa causa em nossas próprias mãos. E que era preciso começar a lutar já, não só no campo diplomático, como também no militar, no terreno da informação etc., para concretizar nossa meta”.

Sobre a dissidência que surgiu no ano passado nas fileiras da *Al Fatah* (o grupo majoritário da OLP), facção essa liderada por Abu Mussa, que passou a questionar a liderança de Arafat e a ênfase do dirigente da OLP em uma saída negociada, explica monsenhor Ayyad: “A divisão não veio dos próprios palestinos. Era orientada de fora, em particular pela Síria e pela Líbia”.

“Por que?”, perguntamos.

“Em parte – responde o bispo –, porque esses regimes não se opõem totalmente aos planos dos Estados Unidos em relação ao povo palestino e em parte por inveja da figura de Yasser Arafat. Houve líderes árabes – continua – que desde a morte de Gamal Abdel Nasser ambicionaram ocupar sua posição de liderança no Mundo Árabe e sua projeção internacional. Mas não tiveram êxito porque careciam da estatura política, da inteligência, da personalidade, da força moral de Nasser. Pensaram que com dinheiro poderiam comprar esse lugar, com o dinheiro do petróleo. Mas não houve dinheiro capaz de realizar o impossível. E, nos últimos anos, a única figura do Mundo Árabe que alcançou projeção internacional foi Yasser Arafat”.

“Que outra explicação haveria para esse rancor contra Arafat?”, interroga monsenhor Ayyad. E ele mesmo responde: “Nada. O que fez Arafat a seus irmãos árabes? Nada, a não ser permanecer

fiel à linha traçada desde o início, ou seja, recuperar nossa pátria por todos os meios e, se for possível, por meios pacíficos”.

Negociar com dignidade

Perguntamos ao monsenhor Ayyad se na reconstituição da unidade no interior da OLP não teria representado um papel importante o apoio dos palestinos dos territórios ocupados, que sempre se mantiveram fiéis à liderança de Arafat.

“Sem dúvida, esse fator pesou muito. Toda nossa população nos territórios ocupados está do lado de Arafat. Vêem nele o símbolo de nossa luta. Arafat não se converteu no líder do povo palestino por empregar belas palavras. Foi ele que nos anos 67/68 comandou pessoalmente mais de 100 operações militares bem-sucedidas.

“Um exemplo é a batalha de Tubas. Arafat acompanhado de apenas seis combatentes enfrentou durante três dias mais de um regimento israelense, reforçados com helicópteros. Os militares israelenses — que perderam um general nessa batalha — estavam convencidos de estar enfrentando centenas de combatentes, e eram só sete.

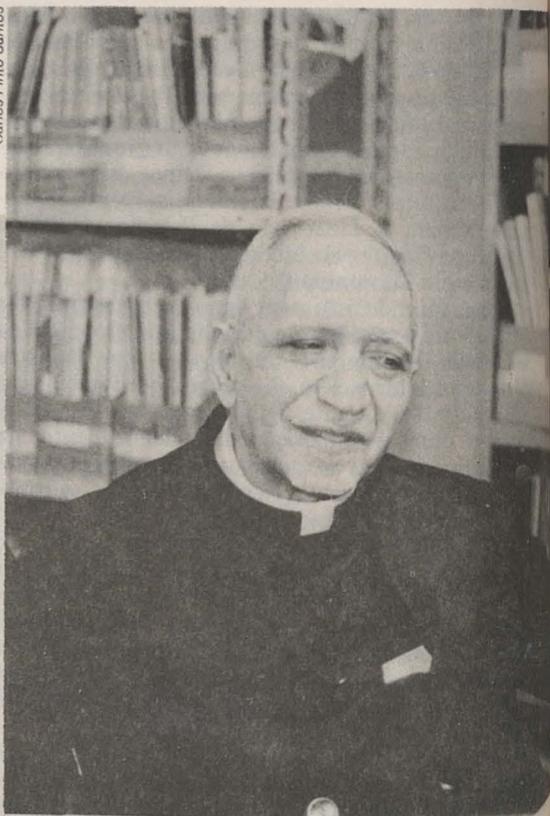
“O mesmo na batalha de Karameh, Jordânia (22/03/68). Atualmente, os jordanianos realizam uma grande comemoração anual da batalha, mas isso mais parece uma piada de mau gosto do que uma homenagem histórica, porque eles nunca mencionam o papel dos palestinos, quando na verdade tudo se deu a partir de uma decisão pessoal de um comandante palestino a serviço do exército jorda-

niano. Os palestinos sabiam exatamente a que horas da madrugada se aproximariam as forças israelenses e em que número avançavam. Dada a sua superioridade numérica e em armamentos, dirigentes da Frente Popular sugeriram retirar-se de Karameh, até as montanhas. Mas Arafat se negou. “Temos que enfrentá-los, custe o que custar”, disse. E foi o que se fez. Só a *Al Fatah* teve 193 mortos. Muitos deles morreram explodindo os tanques com seus próprios corpos, carregados de dinamite. Enquanto isso, o exército jordaniano se mantinha parado, simplesmente observando a luta. Mas os comandantes palestinos alistados no exército jordaniano não podiam deixar seus companheiros morrerem impunemente diante de seus olhos. E se lançaram à luta apesar da ordem em contrário do oficial jordaniano que comandava as tropas. E os israelenses foram derrotados”.

Quando perguntamos a monsenhor Ibrahim como via o futuro da OLP, agora que a reconciliação parece um fato irreversível, afirmou: “A reconciliação palestina foi decretada em uma reunião em Aden (Iêmen do Sul). Mais tarde, se realizou uma reunião do Comitê Executivo da OLP na qual estiveram presentes todos os seus membros, e agora

Monsenhor Ibrahim Ayyad

□ Ibrahim Ayyad nasceu em Belém, Palestina, onde ainda vive a sua família. Quando era criança estudou numa escola da igreja católica de ritual grego, entrando depois para o Seminário Latino de Jerusalém, onde se formou em teologia e filosofia. Estudou também na Faculdade de Direito Civil, na época uma dependência da Universidade de Londres, já que a Palestina estava sob mandato britânico. Quando a região foi ocupada pelos judeus israelenses, Ibrahim Ayyad passou a ser conselheiro do patriarca latino de Jerusalém e logo depois entrou para a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Hoje ele é presidente do Tribunal Eclesiástico Latino do Líbano, membro do Conselho Nacional Palestino e assessor de Yasser Arafat para questões religiosas e diplomáticas. Foi um dos articuladores do encontro de Arafat com o papa João Paulo 2º. *



Carlos Pinto Santos



Israel procura eliminar a identidade cultural palestina



Yasser Arafat com o rei Hussein

está programada a reunião do órgão máximo palestino, o Congresso Nacional (Parlamento da OLP), para setembro, em Argel. Ali será selada a reunificação. Conquistada a unidade interna, devemos dar ênfase aos objetivos de nossa luta. E se nenhum país árabe está em condições de ajudar-nos, o que devemos fazer nós, os palestinos, ficar quietos? Não, temos que nos mexer. Em que direção? Na que as circunstâncias permitam”.

“E qual é a direção que as circunstâncias permitem atualmente?” perguntamos.

“O caminho da negociação. Mas negociar com dignidade. Não podemos deixar que outros negociem por nós. Isso nunca permitiremos”.

Refere-se à intenção dos norte-americanos de dar ao rei Hussein da Jordânia o papel de porta-voz dos palestinos?

— Entre outras coisas. Porém não o permitiremos. Os israelenses procuram eliminar a identidade nacional palestina. Nos querem mesclados com os jordanianos. Mas os norte-americanos sabem que nunca o permitiremos, que nós nunca nos renderemos. Um povo que deseja viver com dignidade não se entrega. Pode morrer, mas fraquejar nunca. Conhece na história européia a “Guerra dos Cem Anos”? Pois bem, nós estamos dispostos a travar cem anos de guerra.

Uma vez, Ben Gurion disse aos norte-americanos que com nossa geração ia desaparecer a causa palestina. Contudo, as ações que exigem mais arrojo, as operações suicidas, são levadas a cabo por jovens que não nasceram na Palestina. Mas que em seus corações têm guardado um amor à Pátria Palestina ainda maior que o nosso, que ali nascemos.

Isso significa que se os Estados Unidos ainda não aceitaram a OLP na mesa de negociações sobre o Oriente Médio, segundo a sua opinião, acabarão tendo que aceitá-la?

— Sem dúvida. Os países da Europa Ocidental estão trabalhando nesse sentido.

Os norte-americanos propõem a autonomia palestina em terras da Jordânia. Os israelenses propõem uma autogestão palestina em questões administrativas nos territórios ocupados. O que é que a OLP está disposta a aceitar?

— Durante anos nos ofereceram território jordaniano. Não o aceitamos. Dizem que poderemos chamá-lo Palestina. E se perguntamos como o rei Hussein reagirá nesse caso, eles nos respondem: “Dele nos encarregamos nós”. Mas a confederação com a Jordânia que os norte-americanos nos oferecem, de acordo com a lei internacional só poderia ser proclamada entre dois Estados independentes. Antes que nós palestinos possamos formar uma confederação com algum outro país, temos que ter nosso próprio Estado palestino. Depois, até pode ser que a confederação não seja uma má idéia, para criar um Estado mais poderoso.

O que é então que a OLP reivindica como exigência mínima?

— Aceitaremos qualquer parte de nosso território — da antiga Palestina — no qual possamos estabelecer-nos, como um primeiro passo. Nós, os palestinos, não somos livres em nenhum país. Só poderemos sê-lo em nosso próprio Estado independente. Mas não aceitaremos a “autonomia palestina” nos parâmetros de Campo David, por exemplo. O que é essa autonomia? É uma administração municipal. Os israelenses permaneceriam nos territórios ocupados, com suas autoridades, seu exército, controlando as molas fundamentais da administração.

As relações com o Egito

Consultamos monsenhor Ayyad sobre as relações entre a OLP e o regime egípcio, que provocaram tanto impacto na opinião pública mundial, quando, após a saída de Beirute, Arafat se entrevistou com Mubarak.



Arafat e Mubarak: o novo relacionamento

“As relações com o Egito são muito importantes. Lembremos que os acordos de Campo David previam duas etapas. A primeira, em relação ao Egito; a segunda, em relação ao problema palestino. Do ponto de vista do estabelecido para o Egito, os acordos já foram completados. Tratava-se da recuperação do Sinai. É certo que com cláusulas restritivas sérias, como a instalação de forças multinacionais, a proibição de instalar armas pesadas e a limitação a apenas cinco mil homens em armas egípcios em todo esse território. Mas, no final das contas, o Egito recuperou seus poços petrolíferos, e isso é importante.

“O segundo aspecto de Campo David era o problema palestino. Estabelecia-se que a negociação em torno dos palestinos viria uma vez completada a primeira parte. Mas o Egito está se recusando a negociar. Porque teria que fazê-lo em torno da fórmula israelense da *autonomia palestina*. Nós solicitamos a Mubarak que não aceitasse negociar nesses termos e ele resistiu à negociação. E mais, já teria que ter ido a Jerusalém, e não o fez.

“Também não funcionou a normalização de relações entre o Egito e Israel. Pela própria resistência do povo egípcio. De acordo com o intercâmbio turístico programado, por exemplo, 50 mil israelenses viajaram ao Egito no ano passado. Mas quantos egípcios viajaram a Israel? Só 500. E por motivos comerciais. Quando as pessoas ficam sabendo

que determinados alimentos vêm de Israel, não os compram, mesmo se são mais baratos. Quando os turistas israelenses vão às lojas fazer compras, os vendedores egípcios se recusam a atendê-los.

“As pessoas fazem isso espontaneamente. E agora passaram a ter o respaldo do governo. De acordo com fontes oficiais, Campo David está morto. Mas não podem declará-lo, porque os israelenses em 24 horas voltariam a ocupar a península do Sinai. Os egípcios estão em inferioridade militar. E isso não é casual: é que o governo dos Estados Unidos fornece sistematicamente a Israel as armas mais modernas e sofisticadas, enquanto que aos egípcios só vende armamento convencional. É por essa razão que o Cairo pretende comprar armamento francês.”

“Só mudam as aparências”

Em relação às eleições norte-americanas, monsenhor Ibrahim Ayyad disse não ter muita expectativa. “Campo David é a herança de Jimmy Carter”, lembrou. “Mudam as aparências, mas a política aplicada é a mesma porque quem a traça é o *establishment* norte-americano”. Igual ceticismo manifestou diante das eleições de Israel. “Os trabalhistas só são mais flexíveis nos aspectos táticos”, afirmou.

Quando perguntamos se os acontecimentos no Líbano não teriam influído positivamente na opinião pública israelense, levando-a a ter uma atitude mais ativa na vida política e religiosa do país, o dirigente da OLP respondeu: “O governo israelense mantém até agora uma censura rigorosa em relação aos acontecimentos no Líbano. Só reconheceram 600 mortos. Mas, de fato, de acordo com fontes militares francesas, perderam mais de cinco mil homens. E têm pelo menos oito mil feridos. Censuram qualquer referência às baixas porque temem a reação de sua própria gente. As manifestações de massa em Telavive — que reuniram mais de 400 mil pessoas, segundo me disse um israelense ilustre, um grande homem, Amnon Kapeliuk (ver entrevista com Kapeliuk em *cadernos do terceiro mundo* nº 59) — não foram um questionamento à invasão do Líbano em si, ou aos massacres de Sabra e Chatila, mas um protesto pelas baixas israelenses. Muitos deles haviam perdido seus maridos, filhos, pais, noivos”.

“Quanto aos problemas éticos da invasão do Líbano, tenho minhas dúvidas de que realmente lhes criem problemas de consciência. Porque nas escolas de Israel ensina-se as crianças a odiarem os árabes e que não devem misturar-se conosco. Antes havia numerosos casamentos entre árabes e judeus. Atualmente, fazem todo o possível para impedi-los. As pressões contra os casais são tão grandes que em geral acabam desistindo de casar-se. Essa é a explicação do apoio maciço que Sharon e Begin



A população árabe e palestina dos territórios ocupados por Israel sofre todo tipo de discriminação

ONU receberam depois da invasão: um apoio de 70% dos votos. Eu estudei hebreu em 1936, no Patriarcado de Jerusalém. Tínhamos um professor judeu. Lembro como me chocaram alguns dos livros de texto que ele me trouxe, dos que se usavam nas escolas. Chamavam os árabes de ladrões e assassinos. E assim foram formadas as novas gerações em Israel”.

Às vezes a realidade se impõe a toda interpretação. Não acha que essas gerações devem estar, ao menos, confusas?

— Creio que estão abrindo os olhos, mas o processo é lento, muito lento. As novas gerações estão cansadas de guerra e se perguntam como pôr um fim à situação, mas ainda não superaram seu medo e seu desprezo pelos árabes.

Em que medida a ofensiva diplomática da OLP, que levou Yasser Arafat a entrevistar-se com vários chefes de estado, inclusive com o papa João Paulo 2º, não influi também para forçar uma mudança de atitude em relação à luta do povo palestino?

— Já em 1968, Yasser Arafat foi às Nações Unidas, pronunciando o histórico discurso no qual afirmou que tinha o ramo de oliveira em uma mão e o fuzil na outra, e no qual apelou para a comunidade internacional para que nunca permitisse que tivéssemos que abandonar o ramo de oliveira. De modo que a vocação negociadora dos palestinos não é nova. Contudo, os anos passaram e necessitamos ainda do fuzil. Esse complexo de superioridade dos israelenses impede o avanço no caminho da paz...

Refere-se à sua interpretação de sua própria história como “povo eleito”?

1984 — Agosto — no. 69

— Claro. Não é verdade que sejam um povo eleito. Nem sequer de acordo com a Bíblia. No primeiro capítulo do Evangelho segundo São João, do Novo Testamento, está escrito que somos filhos de Deus. Está claro que não existe povo eleito. Se somos cristãos temos que aceitar essa doutrina. Dizer que a proclamação do Estado de Israel é uma concretização das profecias é uma heresia do ponto de vista cristão. Em uma conferência que dei em Oslo no ano passado fiz uma extensa análise nesse sentido.

E qual é a posição do papa João Paulo 2º?

— Sua posição é positiva. Em vários encontros que mantive em alto nível no Vaticano percebi que o problema palestino é uma preocupação permanente do papa e que sempre está presente em suas conversações. Uma de suas declarações públicas mais importantes nesse sentido foi na cidade de Otranto no sul da Itália, a 15 de outubro de 1980, quando João Paulo 2º diante de mais de 150 mil fiéis afirmou que a principal causa da diáspora palestina foi o estabelecimento do Estado de Israel. E que culminou com a entrevista entre Sua Santidade e Yasser Arafat, que se realizou a partir de uma decisão pessoal de João Paulo 2º e apesar de todas as pressões com as quais se tentou frustrar o encontro.

Monsenhor Ibrahim Ayyad conta que, prevista inicialmente para meia hora, a entrevista entre Arafat e João Paulo 2º, que se desenrolou em um clima fraterno, durou mais de uma hora e só foi interrompida porque o Sumo Pontífice estava sendo esperado para uma audiência pública, na qual, além do mais, o tema palestino ocupou uma boa parte da intervenção do papa. (Beatriz Bissio) ●

terceiro mundo - 37

Palestinos cristãos: perseguição em dobro

“ A perseguição das autoridades israelenses é mais implacável contra os palestinos cristãos. Eu tenho uma irmã que é freira. Vive em Jerusalém. Ela me conta que muitos judeus quando a vêem caminhando pelas ruas com a cruz no peito lhe cospem ou lhe gritam obscenidades, verdadeiras atitudes fanáticas. E não há quem ponha um freio a essas atitudes. Aparecem inscrições com insultos nas paredes das igrejas, do tipo ‘fora daqui’, ‘por que não se vão?’ conta o bispo Ayyad.

“Por exemplo, na Abadia da Virgem Adormecida em Jerusalém, os padres beneditinos tinham uma biblioteca muito valiosa: foi roubada. Os vitrais da abadia, que eram maravilhosos, foram quebrados. Durante a invasão de Jerusalém, em 1948, eles penetraram na igreja. Eu conhecia pessoalmente a estátua da Virgem que dá o nome à abadia, uma verdadeira obra de arte. Eles quebraram as mãos, lhe perfuraram os olhos, enfim, a mutilaram. Ali se refletiu perfeitamente esse ódio a Cristo e à Virgem. O mesmo fizeram em Haifa. Tenho em meu poder uma carta do superior do convento de Haifa que é guardião da Terra Santa em Jerusalém. Ele conta o ódio com que se lançaram contra as igrejas. Conta como decapitaram uma das imagens de Cristo e colocaram excremento no lugar da cabeça.

“Em Israel, o Novo Testamento está proibido atualmente. Por exemplo, Israel Sahak, o presidente da Comissão de Direitos Humanos, me contou que conheceu uma jovem professora que sugeriu a seus alunos de um colégio secundário que lessem uns parágrafos do Novo Testamento. Foi expulsa da escola.

“E mais: atualmente em Israel se mudou o sinal que simboliza a soma matemática. Não é mais uma cruz, é um *t*.

“Outra forma de perseguição: os cristãos não podem mais ser guias turísticos em Israel. Têm que ser judeus. E os peregrinos cristãos também são agredidos moralmente. Um deles me contou que o guia se referiu nesses termos a um dos caminhos por onde passou Cristo: ‘Os cristãos dizem que por aqui passou o bastardo’. Teria muito mais exemplos. Mas lembro sempre do que ocorreu com o secretário-geral da Comissão de Justiça e Paz na França. Eu me entrevistei com ele e lhe dei alguns

desses exemplos. Senti que ele não acreditava em mim. Mas poucos meses depois ele viajou a Israel. Quando regressou, me chamou e pediu um encontro comigo. ‘Tenho que lhe pedir desculpas pelo meu ceticismo’ — me disse. ‘Agora sei que tudo que você me contou é verdade e que ainda foi pouco’, acrescentou. ‘Com meus próprios olhos, comprovei o que está ocorrendo, a perseguição contra os cristãos e árabes em Israel’.

“Força bruta ou asfixia econômica, o objetivo das pressões é o mesmo: a expulsão”

“Outro exemplo: eles estão se apoderando das terras árabes. E se é a época de colheita, eles nem sequer permitem que as famílias árabes possam colher o que está plantado. Quando Sharon era ministro da Agricultura, ele costumava colocar veneno nas sementes ou usava tratores para arrancar as plantações.

“Estão fazendo todo o possível para que os árabes não possam mais viver em suas terras, e sejam obrigados a emigrar. Por exemplo, os cristãos em Jerusalém eram 45 mil, agora são só 8 mil. Têm que pagar impostos exorbitantes. Minha sobrinha é advogada em Jerusalém. E os impostos sobre seus salários são elevadíssimos. Ela aguentou o que pôde. Mas chegou a um limite. Agora pensa em ir para Amã, emigrar.

“Às vezes os expulsam pela força bruta e às vezes através dessas pressões, da asfixia econômica. O objetivo é o mesmo: obrigá-los a sair. Em um ano, mais de três mil jovens católicos abandonaram Belém e Jerusalém. E esse processo é contínuo.

“No ano passado, na Conferência de Genebra, Arafat voltou a insistir em nossa disposição, como palestinos, de transitar pelos caminhos pacíficos. ‘Deixem-nos realizar nosso sonho de ser um exemplo de paz na Terra da Paz’, afirmou. E exortou os israelenses a negociar. Mais tarde, em Amsterdã, Arafat insistiu na linha negociadora: ‘Deixem-nos construir um diálogo construtivo entre nossos dois povos’, afirmou. ‘Todos sentimos uma profunda necessidade de paz, mas de uma paz justa e duradoura’. Muitos judeus estavam presentes nessa conferência de Amsterdã.

“O Mundo Árabe é governado por dirigentes coniventes com a política norte-americana. Mas estou convencido — não tenho nenhuma dúvida — de que chegará o dia que os povos árabes tomarão seu destino em suas mãos. É então, sim, o imperialismo norte-americano verá seus interesses em perigo.”

As sequelas da guerra do Líbano



Um corajoso testemunho

que obriga à reflexão, na palavra do jornalista judeu Jacobo Timmerman

Majid e Subhu Abu Gumaa tinham 18 anos, eram primos. A 13 de abril junto com outros dois palestinos sequestraram um ônibus em uma estrada ao sul de Telavive e para liberar os passageiros exigiram uma troca por prisioneiros palestinos. Comandos israelenses assaltaram o ônibus. Um passageiro israelense e dois palestinos morreram. Majid e Subhu foram aprisionados ileso e mortos a coronhadas durante o interrogatório.

Como em todo o mundo, o governo tratou de ocultar os fatos e o jornalismo os pôs a descoberto. Não foi permitido ao diário *Hadashot* publicar as fotografias dos dois adolescentes custodiados pelos seus captores, mas a versão chegou ao *New York Times* e o Ministério da Defesa israelense ordenou uma investigação que estabeleceu a verdade dos fatos.

Segundo o ministro israelense da Defesa, Moshé Arens, os responsáveis serão castigados. Mas há motivos para se duvidar, já que quando se autorizou finalmente a publicação das fotos, o rosto dos verdugos foi apagado.

A censura utilizou o mesmo procedimento antes de liberar fotografias dos terroristas israelenses processados pela tentativa de explodir cinco ônibus árabes no centro de Jerusalém. O juiz Amihud Zehavi proibiu divulgar os nomes dos implicados, que também são acusados pelos atentados de 1980 contra os prefeitos palestinos Bassam Shaka, de Nablus, Karim Khalef, de Ramallah, e Ibrahim A-Tawill, de El-Bire, e pelo complot para explodir as mesquitas de El-Aksa e Omar.

Se a justiça israelense não é confiável, os sentimentos de sua população são alarmantes. Uma pesquisa informal realizada em Telavive, quando foi conhecida a forma como morreram Majid e Subhu Abu Gumaa, indicou que 84% dos inquiridos consideravam o ocorrido aceitável. A comoção causada em 1982 pelo massacre de Sabra e Chatila cede lugar à rotina do horror consentido? Que perspectivas isso abre ou fecha, agora que um novo governo se instala em Israel? O que se pode e o que não se pode esperar do povo de Israel?

Algumas respostas a essas perguntas podem ser encontradas nas páginas que se seguem, fragmentos do livro *Israel, a mais longa guerra*, do jornalista israelense Jacobo Timmerman. Diretor do diário *La Opinión* de Buenos Aires, Timmerman foi sequestrado e torturado pelos militares argentinos em 1977, libertado e expulso em 1979.

Militante sionista desde sua juventude, denunciou que havia sido perseguido na Argentina como judeu, e ao chegar a Israel declarou-se feliz e orgulhoso. Em um artigo para um diário israelense escreveu que os judeus eram belos, bons e valentes.

Mas a invasão do Líbano em 1982 despertou-o

Jacobó Timmerman, de novo em Buenos Aires



brutalmente. Seu filho mais velho se negou a fazer com os palestinos o mesmo que os militares argentinos haviam feito à sua família e Timmerman converteu seu diário pessoal em livro, testemunho de uma opção e de uma ruptura que requerem muito mais valentia do que a necessária para ser torturado em uma prisão de Buenos Aires ou matar crianças nas ruas de Beirute.

O fato de um israelense escrever semelhante livro, vida nova que fermenta sobre a putrefação de uma sociedade, deveria induzir à esperança, ainda que seu autor desconfie da capacidade de seus compatriotas para redimir-se sem ajuda. (Horacio Verbitsky)

Fragmentos do livro "Israel, la guerra más larga" de Jacobo Timmerman

À exceção do nascimento do Estado de Israel, em 1948, nenhum acontecimento comoveu tão profundamente os judeus como a invasão israelense do Líbano. Se há 35 anos, tudo foi euforia sem perguntas, a partir de meados de 1982 tudo é interrogação sem piedade.

Nos meses de junho a setembro de 1982, entre a entrada de três colunas de tanques israelenses no Líbano e as matanças de civis palestinos nos acampamentos de Sabra e Chatila, uma pesada desmistificação afetou cada aspecto da vida judia na Diáspora e em Israel.

A brutalidade da invasão assim como sua gratuidade, mostrava Israel como uma potência colonialista com um governo que enganava o Parlamento e a opinião pública, e uma máquina militar que não questionava a moralidade das ordens que recebia. A ética judia havia sido aniquilada!

Um marechal de Bonaparte

Sharon está onipresente. Ocorreu-me que Bonaparte o teria amado antes de uma batalha, sustentado durante a batalha e decapitado depois. É estranho que um marechal de Bonaparte tenha podido fazer carreira em um exército democrático, fundado por jovens colonos socialistas em um Estado de explícitos controles constitucionais. (...)

Cada judeu leva em si alguma remota ou recente cicatriz deixada pelas humilhações sofridas. O heroísmo é uma necessidade cotidiana, e nesses primeiros dias era uma constante. Depois, foi preciso saber se essas ruínas fumegantes das cidades libanesas tinham alguma relação com o heroísmo, ou se eram imagens trazidas de outras guerras para ilustrar o que os judeus seriam incapazes de cometer.

Um homem avança entre essas ruínas com um menino ou menina de uns dez anos nos braços. Um grupo de homens, mulheres e crianças são detidos,

40 - terceiro mundo



Ariel Sharon, "um marechal de Bonaparte"

com seus braços ao alto, e a expressão de seus rostos, o que transmitem os seus olhares é facilmente reconhecível para qualquer judeu. Porém nos está proibido fazer comparações que possam chegar a igualar as vítimas de hoje com as vítimas de ontem. Porque se isso fosse permitido, a conclusão quase inevitável seria de que os crimes de ontem são os crimes de hoje. Foi assim que, mais ou menos no quarto dia, começou a culpa. Se a guerra havia começado oficialmente no domingo, 6 de junho de 1982, é quase seguro que a culpa começou, extra-oficialmente, na quinta-feira 10 de junho. (...)

Pela primeira vez, o povo israelense pensava no que havia feito a outro. Sentia culpa e até vergonha. (...)

Pela primeira vez, havia cidades destruídas e massas de civis mortos. Estavam abatidos pelo assombro. Haviam visto, mas não sabiam o que significava... E ainda que não o escrevessem nem comentassem por rádio ou televisão, traziam consigo algo completamente novo: o odor que desprendem os mortos sem enterro. Não é algo novo para o israelense. Houve milhares de soldados mortos nas guerras dos últimos 30 anos que apodreceram esperando o enterro. Mas parece que o odor das crianças e mulheres nas ruas, nas casas, é um odor diferente.

Os jornalistas trouxeram algo mais. Haviam visto de diferentes postos através de binóculos a destruição sistemática de três grandes cidades: Tiro, Sidón, Damur. Era também algo "pela primeira vez". Bombas israelenses da aviação, da artilharia e da marinha destruíram cidades. (...)

A longa lista de situações que se produzem pela primeira vez é o que nos mantém a todos saltando de um argumento para outro, de uma comparação para outra, tentando preservar algo de nossa credibilidade, de nossa tradição moral, das justificativas que nos foram dadas por nossa condição de viti-



“O Holocausto, assim como o conteúdo moral da tragédia judia, sofreram uma séria deterioração nas mãos dos que os utilizam para justificar a invasão do Líbano e a política externa israelense”

mas do homem, das nações e do mundo em um extenso período da história. Mas estamos inquietos, porque já na terceira semana de guerra não podemos continuar nos enganando. E quando deixamos de nos enganar, começamos a sentir vergonha. Uma sensação estranha e irreal para um judeu, a de conceber-se carrasco. (...)

Fui à reunião popular do “Paz Agora” com meu neto de dois anos sobre os ombros. Pelos microfones, lêem a mensagem de um pai cujo filho não o fará avô porque tombou no Líbano... Quantos anos me restam para evitar a guerra para a qual o Exército-Estado enviará meu neto? (...)

O holocausto: direito ou missão?

A confusão é basicamente aumentada primeiro porque, para o governo deste país, todo ato agressivo israelense fica justificado porque houve um holocausto. E, segundo, porque respondendo ao mesmo mecanismo neurótico, alguns críticos do governo acreditaram que comparando as ações israelenses às cometidas pelos nazis fica melhor evidenciada a infâmia da invasão do Líbano.

O jovem filósofo francês Alain Finkielkraut acaba de indicar com precisão que o debate encerra dois perigos. Um, o de fechar-se na defesa de Israel, obcecar-se na negação de toda condenação e compensar com a má-fé as dúvidas que existem. O segundo perigo seria o de desviar até o extremo oposto, palavra por palavra, a opinião que se tem sobre os judeus. “Os judeus, de vítimas, se conver-

tem em carrascos nazis”. Creio, por minha parte, que há um terceiro perigo. Se uma crítica ou acusação a Israel pela invasão do Líbano, fosse considerada como expressão de anti-semitismo pelo fato de que se utilizam palavras que correspondem aos crimes cometidos pelos nazis contra os judeus, nos alienaríamos do mundo em que vivemos. Inclusive as expressões de anti-semitismo de alguns dos críticos da política israelense não invalidam os conteúdos essenciais da crítica, nem justificam nossas ações no Líbano. (...)

Comparar Arafat com Hitler é uma utilização obscena e perversa da tragédia judia. (...) O Holocausto, assim como o conteúdo moral da tragédia judia, sofreram uma séria deterioração em mãos dos que os utilizam para justificar a invasão do Líbano em particular, e a política externa israelense em geral. Às vezes me pergunto se o Holocausto, para os que estamos vivos, é um direito ou uma missão. Se devemos recordar o Holocausto para evitar que se repita contra nós, ou também contra qualquer outro povo. (...)

Os soldados compreenderam, na situação moral limite que viveram, invadindo um país em uma guerra desnecessária, que a extensa litania de acusações e lamentos de seus chefes, era uma faceta a mais do silêncio. O que não só oculta a palavra justa, mas também a corrompe.

Eu gostaria de poder dizer-lhes que não se sentissem sufocados por esse silêncio. De todos os agravos que lhes foram infligidos nessas semanas, o engano não é o mais penoso. Quando meditarem,

no decorrer das próximas semanas, descobrirão que foram agredidos em sua posteridade. Que foram ao Líbano para perpetuar o fogo e a violência que nas próximas guerras envolverão as suas descendências.

O problema palestino

O problema palestino não se resolverá só pelo fato de que possamos manter uma superioridade militar, nem porque inventemos as mais originais fórmulas políticas. Nada pode substituir a necessidade de um povo de organizar-se em Estado no território que habita e lhe pertence. A alternativa que nosso governo nos oferece, por mais disfarces que lhe ponham, é manter a opressão sobre o povo palestino até que tenhamos destruído sua vontade de viver, aniquilado sua identidade nacional. É incrível que membros do povo que demonstrou que isso é impossível considerem isso possível. Que é imoral e é criminoso. De toda forma, ainda antes que possamos confirmar se isso é possível, será a nossa sociedade a destruída, nosso povo o extenuado pela guerra permanente. Converter-se em uma Prússia do Oriente Médio é agora nosso destino manifesto. E depois, o quê? (...)



“É impossível achar que a ocupação seja um projeto aceitável para uma democracia”

Não é necessário aprofundar em todos os detalhes a política que Israel aplica nos territórios ocupados. As informações diárias nos meios de comunicação de massa são ilustrativas. É difícil encontrar uma fórmula democrática de ocupar um território. Certamente os aliados o fizeram com a Alemanha, a Áustria e o Japão depois da guerra. Mas nunca tiveram pretensões territoriais a respeito desses países. No momento em que Israel manifestou que seu objetivo era a incorporação a seu patrimônio dos territórios ocupados, e portanto a conversão de seus habitantes em cidadãos de segunda

classe, é impossível que este seja um projeto aceitável para uma democracia. (...)

Os soldados conheceram essa região dos outros tão difícil de penetrar: o mundo afetivo. Trouxeram consigo para Israel relatos de famílias de 6, 8 ou 10 membros ajudando-se uns aos outros a sobreviver em meio ao desmoronamento e ao pânico. Relatos de crianças de 10 a 12 anos diferentes das únicas crianças que a propaganda oficial israelense apresentava, os meninos lança-foguetes. Meninos de 10 a 12 anos perdidos, cuidando de irmãos menores, cuidando de anciãos, mendigando para levar comida a suas famílias; crianças que não choram, que não fazem travessuras porque já têm a seriedade sombria do tempo. Conheceram jovens palestinos que são voluntários nos hospitais, que têm amigos, que querem algum dia ter filhos e que, como os israelenses, sonham com uma motocicleta, com uma moça liberal; jovens que também estão orgulhosos de não temerem a morte e a quem também entristece a morte dos outros.

O reconhecimento mútuo

Os soldados trouxeram relatos de enfermeiras que ficaram atendendo feridos, médicos que não fugiram; e encontraram jovens palestinos que como eles, não pedem misericórdia nem se humilham. Os soldados perceberam que os jovens palestinos, como eles mesmos, também sentem orgulho de sua identidade. Uma identidade que a propaganda oficial lhes havia dito que era amorfa, indefinida, confusa, quase paranóica, quase criminosa. Os soldados não a acharam mais confusa do que a deles próprios, não escutaram dos palestinos dúvidas mais amargas ou complexas do que as que os angustiavam em Israel. Descobriram nesses palestinos, quando os ouviam falar da pátria que algum dia teriam, longínquas reminiscências do que acreditavam ter percebido nos relatos de seus avós ou pais sobre outras épocas de Israel. Talvez, nesse momento, tenham tido um pouco de inveja.

Quando esses soldados retornaram a Israel, na sétima semana da guerra, viram que todos conheciam os atos heróicos que eles haviam realizado. Mas eles trouxeram, além de sua angústia ou euforia ou fadiga, façanhas, heroísmo e sacrifícios do outro, do palestino com quem em algum momento tiveram ocasião de falar pela primeira vez. (...)

Compreender a existência do outro e então admitir sem ódio a sua existência, é um fato novo em Israel, mesmo considerando que alguns setores democráticos nunca deixaram de senti-lo desse modo. Mas como estado de ânimo que se alastra, embora ainda não como estado de consciência, é a primeira vez que ocorre. (...)

É preciso convencer os israelenses de algum modo a aceitar os novos judeus do Oriente Médio,

“O que foi que
converteu os
nossos soldados
em criminosos
tão eficientes?”

esses cidadãos de uma terra sem Estado, esses sionistas sem Herzl nem Ben Gurión, esses palestinos que se negam a desaparecer, assim como se negam a renunciar a seu Estado. Seus erros e seus crimes não provam que sua reivindicação histórica não seja justa e correta. Se pudéssemos aceitá-los em sua identidade humana, como aprendemos a fazê-lo com os alemães depois da guerra, saberíamos admiti-los em sua identidade nacional.

Por mais que nosso governo e a propaganda oficial pretendam ocultar e dissimular o fato, os palestinos estavam preparando, antes da invasão do Líbano, o reconhecimento do Estado de Israel. Inclusive no momento difícil que estão atravessando, deram mostras suficientes de abertura política para que um governo israelense as aproveitasse. Deveríamos compreender, tanto nós como nosso aliado americano, que uma vez mais Henry Kissinger se equivocou em suas primeiras apreciações sobre a guerra no Líbano. Ao contrário do que disse e fez crer aos governos de Israel e USA, essa invasão não abriu um vasto leque de novas oportunidades para Jerusalém e Washington. O que esta guerra demonstrou é que só uma nova oportunidade surgiu: o mútuo reconhecimento dos dois povos, o israelense e o palestino. (...) A paz é a única nova oportunidade.

Bombardeios e massacre

Seis dias de bombardeios. Um desses bombardeios dura doze horas, que o diário libanês *L'Orient-Le-Jour* chama “Doze horas de loucura”. (...)

Os comunicados serviram para informar sobre operações militares e negociações diplomáticas. Nem um morto aparece, nem uma casa destruída. Nunca se utiliza a palavra inimigo, e nunca se esclarece quais são os planos daqueles a quem ataca-

1984 — Agosto — no. 69



mos com tanta eficiência e êxito durante toda a semana, quais os perigos reais — se existem — em que nos colocam. Dentro dessa grande nebulosa, eles são os terroristas, em número de seis ou oito mil, e ficamos com a impressão de que cada bomba que lançamos sobre Beirute cai sobre a cabeça de algum terrorista sem sequer afetar a rotina diária das centenas de milhares de habitantes da cidade.

De onde tiramos essa capacidade de cinismo?

Quando ficamos sabendo esta semana pela imprensa estrangeira que entre 500 e mil civis foram mortos por causa dos bombardeios, nos dizem que os terroristas buscaram refúgio entre eles.

Quem nos deu a nós o direito de decidir que esses civis deviam morrer porque não puderam ou não souberam escapar a tempo dos terroristas? De onde tiramos essa onipotência? (...)

Ontem foi o enterro, com todas as honras, de
terceiro mundo - 43



Beatriz Bissio

“Em nosso subconsciente coletivo não nos repugna a possibilidade de um genocídio palestino”

dez soldados israelenses que tombaram no último ataque a Beirute. Os outros nove serão sepultados hoje, 6 de agosto. No mesmo ataque morreram 250 palestinos e libaneses, que não terão sepultura por enquanto; enquanto isso os ratos darão conta de alguns. Os 65 feridos israelenses já estão sendo atendidos nos melhores hospitais de guerra do mundo. Não há hospitais para os 670 feridos palestinos e libaneses. É possível que nem todos morram de suas feridas e que alguns sobrevivam à sede.

O salmo 137 diz que nunca se deve esquecer Jerusalém. E nunca a esqueci. Com o mesmo fervor e ternura, nunca esquecerei Beirute.

Ontem à noite, uma marcha de tochas percorreu as ruas de Jerusalém exigindo a paz, a retirada total das tropas israelenses do Líbano. Os habitantes de Jerusalém pensam em Beirute e lutam por Beirute. Há fúria. Há esperança. (...)

Nesse domingo, 19 de setembro, meu filho mais velho veio despedir-se. (...) Crê que não deve ir, mas angustia-lhe a idéia da prisão militar para a qual será enviado. Está ainda traumatizado pela lembrança das visitas à prisão onde estive preso na Argentina. Não quer desertar, mas precisa expressar de algum modo seu protesto pelos assassinatos organizados por Israel nos campos palestinos do Líbano... Me pergunta lenta e suavemente sobre

44 - terceiro mundo

como é a vida em um cárcere. Escutem a resposta de um pai israelense e reflitam sobre o grau de anormalidade, alienação, deformação a que chegou a vida cotidiana em Israel:

“Não podes comparar, filho, um cárcere argentino com um cárcere israelense. Em nossas prisões só maltratam os árabes e tu és membro da raça superior. É certo que fomos o povo escolhido por Deus para ser testemunha de sua Verdade, mas agora que nos capacitamos para o assassinato de outro povo somos uma raça superior, já que, diz nosso governo, ninguém nos pode derrotar. Não te torturarão no cárcere. Uma vez que organizes tua rotina, 30 ou 60 dias passam rápido. Se não te apresentas agora à tua base é um ato individual. Talvez no regimento haja outros que pensam como tu e possam organizar um protesto coletivo. Em todo o caso, devem negar-se a ir ao Líbano. Não se pode ser cúmplice de um crime justificando-se com ordens superiores. É o momento de rebelar-se”.

(A 4 de outubro de 1982, Daniel Timmerman foi sentenciado a 28 dias de confinamento em uma prisão militar por negar-se a retornar à frente do Líbano. Em maio de 1983 foi sentenciado pela segunda vez a 35 dias. Na primeira vez, era o quinto soldado condenado por negar-se a transpor os limites de Israel. Na segunda vez, já era o número 60. Continuam aumentando.)

Lembrei do rabino Robert Goldberg, que disse a jovens norte-americanos que se negavam a servir ao exército durante a guerra do Vietnã: “Pode ser que os levem diante de um tribunal, mas nunca ante um futuro Nuremberg”. (...)

Tenho poucas esperanças na oposição democrática de Israel. (...) Temo que a disciplina israelense que domina o subconsciente de todos nós termine por implementar uma investigação que, na realidade, proteja os criminosos do castigo que merecem, e que o povo de Israel sofra de forma irreparável uma deterioração do respeito e nível moral que ainda tem perante o mundo. Lembrei, também, do rabino Abraham Joshua Heschel, o qual disse durante a campanha contra a guerra do Vietnã: “Em uma sociedade livre, alguns são os culpados, mas todos são responsáveis”. Penso então que só o povo judeu pode hoje fazer algo por nós. Os judeus da Diáspora, que preservaram os valores da nossa tradição moral e cultural, destruídos pela intolerância e pelo nacionalismo israelenses, deviam estabelecer um tribunal judeu para julgar Begin, Sharon, Eitan, todo o Estado Maior do exército de Israel. Será a única maneira de elaborar e entender a enfermidade que está destruindo Israel e, talvez, preservar o futuro de Israel. O que foi que nos converteu em criminosos tão eficientes?

Em nosso subconsciente coletivo não nos repugna a possibilidade de um genocídio palestino. Não creio que nós, os israelenses, possamos curarmos sem ajuda de outros.

Você precisa
de um almanaque
que não veja o mundo
com os olhos
dos países ricos



Brevemente
nas bancas
e livrarias

Mapas e dados atualizados da política, economia,
história e geografia de todos os países do mundo

A unificação do comando guerrilheiro

Um repórter da agência Inter Press Service percorreu recentemente as zonas controladas pela guerrilha salvadorenha e entrevistou seus dirigentes sobre os rumos da luta armada no país. O texto que segue é baseado no relato do repórter Alberto Grignolo.

Se o governo salvadorenho não decidir dialogar com os movimentos guerrilheiros do país, haverá um aprofundamento da guerra que dura quatro anos e que já provocou pelo menos 50 mil mortes. Segundo os principais movimentos guerrilheiros de El Salvador haverá também a necessidade de restabelecer um comando unificado militar de todos os grupos que hoje controlam quase um-terço do território desta pequena nação centro-americana.

A Direção Revolucionária Unificada (DRU) existiu durante quase dois anos a partir de 1981, mas foi desativada devido a divergências entre os cinco movimentos políticos que compõem a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Agora, o governo democrata cristão de José Napoleón Duarte está tentando explorar a desativação da DRU com o objetivo de embaralhar as cartas do jogo político e adiar o início de um diálogo direto e incondicional com a FMLN.

A Frente inclui o Exército Revolucionário do Povo (ERP), as Forças Populares de Libertação Farabundo Martí (FPL), as Forças Armadas de Resistência Nacional (Fam), o Partido Comunista e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-americanos (PRTC). De todos es-



Napoleón Duarte

tes grupos, o governo de Duarte considera as FPL como o setor mais "duro", isto é, aquele que teria a posição mais inflexível com relação a negociações visando um fim da guerra.

Nós encontramos o primeiro secretário das FPL nas encostas da serra de Guazapa, a cerca de 30 km de San Salvador, em plena zona dominada pela guerrilha. Eduardo Guzman negou que seu movimento seja inflexível. "Se o governo demonstrar, na prática, através de passos concretos, sua intenção de criar um regime provisório de ampla participação, nós não nos oporíamos a uma negociação, e poderíamos inclusive dar mostras objetivas de nossa flexibilidade".

Guzman afirma que o principal objetivo de seu movimento é evitar o aumento do custo social da guerra, mediante a redução das perdas humanas e materiais. "Mas para isto — acrescenta — são necessárias duas condições básicas: a presença dos interesses populares num futuro governo de transição, segundo fórmulas que garantam uma participação concreta e não apenas nominal, ao lado do fim imediato da intervenção norte-americana em El Salvador. Estes dois últimos pontos são essenciais em qualquer negociação".

O poder guerrilheiro

No momento, a FMLN controla cerca de 90 municípios de todo o país onde já foram instalados centros de poder autônomos administrados pelos cinco grupos que compõem a Frente. A existência deste poder autônomo que dá bases próprias ao movimento guerrilheiro é encarada pelos dirigentes da FMLN como a base principal para que num eventual processo de diálogo, o governo de Duarte seja obrigado a reconhecer que já não domina mais o país inteiro.

Eduardo Guzman afirma que "os guerrilheiros não estão cansados e nem interessados em abandonar a luta armada". Ele diz que aceita negociações se não

houver imposições, como por exemplo, a exigência de entregar armas antes do início de um diálogo porque isto "implicaria criar uma situação que procure colocar a guerrilha em desvantagem".

Mas enquanto o diálogo não vem, as FPL intensificam a criação dos chamados "poderes populares locais". Trata-se da organização política instalada nas zonas controladas, como na frente Felipe Pena, instalada nas serras de Guazapa, onde foi feita a entrevista com Eduardo Guzman. A frente começa nos arredores da capital salvadorenha, incluindo cidades como Pasmal e Aguillares, e se estende até os departamentos vizinhos de Cuzcatlán e Cabañas.

O presidente do "poder popular local" é um jovem guerrilheiro que se identifica apenas como Alex. É ele quem coordena o trabalho de quatro secretários encarregados da defesa, assuntos jurídicos, assuntos sociais e da economia popular. O chefe da defesa coordena a mobilização das unidades guerrilheiras e organiza a proteção dos civis, bem como a retirada de populações desarmadas em caso de ataque. Já o secretário de assuntos jurídicos é o responsável pelo estabelecimento das normas que orientam o convívio social, as chamadas "leis revolucionárias" e se ocupa também dos casamentos, batizados e levantamentos estatísticos. O encarregado das questões sociais garante o funcionamento de escolas, clínicas médicas e demais organismos assistenciais da comunidade. E o responsável pelo setor econômico coordena as tarefas tanto do setor cooperativo comunitário como dos produtores privados que vivem nas regiões ocupadas. É ele quem estabelece metas de produção e garante a distribuição e comércio dos bens ou colheitas.

Na frente Felipe Pena já foram criadas além de escolas e clí-



Esperando o diálogo, a guerrilha intensifica suas ações

nicas médicas de primeiros socorros, uma loja comunitária, uma sapataria, uma panificação, um apiário e uma alfaiataria. Os responsáveis pela administração local reconhecem que não foi possível romper o ciclo de miséria em que vive o povo, mostrando como prova disto que ainda existe subnutrição, paludismo e disenteria. A circunstância da frente estar localizada numa zona de guerra dá ao local características especiais, onde tudo é feito mais em função da sobrevivência do que para conseguir grandes avanços em relação ao que existia no local antes do início da guerra. "Mas de qualquer maneira, muita coisa que não havia antes já entrou em funcionamento regular" garante um dos responsáveis pela Felipe Pena.

Todas as 100 cabeças de gado da região foram eliminadas durante bombardeios pela aviação salvadorenha. Mas apesar disto, a zona de Guazapa consegue manter um comércio ativo com regiões vizinhas. Este comércio, que envolve tanto os membros da frente como agricultores e comerciantes isolados, depende no entanto de transporte por es-

tradas, o que nem sempre é possível por causa da ação dos aviões do governo.

Uma das organizações novas, surgidas depois que os guerrilheiros passaram a controlar Guazapa é a Ames (Associação de Mulheres). Juanita, a líder feminina local, garante que hoje as "mulheres já não vacilam mais em realizar tarefas que antes eram exclusivas dos homens, entre elas a da luta armada". Entre os projetos desenvolvidos pela sub-zona da Ames está a construção de uma cooperativa de pesca e de uma padaria. Também os jovens passaram a ter formas próprias de organização, para desempenhar tarefas como correio, transporte de pequenas mercadorias e vigilância. Eles servem também como guias para grupos de combate das FPL na região.

Durante o tempo em que percorremos a região da frente Felipe Pena tivemos a oportunidade de observar como combatem os guerrilheiros. Eles estão em todas as partes com seus fuzis e metralhadoras dos mais variados tipos e procedências. Há muitas armas norte-americanas que foram capturadas de soldados do



Carlos Gil

“Quando alguém corre durante um ataque é porque está indo ocupar seu posto de combate”

exército regular. Os uniformes também são os mais diversos possíveis. Mas, em comum, existe sempre a preocupação em estar junto da população. Vimos dezenas de guerrilheiros acompanhando camponeses na colheita do milho e de feijão.

Em sua maioria muito jovens, eles estavam no dia em que visitamos a área operacional preocupados com a retirada de quase cinco mil camponeses diante da iminência de um ataque em larga escala das forças governamentais. O ataque já havia sido detetado com quase uma semana de antecedência por meninos que informaram os chefes locais sobre uma concentração anormal de tropas e blindados logo nos arredores de San Salvador, perto da estrada que dá acesso à região de Guazapa.

A “guinda”

Perto do meio-dia, um avião da força aérea atacou um posto comercial controlado pelos guerrilheiros. Trata-se de uma rotina quase diária executada por aparelhos A-7 ou A-37, aos quais se juntam ocasionalmente helicópteros do tipo *Huey* ou aviões cargueiros *Hercules*. Quando isto ocorre, a população se esconde em geral em baixo das árvores ou então faz a “guinda” (fuga). O

que surpreende é que quase ninguém se mostra assustado ou corre diante do ataque aéreo. Um guerrilheiro, sorrindo, afirma que “quando alguém corre é porque está indo ocupar seu posto de combate”.

Diante da notícia de que quase 2.500 soldados se preparavam para atacar a região, os guerrilheiros rapidamente organizaram a população, que se colocou em marcha ao cair da noite em busca de um lugar seguro. Foram quase 11 horas de caminhada silenciosa pelo escuro, rumo às encostas de uma montanha. Em voz baixa, os participantes da “guinda” não lamentavam abandonar suas casas, fato que para a maioria deles já era uma rotina. A única coisa que lastimavam era não poderem terminar a colheita de milho e de feijão.

Já no departamento de Cabañas, a marcha terminou porque os chefes guerrilheiros encontraram um acampamento militar das FPL e a situação foi considerada segura, porque estávamos todos fora do alcance da força inimiga. Foram quase três mil camponeses que haviam usado a “guinda” para temporariamente buscar refúgio. E foi neste acampamento que encontramos uma das pessoas mais importantes das FPL na região. O comandante Ramón Torres.

O acampamento guerrilheiro em pouco difere de um acampamento de um exército convencional, salvo pela presença de camponeses e mulheres que se movimentam com total intimidade entre os combatentes fardados de verde-oliva e portando fuzis norte-americanos do tipo *M-16*. Estes guerrilheiros dirigem as chamadas “forças secundárias”, compostas por milicianos menos graduados e que realizam um trabalho permanente de vigilância ao longo das serras próximas. Estas forças secundárias percorrem caminhos e picadas das cinco da manhã até o entardecer à procura de patrulhas do exército.

O comandante Ramón Torres, tendo ao lado os tenentes “Salvador” e “Emilio” (ambos nomes de guerra), afirma que no momento a tarefa principal das FPL é buscar a unidade completa de todos os diferentes exércitos guerrilheiros que, de forma autônoma, agem no interior das chamadas “zonas liberadas”. Segundo eles, a partir do último “conselho revolucionário” das FPL, a organização decidiu intensificar o projeto de formação de um único partido revolucionário. “Este processo — afirma Ramón Torres — visa alcançar uma consolidação da aliança das organizações guerrilheiras com os setores democráticos que compõem a Frente Democrática Revolucionária (FDR) dirigida por Guillermo Ungo”.

Tudo isto deveria — segundo o comandante das FPL — levar à reconstituição da DRU, que seria uma organização político-militar ampliada e que se constituiria na entidade máxima da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. A ela estariam subordinadas a comissão diplomática que se encarrega dos contatos políticos tanto externos como internos e o comando geral das forças guerrilheiras, formado pelas cinco organizações integrantes da FMLN.

Uma democracia questionada

Presos políticos e crescente militarização, acampamentos anti-sandinistas e colaboração logística de organismos do governo são alguns sintomas da decomposição do regime

Rodrigo Jaubert

Quando Luis Alberto Monge assinou a Carta de Intenções com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1982, renegociava uma dívida externa de 170 bilhões de *colones* (4 bilhões de dólares): isto é, a maior dívida per capita do mundo (a Costa Rica tem uma população de 2,5 milhões de habitantes aproximadamente). A moeda se desvalorizou em mais de 580% e durante os dois últimos anos o Produto Interno Bruto (PIB) se manteve com níveis inferiores a zero.

No ano de 1983, o Conselho Econômico Costarricense iniciou uma série de medidas que provocaram grandes mobilizações populares e barricadas nas ruas: o combustível foi aumentado em 19% e a taxa de câmbio passou de 8,60 para 45 *colones* por dólar em 1982. Nesse período, o salário real aumentou em 122% contra 137% de aumento dos preços dos produtos de consumo básicos mínimos. Deve-se levar em conta que isso não inclui moradia, saúde, educação e vestuário.

Os pobres em 1980 representavam 41,7% das famílias. Em



Luis Alberto Monge

1981, 56,4%; em 1982 chegam a 70,7% e, na área rural, essa percentagem se eleva para 82,9%, mantendo-se essas tendências até 1984: tudo isso segundo cifras oficiais.

O governo de Monge, ao invés de atacar as causas dos problemas, impõe medidas destinadas a "solucionar" a crise de acordo com os interesses dos grandes banqueiros costarriquenhos. O FMI, que se converteu em um

súperpoder na Costa Rica — segundo declarações de dirigentes social-democratas do Partido de Libertação Nacional (PLN) — exigiu para 1984 uma redução mínima de 70 milhões de dólares na despesa pública e uma série de medidas e taxas que fizeram com que o próprio presidente declarasse que esse organismo pretendia desestabilizar o país.

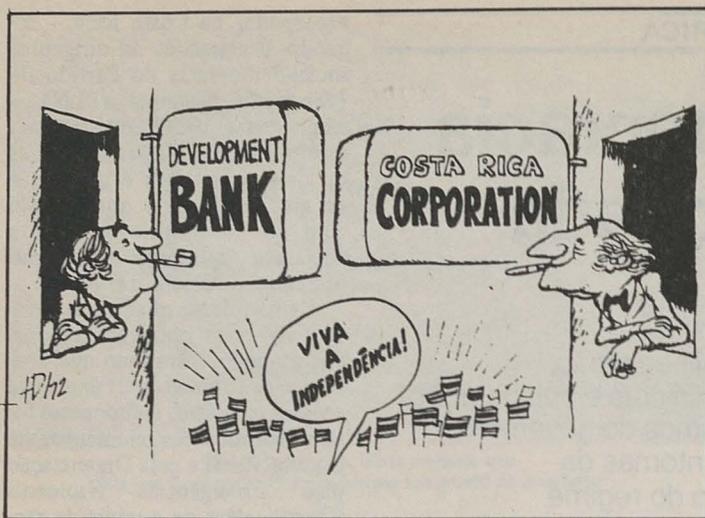
Dentro desse quadro, as invasões de terra por trabalhadores do campo fizeram com que a situação se tornasse mais explosiva e violenta. Vários camponeses foram baleados por elementos da Guarda Rural e pela Organização para Emergências Nacionais (Open), além da queima de ranchos, colheitas e sementes e a detenção de centenas de pessoas. Exemplo dessa irracional concentração da terra, foi o despejo violento de mais de duas mil pessoas (400 famílias) ocorrido a 5 e 6 de março em Coto Brus, ao sul do país. Essas famílias, que haviam invadido esse latifúndio de propriedade norte-americana, enfrentaram a Guarda Rural para evitar a remoção. Houve um morto, vários feridos graves e crianças afetadas pelos gases lacrimogênicos usados pela Guarda.

O caso é que a crise pesa sobre os ombros do povo, materializada em maior desnutrição, deserção escolar de mais de 40% na educação primária e secundária, em 1983, e aumento do desemprego. As maiorias populares tentam subsistir, seja reduzindo o gasto de alimentação ou aumentando as horas de trabalho dos membros da família, tanto dos adultos quanto dos jovens ou das crianças.

Militarização e organizações paramilitares

A Costa Rica era um país que se vangloriava de ter "mais professores do que soldados". O exército como tal, foi proscrito como instituição permanente desde a Constituição de 1949.

terceiro mundo - 49



Extraído do jornal *Universidad*, de Costa Rica.

Na mesma, aprovou-se unicamente o funcionamento das forças da polícia que fossem necessárias para a vigilância e conservação da ordem pública.

O aumento das tensões fronteiriças entre os governos da Costa Rica e Nicarágua e a generalização da crise econômica nos últimos dois anos, levou o governo de Luis Monge a uma aliança com as forças contra-revolucionárias de Edén Pastora e com os Estados Unidos.

Assim, tenta se justificar a criação de uma série de organizações paramilitares e o aumento acelerado de assessores e projetos de caráter estratégico em termos das exigências norte-americanas. Com efeito, nove países prestam ajuda militar à Costa Rica: Estados Unidos, Panamá, Venezuela, Coréia do Sul, República da China (Taiwan), Israel, Japão, Argentina e Espanha. A ajuda militar consiste em armamento, equipamento, bolsas de estudo para os policiais e o envio de instrutores militares especializados em adestramento antiterrorista.

Por outro lado, a Organização para Emergências Nacionais (Open), criada por decreto executivo, exige em seu recrutamen-

to "comprovado credo democrático" e treina seus quadros política e militarmente. Seus responsáveis estão relacionados com os grupos armados anti-sandinistas fornecendo-lhes apoio logístico e cobertura militar. São eles, os coronéis Rodrigo Paniagua e Oscar Montero. Os setores de oposição afirmam que essa organização é um prolongamento do corpo militar do PLN. No total, são estas as organizações paramilitares de direita e as forças regulares que o exército costarricense disfarçado possui (ver tab.).

Os orçamentos de segurança aumentaram notavelmente nos últimos três anos e a assistência norte-americana não se fez esperar: para 1981 foi de 23 milhões

Corpos Paramilitares

Nº de Efetivos

Open	10.000
Reservistas do PLN	15.000*
Movimento Costa Rica Livre	(Informação não confirmada)
União Patriótica	2.500**
Grupo Fortín	(Informação não confirmada)
Ação Democrática	
Zona Norte	(Informação não confirmada)
Coyotepe 55	(Informação não confirmada)
Comando Tomás Guardia	(Informação não confirmada)
Comandos de Vigilância	(Informação não confirmada)
Mau Mau	(Informação não confirmada)
Brigada Simón Bolívar	(Informação não confirmada)
Boinas Azuis	(Informação não confirmada)
Grupos ABC	(Informação não confirmada)
Grupo Tridentes	(Informação não confirmada)

Forças Regulares

Guarda Civil e Rural	12.000
Organismo de Investigação Judicial	1.000
Agência de Segurança Nacional	100
Diretoria de Inteligência e Segurança	(Informação não confirmada)
Brigada Antiterrorista	200
Comandos do Atlântico	278
Polícia Militar	250
Total Global	39.328

* Os reservistas do PLN são 25.000, mas se acredita que 10.000 são os que passam a integrar a Open.

** A informação é aproximada

335 mil dólares; para 1982, de 52 milhões 648 mil dólares; e para 1983, de 161 milhões 585 mil dólares.

Acampamentos anti-sandinistas

Os acampamentos anti-sandinistas haviam sido detetados na Costa Rica desde janeiro de 1982 na província de Guanacaste, em Boca del Parismina, no Cerro del Cacao, no sopé do vulcão Orosí, e nas fazendas El Hacha, El Amo, El Pelón e Las Delicias.

Quando o chanceler Fernando Volio afirmou na Organização de Estados Americanos (OEA) que a Nicarágua havia agredido a Costa Rica no ataque a Peñas Blancas a 28 de setembro de 1983 — fato desmentido por fontes jornalísticas e oficiais costarriquenhos — recebeu o apoio de seus “aliados e amigos”: El Salvador, Guatemala, Honduras, Paraguai e, logicamente, Estados Unidos. Com essa colocação, Volio procurou criar um pretexto para desmembrar e paralisar o Grupo de Contadora e implementar junto a seus aliados uma política de maior agressão contra a Nicarágua. Ao mesmo tempo, o delegado norte-americano na OEA assinalou que os 21 pontos do Documento de Objetivos de Contadora “não são obrigatórios” e que os Estados Unidos “não tolerarão mais uma agressão contra a Costa Rica ou outros países vizinhos, para o que contamos com o apoio do Tiar” (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca).

Nessa mesma semana, o chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, general Paul Gorman, visitou a Costa Rica e se reuniu com o presidente Monge e Curtin Windsor (o questionado embaixador norte-americano que, segundo fontes bem informadas, apadrinha Pastora e os *contras*). Como resultado dessa reunião foi anunciado um projeto que determina o envio e treinamento



Extraído do jornal *Universidad*, de Costa Rica.

de um contingente de oficiais norte-americanos, panamenhos e colombianos à Costa Rica, esclarecendo que “não serão de caráter militar nem guerreiro” (?). Gorman propôs, além disso, construir uma rede de estradas e pontes na região fronteira com a Nicarágua, apontando o aspecto “estratégico” do projeto. Com efeito, o “Projeto da Zona Norte”, como é denominado, procura isolar por terra a Nicarágua e fornecer logística técnica e militar aos anti-sandinistas, às forças do Tiar, do Condeca (Conselho de Defesa Centro-Americano) ou uma força de intervenção norte-americano-costarriquenha.

Esta campanha busca colocar a Costa Rica contra a Nicarágua e criar condições para que os costarriquenhos assimilem a ajuda norte-americana quando forem “agredidos pelos sandinistas”. Com a mesma orientação — sem mencionar o estatuto de “neutralidade perpétua” que a Costa Rica proclamou a 17 de novembro de 1983 — foi fundado em um hotel costarriquenho um novo grupo anti-sandinista, denominado M-3, do qual 60%

dos integrantes estão radicados nesse país. Essa organização se somou à Aliança Revolucionária Democrática (Arde) e estabelece um programa mínimo, a criação de uma Junta Coordenadora e um programa de governo alternativo.

Curiosamente, o semanário britânico *The Sunday Times* informou a 4 de novembro de 1983 que o presidente Reagan pretendia que se formasse um “governo provisório” na Nicarágua antes de janeiro de 1984. Segundo o plano, os países do Condeca enviariam tropas à Nicarágua para defender o “governo provisório” enquanto as forças dos Estados Unidos em Honduras contribuiriam com o apoio logístico e interviriam em caso necessário. Entre os supostos “convidados” a formar esse governo, estão Alfonso Robelo e Leonel Poveda, residentes na Costa Rica.

Numerosas personalidades e organizações políticas foram acusadas de manter uma “campanha de desprestígio” contra o governo de Luis Monge. Mas na realidade há só um responsável pelo desprestígio da Costa Rica: o próprio governo. ●

Uma manobra política

Realizadas como uma formalidade para melhorar a imagem internacional, as eleições de julho não modificaram a situação: o exército continua sendo o poder por trás do trono

Otoniel Martínez *

Os militares que derrubaram o general Lucas García, a 23 de março de 1982, e puseram no lugar o general Ríos Montt, prometeram "reconduzir a Guatemala pelo caminho da verdadeira democracia".

Um ano depois, Ríos Montt anunciava o início de uma "abertura democrática" e promulgava três leis que deviam regulamentá-la. Os políticos qualificaram essa abertura como "uma falta de respeito para com o povo". Poucos dias antes, onze cidadãos haviam sido fuzilados, após serem condenados à pena máxima pelos Tribunais de Foro Especial, que não observaram as mínimas garantias jurídicas.

A legislação disposta por Ríos Montt concedia facilidades para que um grupo de pessoas pudessem iniciar trâmites visando fundar um partido político. Desde então, surgiram 48 agrupamentos. A maioria deles representava cisões dos antigos partidos. Finalmente, 17 conseguiram sua inscrição e participaram, a 1º de julho de 1984, das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte: os restantes não atingi-



Ríos Montt

ram as quatro mil assinaturas exigidas.

Mario Sandoval Alarcón, líder do Movimento de Libertação Nacional, de direita, disse em abril último: "Se analisarmos grupo por grupo, veremos que todos eles tiveram algum envolvimento político com qualquer um dos partidos tradicionais". E Haroldo Rodas Melgar, secretário-geral do Partido Socialista Democrático (na clandestinidade desde 1979), acrescentou que a proliferação de grupos políticos não se devia a divergências ideológicas, mas a interesses pessoais de seus dirigentes.

A Comissão de Direitos Humanos da Guatemala afirmou no último mês de fevereiro: "Desde 1954 não se praticam eleições livres no país, pois os eventos assim chamados foram simulacros eleitorais utilizados para justificar a dominação do exército. A condução política do Estado ficou em mãos de altos chefes militares, e os 'presidentes da República' foram designados pelo exército". Os próprios executores do golpe de março de 1982 reconheceram: "O povo da Guatemala tem sido objeto, diversas vezes, de manipulações eleitorais fraudulentas nos últimos tempos, o que fez os guatemaltecos perderem a confiança nas instituições democráticas".

O absolutismo militar na condução do Estado relegou os partidos políticos ao papel de elementos de apoio para dar cobertura legal à permanência da instituição armada à frente do poder. Os dirigentes dos partidos ocuparam os ministérios ou as bancadas da Câmara dos Deputados, mas as decisões políticas sempre foram tomadas pelo alto comando do exército. Para essa função "de fachada", a instituição militar escolheu os partidários da ultra-direita e aqueles que tinham aspirações mais econômicas do que políticas, e nunca permitiu o desenvolvimento das forças progressistas e democráticas. Foram assassinados em 1979, Manuel Colom Argueta e Alberto Fuentes Mohr, respectivamente, da Frente Unida da Revolução (FUR) e do Partido Revolucionário Autêntico (PRA); e a partir daí dezenas de correligionários tiveram o mesmo destino. Quanto à Democracia Cristã, cerca de 400 dirigentes e ativistas foram assassinados ou sequestrados nos últimos cinco anos.

Tudo isso explica, de certa forma, a apatia dos guatemalte-

* Diretor da Agência guatemalteca de notícias Enfoprensa.



cos diante do processo eleitoral. Amadeo García, do grupo União Revolucionária Democrática, disse que somente 3% dos cidadãos aceitavam inscrever-se em algum partido político, e apontou a indiferença e o medo como causas desse fenômeno.

Entre a fome e o terror

Gustavo Ansueto Vielman, empresário e político ultra-diretista, tem uma explicação a respeito: "Se os guatemaltecos estão preocupados por não terem o que comer — afirma — é óbvio que não vão ficar pensando em política".

De fato, a Guatemala ocupa os primeiros lugares do hemisfério em analfabetismo, insalubridade, desnutrição, mortalidade infantil, déficit habitacional, desemprego e subemprego, injustiça na distribuição da renda nacional e outros indicadores das condições de vida, que são agravadas a cada ano.

Por outro lado, as eleições de julho se realizaram num contexto de violação dos direitos humanos, denunciado reiteradamente pelas Nações Unidas. Segundo os meios de imprensa e os organismos de solidariedade, 127 pessoas foram assassinadas no último mês de maio, enquanto que



A luta armada, iniciada pela oposição popular e revolucionária, atingiu ultimamente níveis significativos

143 foram sequestradas-desaparecidas e 189 feridas, em operações atribuídas às forças de segurança (calcula-se que apenas 20 ou 25% desse tipo de fato chega a conhecimento do público). Entre as 459 vítimas dessa violência oficial contam-se, no mínimo, 15 crianças e 55 mulheres.

A violência oficial atingiu significativamente os grupos políticos que participavam no processo eleitoral. Vinicio Cerezo, secretário-geral da Democracia Cristã, denunciou em novembro de 1983, "uma crescente campanha de perseguição política". Entre outubro daquele ano e abril de 1984, foram assassina-

dos ou sequestrados 57 dirigentes ou ativistas de diversos grupos, majoritariamente de centro e de centro-esquerda. Vários grupos políticos denunciaram atentados contra seus dirigentes, ameaças contra seus ativistas, apreensão de propaganda, proibição de comícios e sabotagens a seus bens. A 29 de maio, Ramón Zelada Carrillo, porta-voz oficial, admitiu a responsabilidade nesses acontecimentos de "agentes menores do governo".

Nos planos de Washington

Poucos guatemaltecos acreditam que a Assembléia Nacional

Constituinte possa contribuir para a democratização e a superação da crise política do país. Luis Arturo Archila, presidente do Colégio de Advogados, denunciou no fim de maio que nos períodos em que a Constituição esteve em vigência, "não prevaleceu um regime de legalidade, já que os governantes não respeitam o ordenamento jurídico, mantendo o mesmo, só do ponto de vista formal e não material".

Além disso, o atual presidente, general Mejía Víctores, anulou a soberania que corresponde por definição a uma Assembléia Constituinte, dispondo que esta só terá como tarefa redigir a Constituição e outras leis afins. "O governo de fato continuará à frente do Poder Executivo e Legislativo", disse Mejía, acrescentando que uma postura dos setores políticos contrária a essa disposição poderia fazer o país desembocar numa nova ditadura.

Parece pouco provável que a vida política da Guatemala possa ser regida por uma Constituição, qualquer que seja seu cunho, enquanto o exército continuar sendo a força hegemônica na condução do Estado. A maioria dos guatemaltecos pensa que, mesmo se houver eleições presidenciais, a instituição militar continuará "governando por trás do trono". A trajetória militar dos últimos 20 anos e a situação atual de insurreição no país parecem confirmar esta tese.

Para a maioria dos observadores, as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte são um "produto de exportação". Em vez de restituir a institucionalidade ao país, os militares tratariam de melhorar a deteriorada imagem internacional do regime, para vencer a resistência que os congressistas norte-americanos têm apresentado durante os últimos anos diante dos insistentes pedidos da administração Reagan para renovar a assistência militar à Guatemala.

Em declarações no início deste ano, após ser conhecido o apoio da Casa Branca à promulgação de uma lei eleitoral na Guatemala, o coronel Pablo Nui-la Hub, porta-voz do governo, expressou: "É maravilhoso que se esteja dando credibilidade no exterior ao processo eleitoral, ao contrário do que acontece no setor político minoritário do país"¹.

A realização das eleições, embora não implique nenhuma mudança significativa na política interna, é um fator-chave na normalização das relações entre a Guatemala e os Estados Unidos. É bem provável que ela se traduza a curto prazo no restabelecimento da assistência militar e no realinhamento dos militares guatemaltecos aos planos de Washington.

Nas fraudes eleitorais dos últimos cinco anos, o exército comprometeu, de forma pouco discreta, importantes dependências estatais, tais como os ministérios do Interior e das Comunicações, a Polícia Nacional e a Polícia Militar, a Empresa Nacional de Telecomunicações, a força aérea, o Tribunal Eleitoral e inclusive o Congresso da República. A duplicidade de documentação, as coações aos funcionários públicos, a mudança de urnas, a alteração dos resultados e outras práticas similares estavam na ordem do dia.

A Guatemala, com seus oito milhões de habitantes, tem 3,5

milhões de pessoas em idade de votar. Entre elas, 2,6 milhões se inscreveram no Registro de Cidadãos, requisito que permite o sufrágio. "Muitas pessoas se inscrevem diante da possibilidade de serem objeto de represálias e medidas punitivas, e não com o desejo de participar nas eleições", afirmava um editorial do jornal *El Gráfico* nos dias anteriores à eleição. E, de fato, foram divulgadas amplamente denúncias sobre pressões aos cidadãos (detenções, multas, demissões etc) para obrigá-los a se inscreverem.

A abstenção chegou em eleições anteriores a cerca de 80% (1982). No entanto, em julho último, a votação foi relativamente alta. Não votar, naquela oportunidade, podia significar não só perder o emprego, mas o risco de perder a vida: o não votante podia ser qualificado como inimigo do regime militar.

Um estado de guerra

Por outro lado, a luta armada, iniciada pela oposição popular e revolucionária há mais de duas décadas, atingiu nos últimos anos níveis significativos. A ONU a qualificou como "um conflito armado de caráter não internacional, que obedece a fatores econômicos, sociais e políticos de tipo estrutural".

No primeiro trimestre de 1984 houve no país 60 choques armados além de 45 ações não-militares dos grupos revolucionários. Como resultado dessas operações, as forças oficiais sofreram 318 baixas comprovadas (os relatórios não quantificam as baixas em vários choques). Os rebeldes se apossaram de armamento e munições.

Nesse quadro, as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte realizadas fundamentalmente para fortalecer o poder militar, não se traduzirão numa melhoria das condições de vida do povo, que poderá experimentar uma nova frustração.

¹Em 1977, o presidente James Carter suspendeu a assistência militar à Guatemala, por causa dos excessos oficiais na violação aos direitos humanos. Desde então, o exército guatemalteco não ocultou suas discordâncias com Washington, fato que se manifestou nos últimos meses na sua negativa de participar das manobras conjuntas dirigidas pelo exército norte-americano em Honduras e na resistência em comprometer-se de maneira direta na estratégia de Washington para a região.

Em tempo de mudanças

Duas décadas após a independência, a Tanzânia se prepara para viver as mudanças políticas mais importantes de sua história

Carlos Castilho

Depois de comemorar os 20 anos da união entre a Tanganica e Zanzibar, a República da Tanzânia prepara-se agora para viver uma nova e crucial etapa de sua vida política, no momento em que Julius Nyerere deixar a chefia do governo, um cargo que exerce desde 1963. O homem que os tanzanianos se acostumaram a chamar de *mwalimu* (professor, em língua *swahili*) deve deixar a presidência em 1985, conforme anunciou no começo deste ano, passando a exercer funções diretamente ligadas ao partido *Chama Cha Mapinduzi* (CCM), o partido único do país, criado em 1965, como resultado da fusão entre a Tanu (*Tanganyika African National Union*) e o movimento *Afro-Shirazi*, da ilha de Zanzibar.

Nyerere, além da indiscutível liderança que consolidou ao longo de duas décadas em seu próprio país, tem no resto da África e também no Movimento dos Países Não-Alinhados, uma posição única resultante dos esforços feitos desde a década de 60 a favor da união do Terceiro Mundo na luta por uma mudança nas relações econômicas e políticas entre as ex-metrópoles européias e as ex-colônias na África, Ásia e América Latina. O *mwalimu* foi também o idealizador de uma experiência de socialização baseada em princípios comunitários que despertou enorme inte-



Julius Nyerere

resse em quase todos os países do mundo, embora os seus resultados concretos na Tanzânia ainda não tenham superado os entraves deixados pelo colonialismo, tanto no plano interno como nas relações comerciais com o exterior.

Até abril, o sucessor natural de Nyerere era o primeiro-ministro Edward Sokoine, mas um acidente rodoviário na estrada entre Dodoma e Dar-es-Salaam mudou radicalmente o panorama político da Tanzânia. Sokoine morreu em circunstâncias controvertidas, e agora o mais provável herdeiro da liderança do governo é o ex-ministro do exterior Salim Ahmed Salim, o primeiro político oriundo de Zanzibar a ter chances reais de chegar à presidência da Tanzânia, desde a unificação da Tanganica com Zanzibar.

Edward Muringa Sokoine, 46

anos, estava no cargo de primeiro-ministro desde 1972 e apesar de ter sido escolhido por consenso, enfrentou numerosos problemas até a sua morte. O principal deles foi a oposição de setores mais conservadores ligados ao ex-primeiro-ministro Cleopa Msuya. Msuya controla poderosos interesses econômicos e foi diretamente afetado pela campanha contra a corrupção em organismos oficiais desencadeada por Sokoine a partir de 1980. No começo deste ano, Msuya foi mencionado por alguns jornais africanos como um dos envolvidos numa suposta tentativa de rebelião promovida por jovens oficiais das guarnições localizadas em Bukoba, com o apoio de políticos tradicionalistas das regiões de Arusha e Kilimanjaro.

A luta contra a corrupção

Mas se os setores mais conservadores se inquietaram com a ofensiva anticorrupção, os setores à esquerda no partido CCM também revelaram insatisfação pelo fato de Sokoine ter prometido facilidades a investidores estrangeiros, ter autorizado o pagamento de indenização pelas propriedades da transnacional *Lonhoro*, nacionalizadas na década de 70. O falecido primeiro-ministro foi também o responsável pela reaproximação com o Quênia, ao autorizar a deportação de ofi-

ciais da força aérea queniana, que fugiram para a Tanzânia depois de terem apoiado uma rebelião estudantil contra o governo conservador de Daniel Arap Moi em Nairóbi, em agosto de 1982.

A existência desses grupos contrários a Sokoine fez com que imediatamente após a sua morte surgissem rumores de que o acidente não foi casual. Nenhuma evidência concreta surgiu no entanto nas semanas seguintes ao desastre e nem o governo deu ouvidos às especulações, mas os boatos continuaram embora não tenham ocorrido desdobramentos políticos.

A ascensão de Salim Ahmed Salim ao cargo de primeiro-ministro o coloca como a figura mais em evidência na sucessão de Nyerere. Salim é um jovem político que se tornou internacionalmente conhecido como o

único diplomata africano que teve chances reais de ser eleito secretário-geral das Nações Unidas, quando houve a substituição de Kurt Waldheim, em dezembro de 1981. Nascido em Zanzibar, o ex-ministro das Relações Exteriores da Tanzânia é muito popular entre os estudantes e tem também uma forte penetração entre os velhos dirigentes de comunidades rurais do interior do país.

A escolha de um ilhéu para a chefia do ministério poderá reduzir as tensões surgidas no começo deste ano entre políticos de Zanzibar e os do continente, em consequência de questões econômicas. A velha guarda do antigo *Afro-Shirazi*, pressionada pela pequena burguesia da ilha, se mostrava descontente com a queda do nível de vida provocada pela deterioração da econo-

mia tanzaniana, especialmente nos cinco últimos anos. A população da ilha, em sua maioria de origem árabe, sempre teve um padrão de vida superior ao dos habitantes da parte continental, graças principalmente às atividades comerciais. Zanzibar sempre foi um próspero porto de trocas para navegadores árabes, que no passado chegaram a transformar a ilha numa possessão do sultanato de Omã. Com a independência da Tanganica e a mudança das rotas comerciais no oceano Índico, a ilha passou a se ligar geopoliticamente ao continente, mas manteve o saudosismo dos bons tempos.

O principal responsável pela campanha de boicote à união com a parte continental é Wolfgang Dourado, ex-procurador-geral de Zanzibar que esteve várias vezes na Europa no ano pas-

SALIM, EMBAIXADOR AOS 19 ANOS

□ Salim Ahmed Salim tem um título inédito em todo o mundo. O de ter sido o mais jovem embaixador nomeado para um cargo importante no exterior. Aos 19 anos, Salim já era embaixador da Tanzânia em Cuba, iniciando uma carreira diplomática quase autodidata que culminaria em 1981, quando aos 39 anos surgiu como o candidato dos países do Terceiro Mundo para a Secretaria-Geral das Nações Unidas, na vaga de Kurt Waldheim. Dois anos antes, o atual primeiro-ministro da Tanzânia já havia sido eleito presidente da Assembléia-Geral da ONU.

Salim Ahmed Salim nasceu em 1942 na ilha de Pemba, situada a pouco mais de 100 quilômetros de Dar-es-Salaam, no arquipélago de Zanzibar. Sua meteórica carreira começou com uma militância ativa na luta pela independência, quando ainda era adolescente. Dono de uma grande habilidade política, ele chegou às Nações Unidas em 1971 como delegado da Tanzânia, com apenas 29 anos. Nos dez anos em que esteve na sede da ONU em Nova Iorque, Salim conseguiu um grande prestígio entre os diplomatas de países do Terceiro Mundo, a ponto de, em 81, ter conseguido os votos de dois-terços dos delegados nas eleições para a escolha do sucessor de Kurt Waldheim. O embaixador tanzaniano só não ocupou o cargo



Salim: um político de prestígio

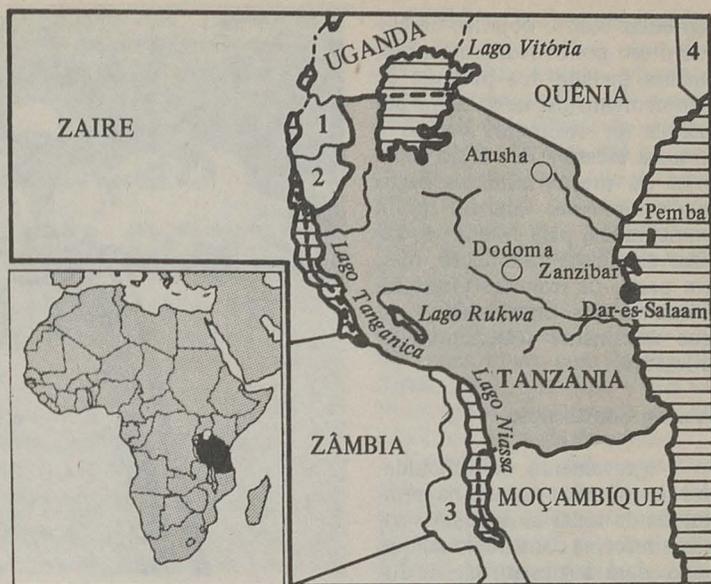
de secretário-geral porque foi vetado pelos Estados Unidos. Em 82, ele foi nomeado ministro das Relações Exteriores da Tanzânia e, em abril passado, assumiu o cargo de primeiro-ministro, acumulando também o Ministério da Informação. Salim Ahmed Salim é o primeiro político de Zanzibar a assumir a chefia do gabinete de ministros desde a unificação política da ilha com a antiga colônia inglesa da Tanganica.

sado, tentando obter o apoio notadamente da Inglaterra para um separatismo dos 580 mil habitantes da ilha. Dourado esteve preso em janeiro, em meio a informações de que ele estaria também ligado à África do Sul, cujo governo sempre procurou desestabilizar a Tanzânia devido ao apoio de Nyerere aos movimentos anti-racistas da África Austral.

Em abril, os habitantes da ilha elegeram o presidente do governo regional, que também é vice-presidente da administração central da Tanzânia. O candidato único eleito foi Ali Hassan Mwinyi, um ex-ministro da Administração Regional que substituiu o veterano Aboud Jumbe, que renunciou após o congresso do CCM em janeiro deste ano. Jumbe governou durante 12 anos, mas nos últimos meses antes de sua renúncia, foi acusado de corrupção e autoritarismo. Os erros cometidos durante seu mandato aguçaram as tendências separatistas da burguesia de origem árabe e indiana em Zanzibar, criando um clima que potencialmente poderia reacender as velhas divergências entre os ilhéus e os 17,5 milhões de habitantes do continente.

A questão econômica

Mwinyi adotou, já no mês de maio, uma política de diálogo com os setores mais ligados ao separatismo, estimulando a manutenção das tradições e da cultura árabe ou indiana na ilha, mas ao mesmo tempo enfatizando a necessidade inquestionável de fortalecer a ligação com o continente. Salim Ahmed Salim desempenhou um papel chave no degelo da crise em formação, apoiando não só o reforço das instituições regionais, liberalizando a administração e promovendo a retirada gradual dos quase quatro mil soldados do continente que estavam baseados na ilha. Tanto Mwinyi como Salim defendem intransigentemente



1Ruanda 2Burundi 3Malawi 4Somália

te, no entanto, que os políticos de Zanzibar mantenham-se fiéis e estreitamente ligados ao CCM.

As mudanças ocorridas desde a posse de Ali Hassan Mwinyi, em maio, mostram que o embrião do separatismo foi neutralizado no plano político e que as ameaças de fracionamento da união alcançada há 20 anos foram afastadas. Mas resta o problema econômico, cuja gravidade é reconhecida tanto pela equipe de Nyerere como por seu possível sucessor. Entre 1983 e 1984, o governo tanzaniano tem que pagar, apenas a título de amortização e juros em sua dívida externa, a quantia de 882 milhões de dólares, enquanto no mesmo período as receitas com exportação não devem ultrapassar os 445 milhões de dólares. A difícil situação criada pela queda constante dos preços das matérias-primas exportadas pela Tanzânia (piretro, castanha de caju, algodão e sisal), bem como a redução da produtividade agrícola, resultado do esgotamento das terras férteis e das modificações verificadas na estrutura agrária do país, tornam impossível o

pagamento dos débitos externos acumulados atualmente em 2,5 bilhões de dólares (1982). Como consequência, Nyerere teve que enfrentar quase quatro anos de uma "enervante guerrilha" com os funcionários do Fundo Monetário Internacional, tentando renegociar a dívida externa e, ao mesmo tempo, manter intacto o projeto econômico socialista. (Ver cadernos nº 47).

No final de junho, a Tanzânia teve que desvalorizar em 26% o *shilling*, moeda nacional, depois de adiar sucessivamente essa medida que provocará um aumento dos preços internos. Alguns dirigentes de Zanzibar protestaram, na época da desvalorização, alegando não terem sido consultados sobre a medida. Mas o primeiro-ministro Salim Ahmed Salim conseguiu contornar os atritos, prometendo elevar o orçamento da ilha, que no momento está fixado em 88 milhões de dólares, enquanto o governo central tem recursos da ordem de 1,5 bilhão.

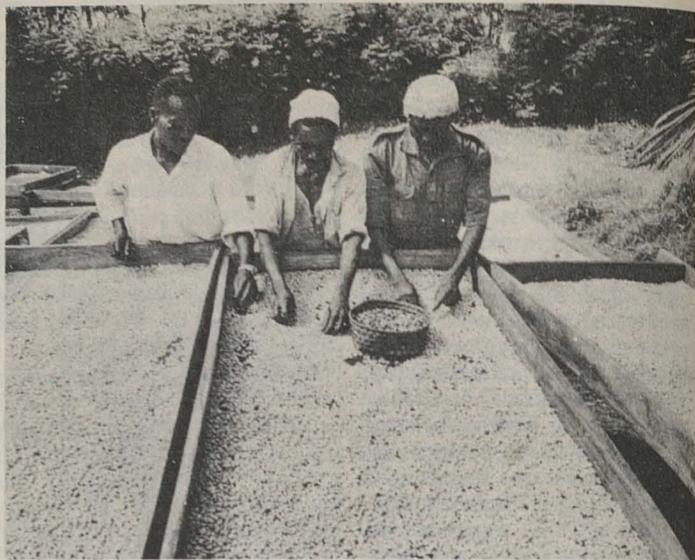
O plano estrutural adotado em 1983 aumentou os financiamentos aos pequenos produtores

agrícolas com o objetivo de elevar o seu poder econômico, mas apenas metade dos projetos de desenvolvimento nesse setor puderam ser realizados devido à crônica escassez de verbas federais. Os preços mínimos pagos aos camponeses também foram aumentados, para tentar neutralizar os efeitos da inflação, mas, em parte, os reajustes foram repassados aos consumidores, o que novamente realimentou as diferenças.

A nova Constituição

O agravamento das dificuldades econômicas estará na retaguarda de todas as discussões sobre a reforma constitucional que antecederá a substituição de Julius Nyerere. Essa reforma, cujo debate a nível popular já teve início, reintroduz o sistema de dois vice-presidentes, um dos quais deverá ser o presidente eleito pelos habitantes de Zanzibar e o outro o chefe do ministério, com o cargo de primeiro-ministro. Se o presidente nacional for de Zanzibar, o primeiro e o segundo vice devem ser do continente. Em caso contrário, o primeiro vice, que é o sucessor natural, será da ilha, e o segundo, escolhido pelo presidente nacional.

A outra modificação importante no texto constitucional é a proibição de duas reeleições consecutivas. A aprovação desta resolução significará quase que o imediato impedimento de Julius Nyerere, o que abrirá a vaga presidencial para Ali Hassan Mwinyi, que, segundo alguns observadores mencionados pelo boletim *Africa News*, deve ceder o lugar a Salim Ahmed Salim, para manter o cargo de segundo vice-presidente, e portanto o de chefe do ministério. Se isso acontecer, pela primeira vez nos 20 anos de existência da união entre continente e ilhéus, caberá a representantes de Zanzibar o controle dos dois postos mais impor-



A queda dos preços das matérias-primas agrava a crise gerada pelo endividamento do país

tantes da República.

Mas, segundo políticos tanzanianos, as mudanças mais importantes já estão em curso. Trata-se da intensa discussão nacional provocada a todos os níveis da população pelas novas normas constitucionais. A direção do CCM estimulou todos os seus quadros a promover o debate mais amplo possível sobre as questões em pauta, o que teve como consequência imediata um maior questionamento também dos problemas econômicos.

Por isso, é esperado que no momento em que forem anunciadas novas eleições em consequência da aprovação do novo texto constitucional, ocorra uma grande renovação dos membros do Parlamento nacional que é quem fiscalizará as atividades do novo presidente e seus dois vice-presidentes. Outra mudança importante será a da valorização do papel da mulher. Segundo o projeto da nova Constituição, pelo menos 15 vagas do Congresso Nacional devem ser ocupadas por mulheres. Atualmente, 12 deputados do Poder Legislativo são mulheres, entre as quais se encontram duas com cargos mi-

nisteriais. Cálculos feitos por alguns observadores antecipam que no futuro Congresso Nacional a participação feminina chegará facilmente a 25 ou 30 cadeiras num total de 205 membros.

Além disso, o novo texto prevê normas extras para que os deputados do Parlamento nacional disponham de todas as garantias para poderem criticar e se opor às medidas determinadas pelo Poder Executivo. O segundo vice-presidente é responsável pela rotina diária do governo e deverá prestar contas de todos os seus atos perante o Parlamento, o mesmo acontecendo com o primeiro vice-presidente, que deve se submeter às decisões da Câmara Legislativa da ilha de Zanzibar, da qual ele será o presidente, uma vez eleito por sufrágio direto.

Decisões cruciais como a declaração do estado de guerra continuarão como uma iniciativa exclusiva do presidente da República que deverá no entanto submeter essa decisão a uma sessão conjunta do Parlamento e do Comitê Central do Partido *Chama Cha Mapinduzi*.

Nino Vieira

“Cooperação privilegiada com Portugal e Brasil”

Em entrevista exclusiva, o presidente da República da Guiné-Bissau faz um balanço das suas visitas aos dois países e aborda outros temas da cooperação internacional

Carlos Pinto Santos

As recentes visitas oficiais efetuadas pelo presidente João Bernardo (Nino) Vieira a Portugal e ao Brasil (junho e julho respectivamente) coincidiram com um período em que não estão ainda totalmente concluídas as alterações políticas desencadeadas na Guiné-Bissau nos últimos meses.

A sequência desses acontecimentos iniciou-se com o afastamento, em abril deste ano, do primeiro-ministro e vice-presidente do Conselho da Revolução, Victor Saúde Maria e de alguns elementos do seu grupo que desde setembro de 1982 desenvolviam uma sutil manobra visando dominar o aparelho de Estado e isolar o presidente Nino Vieira (ver cadernos, nº 66, maio 84). À queda de Saúde Maria, que permanece em regime de residência fixa, sucederam-se a aprovação da nova Constituição — onde desapareceu a função de primeiro-ministro e o Conselho da Revolução deu lugar ao Conselho de Estado — pela Assembléa Popular, e alterações no elenco governamental com a promoção a car-

gos de chefia, particularmente no setor económico, de jovens quadros marginalizados pelo ex-primeiro-ministro.

A clareza política que se acentua na Guiné-Bissau começa a ser sobretudo visível nas orientações das prioridades económicas e medidas de urgência para combater a grave crise que o país atravessa, agora também afetado pelo prolongamento da seca no Sahel.

Oficialmente sempre classificada como prioritária, mas durante muito tempo ofuscada pelas esperanças das reais potencialidades petrolíferas do país, a recuperação agrícola está no centro das preocupações do governo guineense que procura captar ajuda externa para a implementação de alguns projetos de carácter urgente.

Nessa desejada colaboração com o estrangeiro, a Guiné-Bissau conta muito com Portugal e Brasil, países que Nino Vieira visitou agora pela primeira vez na qualidade de chefe de estado.

Guardadas as diferenças dos níveis de cooperação alcançados com Portugal e Brasil, os acordos assinados durante as estadias de Nino Vieira nos dois países foram considerados pelos dirigentes guineenses como notáveis êxitos dessas visitas.

Isso mesmo declarou o presidente João Bernardo Vieira numa entrevista exclusiva que concedeu a cadernos do terceiro mundo, durante a sua escala no Rio de Janeiro.

Os acordos financeiros assinados em Lisboa corresponderam à expectativa do governo da Guiné-Bissau?

— A minha viagem a Portugal foi bastante positiva, na medida



Nino Vieira: situação política mais clara para combater a crise

em que vimos uma grande abertura da parte do governo português para com os problemas do meu país e pela importância dos acordos assinados. O pagamento das dívidas que a Guiné-Bissau tinha com Portugal vai-nos proporcionar um certo alívio e ajuda-nos a solucionar grandes problemas. Estávamos muito apertados com as dívidas que tínhamos com Portugal.

Foi também desbloqueado o crédito que já tinha sido conseguido na primeira mesa-redonda com os parceiros econômicos da Guiné-Bissau realizada em Lisboa.

E quanto aos acordos assinados no Brasil?

— Também encontramos uma grande receptividade por parte do governo brasileiro, não só na cooperação científica e tecnológica e formação de quadros, como, inclusive, na abertura de linhas de crédito de oito milhões de dólares para a montagem de fábricas de açúcar e de álcool por empresários brasileiros.

Cooperação trilateral

O governo da Guiné-Bissau está interessado em projetos de cooperação trilateral, isto é, que juntem países fornecedores de capitais, países possuidores de tecnologia intermédia e quadros técnicos, e países em desenvolvimento?

— Estamos totalmente abertos a esse tipo de cooperação. Um país como o nosso necessita de parceiros econômicos influentes.

A Guiné-Bissau está envolvida em algum projeto desse tipo?

— Há um projeto de desenvolvimento agrícola para o sul do país no qual os Estados Unidos entram com o financiamento e Portugal com a tecnologia. Esse tipo de projeto também foi abordado com o presidente Mitterrand quando da minha visita à

França em 1982. O governo francês está disposto a seguir a mesma política com Portugal, até porque há muitos imigrantes portugueses na França que poderiam ser empregados como mão-de-obra para uma cooperação tripartite entre Portugal e as suas ex-colônias. Tudo depende agora do governo português fazer uma certa pressão, na medida em que nós não temos possibilidades econômicas de fazê-lo. Mas penso que o governo português está bastante interessado na cooperação tripartite. Pelo menos foi isso que o primeiro-ministro Mário Soares e o próprio presidente Eanes me deixaram entender.

Diretamente ligado a esse aspecto julgo estar a proposta do senhor presidente ao governo português para a criação de uma "zona do escudo" que permitiria a cobertura do peso guineense nas praças internacionais. Como reagiu o governo português à sua proposta?

— Julgo que o primeiro-ministro Mário Soares reagiu favoravelmente na medida em que manifestou grande vontade de estudar o assunto. É evidente que não é uma questão de fácil resolução que permita uma decisão imediata num momento em que Portugal vive uma recessão econômica. Apenas lançamos a idéia.

Preservar a língua portuguesa

A Guiné-Bissau considera Portugal e Brasil como países com quem lhe interessa estabelecer uma cooperação privilegiada?

— Esse é o nosso desejo: uma cooperação nos aspectos econômicos e culturais, nomeadamente. Temos uma língua comum e precisamos da ajuda de Portugal e do Brasil para defendê-la.

Particularmente num país como a Guiné-Bissau, que está sujeito a grandes influências francófonas...

— Sim. Interessa-nos preservar

a língua portuguesa. A meu ver podemos correr o risco que, com influências de outras potências, as novas gerações deixem de falar português. Todos os quadros na Guiné-Bissau falam francês e encontra-se gente que fala francês correto mas não o português. Isso numa antiga colônia portuguesa. A razão dessa situação tem a ver com as características da colonização portuguesa na Guiné-Bissau que, ao contrário de Angola ou Moçambique, nunca foi muito profunda no interior do território, limitando-se ao reduzido comércio na zona costeira. Portugal nunca esteve radicado na Guiné-Bissau e os colonos nunca se integraram no seio da população.

Agricultura e petróleo

Segundo alguns observadores, com o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 83-86, foi de certa forma invertida a ordem das áreas prioritárias de desenvolvimento. A agricultura e a pesca voltaram a ser, na prática, os setores de maior preocupação do governo guineense em relação aos projetos, de médio ou longo prazo, da exploração petrolífera e das minas de bauxita e fosfatos. Esta interpretação é correta?

— Nós desde sempre demos prioridade à agricultura, muito embora tenha havido uma política errada nesse aspecto nos anos anteriores. O petróleo é uma coisa praticamente imprevisível em comparação com a agricultura que é viável, que se pode preparar, que tem terreno para produzir. O que necessitamos é de financiamento para realmente produzir. De acordo com essa política, o nosso Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 83-86 define os setores prioritários que são a agricultura, em primeiro lugar, depois a pesca e as florestas. Portanto, as prioridades são os setores previsíveis e palpáveis que podem ser realizados de imediato. As minas são um proje-



to mais a longo prazo, exigindo um trabalho mais aprofundado e grandes financiamentos.

A que nível estão os acordos de prospecção mineira com a França e a União Soviética?

— A França financiou os estudos de fosfatos que já estão na segunda fase, com resultados bastante favoráveis. Quanto à bauxita da região de Medina do Boé estamos ainda à espera dos dados da sua viabilidade econômica que está sendo analisada pela União Soviética.

E quanto à prospecção petrolífera?

— É bastante delicado. Há companhias interessadas, já assinamos acordos com quatro empresas de quatro países (França, Grã-Bretanha, Alemanha Federal e EUA) e já estamos no terreno, sondando. Mas ainda não podemos dizer nada quanto a resultados.

Houve um acordo com o Banco Mundial para a pesquisa petrolífera...

— O acordo para prospecção financiada pelo Banco Mundial permitiu a elaboração de uma carta geológica para pesquisar as probabilidades de existência do petróleo e foi na base desses es-

tudos que as empresas referidas se propuseram a fazer as perfurações.

“A sigla PAIGC é histórica”

A divergência sobre a delimitação das águas territoriais com a Guiné-Conácri sofreu alguma evolução após a morte do presidente Sekou Touré e a instalação do novo regime no país vizinho?

— Não há nada de novo. Sempre tivemos boas relações com a Guiné-Conácri e também com o Senegal, independentemente desses problemas. O primeiro país que o atual presidente da Guiné-Conácri visitou foi o nosso. Consideramos isso como um gesto de abertura da sua parte e um desejo de procurar um entendimento e cooperação entre nós. E isso é possível, até porque nos conhecemos bem.

Estamos confiantes acerca da decisão que o Tribunal Internacional de Haia deverá tomar na reunião de agosto próximo, porque consideramos que temos razão na questão com os nossos vizinhos.

Se poderá dizer que está “congelada” a divergência entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde relacionada com o “C” da sigla do PAIGC?



Cam po de arroz na Guiné-Bissau. A seca agravou o abastecimento da população

— Nós já temos boas relações com Cabo Verde. Não sei se o problema da sigla vai ser incluído nas próximas discussões que vamos ter com o governo cabo-verdiano. Para a Guiné-Bissau, é difícil prescindir dessa sigla histórica.

Qual a opinião do governo da Guiné-Bissau acerca da posição da República Árabe Saaraui Democrática de não fazer mais concessões nas Reuniões de Cúpula da OUA e exigir a sua condição de membro de pleno direito?

— Como se sabe, o governo da Guiné-Bissau reconheceu a Frente Polisario desde a sua fundação e mantém com ela estre-

tas relações. Achamos que é um movimento revolucionário que luta por uma causa justa. E condenamos a política de anexação. Mas não podemos dizer que a Frente Polisario deve ou não fazer concessões. Só podemos afirmar e repetir que estamos ao lado da Frente Polisario em qualquer momento e em qualquer circunstância.

“Não apoiamos nenhum dos lados na guerra do Chade”

O segundo grande problema que continua a ameaçar a OUA é a questão chadiana. Recentemente, o governo francês apresentou uma possível saída consistindo no surgimento de um terceiro nome alternativo a Gukuni Veddei e Hissène Habré que

pudesse ser aceito por todas as forças em luta e todas as partes envolvidas na guerra do Chade. Qual a posição da Guiné-Bissau a este respeito?

— A questão do Chade tem de ser resolvida internamente, entre chadianos. A proposta a que se referiu é a posição da França, não do povo do Chade, que deve ser quem escolhe o seu líder. Como não é uma proposta do povo chadiano, não temos de tomar posição.

A Guiné-Bissau não está solidária com as forças lideradas por Gukuni Veddei?

— Nós não apoiamos A nem B. Apoiamos uma política de concórdia nacional para que haja uma solução pacífica. Apoiar qualquer dos lados em confronto

é criar mais confusão.

Três meses depois dos encontros de Lusaka, a África do Sul afasta-se cada vez mais do que foi estipulado nos entendimentos com o governo angolano, impedindo assim a instauração de um clima de paz na África Austral. Qual a opinião do senhor presidente sobre esta questão?

— Estamos de acordo com o governo angolano na medida que foi um compromisso que ambas as partes tomaram e, portanto, deve ser respeitado e cumprido. A questão das tropas cubanas em território angolano é uma falsa questão que não tem nada a ver com o acordo. A sua permanência ou retirada só diz respeito ao governo angolano, porque ele é soberano.



SADCC apóia feira internacional

Com a presença de ministros e empresários africanos e europeus, a exposição moçambicana deverá tornar-se um dos mais importantes eventos do gênero na região

Este ano é comemorado o 20º aniversário da Facim (Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Moçambique) que, como o nome indica, começou como uma feira agroindustrial e comercial. Com a proclamação da independência de Moçambique em 1975 o funcionamento da Facim tomou novo impulso. Graças aos êxitos alcançados junto aos expositores estrangeiros, a área ocupada equivale hoje a cerca de 100 vezes mais que aquela utilizada nos anos 60.

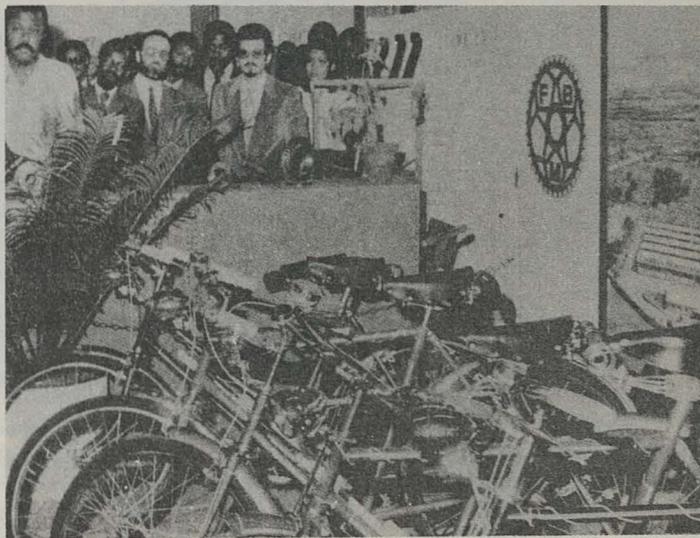
No corrente ano este certame deverá refletir as comemorações em torno do 20º aniversário do desencadeamento da luta armada de libertação nacional. Além da Feira Internacional, exclusivamente comercial, terá lugar outra mostra de caráter nacional. O seu objetivo será o de proporcionar uma visão geral daquilo que o país conseguiu realizar ou lançar bases em diversos campos relacionados com a sua construção econômica.

Participantes estrangeiros

Até os meados de junho já estava assegurada a presença de 25 países. Alguns deles pela primeira vez, como é o caso de Cabo Verde, Cuba, Bélgica, Bangladesh e Grécia. Os demais expositores já confirmados na altura

são: Zimbábue, Tanzânia, Suazilândia, Malaui, Checoslováquia, União Soviética, Alemanha Democrática, Hungria, Portugal, Bélgica, Suécia, Alemanha Federal, Grã-Bretanha, Holanda, Estados Unidos, Itália, França e Índia.

Além desses expositores a nível de governos, existem também as empresas privadas que desejam apresentar os seus produtos. Somente no que diz respeito a Portugal, há mais de dez empresários que preferiram organizar o seu próprio stand individual.



O objetivo da Feira é o de proporcionar uma visão geral daquilo que o país realizou nesses últimos anos

Um terceiro caso que se verifica, diz respeito aos homens de negócios que apesar dos seus governos não estarem oficialmente presentes optaram por participar da Facim.

O nível de organização alcançado por este certame transformou-o no mais importante evento do gênero entre os realizados no âmbito da SADCC (Conferência de Cooperação para o Desenvolvimento da África Austral). Outro fator de peso refere-se à posição geográfica da República Popular de Moçambique e às facilidades que o porto de Maputo oferece.

Apoio da SADCC

Os países membros da SADCC – segundo frisou Jaime Levi, diretor da Facim – têm desenvol-

XX FEIRA INTERNACIONAL DE MAPUTO
24 AGOSTO - 2 SETEMBRO



vido um grande esforço para participarem deste certame utilizando-o como um instrumento para divulgar as suas potencialidades. Por seu lado, Moçambique instituiu um prêmio visando estimular ainda mais essa participação.

Este ano, ministros de vários países deverão estar presentes como convidados especiais. Os titulares de pastas relacionadas com o comércio externo são originários da Europa e das capitais que integram a SADCC.

Para valorizar de forma acentuada a exposição e dar ao visitante estrangeiro uma visão do que hoje ocorre em Moçambique na área econômica serão realizadas uma série de palestras proferidas por especialistas do setor. Também participarão destas conferências representantes de câmaras de comércio com as quais a congênera moçambicana mantém laços de cooperação.

O visitante de outros continentes terá a oportunidade de conhecer aspectos relacionados

com a complementaridade da economia dos países membros da SADCC. Moçambique, por exemplo, que tem a responsabilidade do setor dos transportes, deverá fixar-se neste aspecto. Como nação chave para o estabelecimento de um celeiro para a região, o Zimbábue apresentará a sua produção agrícola, incluindo a indústria voltada para este tipo de atividade. Na área industrial será conhecida a gama de produção que pode complementar as necessidades da África Austral — ressalta Jaime Levi.

Código de Investimentos

Como tem sucedido nos anos anteriores, durante a próxima exposição, dois "dias comerciais" serão dedicados especialmente aos contatos entre expositores e possíveis compradores.

Na feira, estarão presentes altos funcionários dos diferentes setores da economia moçambica-

na, além de empresários locais, para facilitar o intercâmbio com homens de negócios visitantes. No final do evento, haverá uma cerimônia especial durante a qual deverá ser apresentado um balanço dos negócios realizados com Moçambique.

De acordo com Jaime Levi, os responsáveis moçambicanos presentes à Facim — possivelmente os titulares do Comércio Externo, Plano e o governador do Banco de Moçambique — estarão à disposição dos empresários para esclarecer pontos relacionados com a política de investimentos no país. Até esta altura, já deverá ter sido publicado o Código de Investimentos que irá estabelecer normas quanto à presença do capital estrangeiro. Além das informações prestadas no recinto da exposição, prevê-se a realização de visitas a determinadas unidades industriais e outros setores produtivos abrangidos pela política a ser definida no documento legal.

BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL

de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
— FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) — Cr\$ 6.000,00

Semestral (24 nºs) — Cr\$ 12.000,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo vale postal cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20241, referente à minha assinatura trimestral semestral do Semanário *Barricada Internacional*.



UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda • Tel. 736/1 2/3 CP 342
Teleq. "IN CAFÉ" LUANDA

Ubaldo Ceballos

Uma nova concepção dos quadrinhos

O desenhista cubano explica sua visão dessa técnica de comunicação popular e relata sua experiência como cooperante em Moçambique

Etevaldo Hipólito

Ubaldo Ceballos López é um cubano natural da província de Cienfuegos e hoje famoso como autor de histórias em quadrinhos. Nascido em 1938 no seio de uma família de trabalhadores, cedo ainda demonstrou grande interesse pelo desenho. Na adolescência, estudou com o pintor e escultor Mateo Torriente Bequer, também da mesma província. Uma vez em Havana, frequentou os primeiros anos da Escola Nacional de Belas Artes mas interrompeu os estudos por razões econômicas.

Trabalhou em agências de publicidade e como desenhista de móveis, além de decorador em centros comerciais e de turismo. Durante 14 anos foi diretor artístico da publicação infantil *Pionero*, onde realizou histórias em quadrinhos e ilustrações. Seus trabalhos apareceram em revistas de grande popularidade como *Mella*, "Juventude Rebelde", "Boemia", "Mulheres", "Juventude Técnica", e outras mais.

Algumas das suas tiras: "A invasão", "A segunda frente", "26 de julho", "Juan Montes", "O Zorro", "Guilherme Tell", "Tito e os seus amigos", e outros relatos históricos, contos tradicio-

nais, vida de heróis etc. Participou como jurado internacional no 10º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, em Berlim. Suas ilustrações para o livro "Dias de ar" foram premiadas com a Primeira Menção e selecionadas pela Unesco-Cerlal para participar da Exposição Itinerante Latino-Americana de Ilustrações para Crianças e Jovens, cujo conjunto original foi levado à Feira de Bolonha, Itália.

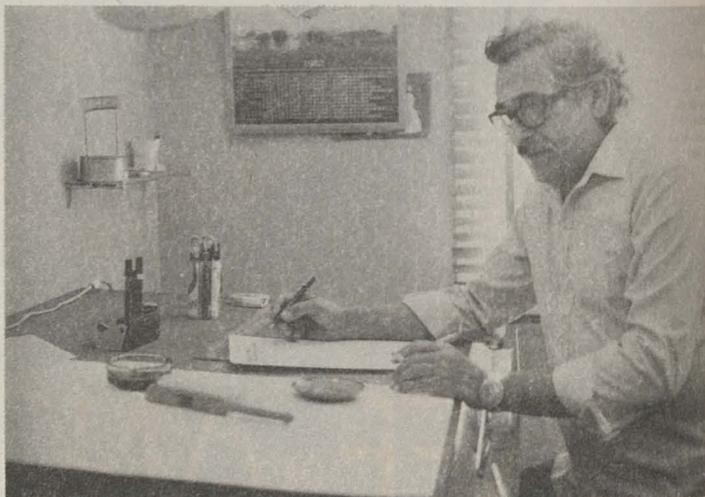
Ceballos é licenciado em His-

tória da Arte pela Universidade de Havana. Trabalhou como cooperante internacionalista na República Popular de Moçambique durante um ano. Atualmente é desenhista-editor da editora "Gente Nova".

Qual o motivo que o levou a dedicar-se à história em quadrinhos?

— Antes de 1959, Cuba era um país que sofria uma penetração econômica e cultural cada vez mais forte, proveniente dos Estados Unidos. Dali nos chegavam costumes, gostos e modos de vida. Os meios de comunicação constituíam os mecanismos adequados para a conformação e deformação ideológica das massas populares, e a historieta, a tira cômica, ou enfim "los muñequitos", como eram popularmente chamados, invadiram a Ilha e passaram a fazer parte do dia-a-dia de centenas de milhares de crianças e jovens, fundamentalmente.

Na imprensa, aparecia diariamente uma vintena de páginas cheias de tiras de historietas. Cerca de uma centena de páginas diferentes, impressas a cores, circulavam semanalmente como suplementos dos jornais nacionais



Ceballos: "Os quadrinhos não são válvulas de escape"

e aproximadamente meio milhar de títulos nos chegavam mensalmente, em grandes quantidades. Mais de 400 "heróis de papel" arrastavam atrás de si as fantasias e ilusões de leitores de "oito a oitenta anos". Eu não constituí uma exceção naquele meio e também fui um leitor ávido de quanta história em quadrinhos caiu nas minhas mãos.

Havia um aspecto que me diferenciava do comum dos "consumidores de sonhos": desde muito cedo pratiquei o desenho e buscava com igual ou mais avidez as lâminas e reproduções de arte, gravuras e ilustrações sugestivas ou tecnicamente boas, de modo que me atraía mais a qualidade do desenho, nos quais podia encontrar modelos a seguir, que as personagens ou a história em si. Para mim, então era mais importante a forma que o conteúdo. Minha maior aspiração era poder chegar a desenhar como aqueles "mestres do traço".

Depois de 1959, com o triunfo da Revolução e a imediata agressividade do vizinho do norte contra nós — nosso povo e nossa revolução — acelerou-se a desaparecimento de muitos males neocoloniais, entre eles todos aqueles "heróis de papel".

Desde os primeiros momentos da nova era revolucionária, a revista *Mella*, da Juventude Socialista, mais tarde União de Jovens Comunistas e *Pionero*, da União de Pioneiros de Cuba, prestaram uma particular atenção à produção de historietas, dando-lhes um novo conteúdo, uma nova dimensão social. Mas existia um problema: não havia ninguém, nem desenhistas nem roteiristas, com experiência e conhecimentos nesse campo. De modo que um grupo de jovens, armados apenas com vontade e boa intenção, começou a trabalhar com entusiasmo. Eu me integrei a esse grupo desde o seu início, com igual entusiasmo e inexperiência, e nesta grande escola que é o trabalho cotidiano, com a sa-



tisfação de nos sabermos úteis à sociedade, nos chegou a experiência e o necessário domínio técnico.

Passaram-se aqueles primeiros anos de buscas e tentativas profissionais e hoje podemos afirmar que contamos com criadores de historietas de altíssima qualidade, muitos dos quais foram aqueles mesmos iniciadores.

Posteriormente, foram muitos os criadores em geral que se integraram a esse tipo de comunicação social, o que se avalia objetivamente nas convocatórias bienais da União de Jornalistas de Cuba (UPC), onde o melhor da produção realizada nos anos anteriores é apresentado em concursos e exposição.

Como é que vem sendo utilizada a história em quadrinhos no seu país?

— A historieta cubana não é válvula de escape nem incenti-

vadora de sonhos inalcançáveis. É um veículo social, esteticamente elaborado em função do desenvolvimento cultural, econômico e educativo de todo o povo, sem que isso signifique que tenha abandonado o caráter necessariamente recreativo, indispensável a toda boa historieta. Pode-se afirmar que Cuba foi pioneira na criação de historietas desmistificadas, libertas das tendências manipuladoras e deformantes que caracterizaram esse gênero desde o seu início. As personagens das nossas historietas não são "heróis de papel", são homens, mulheres e crianças surgidos da vida real, do trabalho, da luta contra o imperialismo e a sua seqüela de subdesenvolvimento; são trabalhadores, guerrilheiros, estudantes, heróis da luta contra a tirania. Heróis e mártires da nossa história latino-americana e de qualquer parte do mundo onde se ergueu a dig-

nidade. Personagens, enfim, que não surgem de uma mente venal com fins de lucro ou manipulação ideológica, mas da maravilhosa fonte inesgotável que é o povo.

Com essa ótica de profunda identificação com os processos progressistas em geral e com nossa Revolução em particular, a historieta cubana tomou parte ativa em diferentes aspectos relacionados com necessidades sociais diversas no campo da divulgação ou informação, a orientação em setores tão variados como a economia, a educação, a defesa etc., sem que possamos quantificar os resultados de eficácia alcançados. Juntou-se e contribuiu na medida das suas possibilidades para a solução de determinadas exigências do desenvolvimento social, em grande parte, como gesto de resposta dos criadores. Em campanhas preparadas com esse objetivo, realizaram-se trabalhos significativos tais como: "O ladrão de açúcar", sobre os aspectos que provocam a redução da produtividade através do processo de produção, ou "Matilda", que trata da inseminação artificial e o incremento do efetivo bovino, e outros mais. Nesses casos, ainda que não se possa falar de determinados índices de eficácia da campanha, é possível ter uma idéia muito positiva e otimista quando se leva em conta a enorme popularidade alcançada por essas historietas.

Do ponto de vista político, que pensa do potencial existente na utilização das histórias em quadrinhos?

— A historieta, como toda forma de expressão artística, está sujeita aos condicionamentos sociais. Não pode falsear a realidade e, se pretende fazê-lo, não fará mais do que assumir uma atitude inevitavelmente política, neste caso de sentido negativo. O grau de politização nessa forma de expressão não está

dado pelo número de vezes que se repita a palavra "revolução" ou "comunismo", mas pela forma que se aproxima, identifica e participa das circunstâncias sociais ao seu redor e da projeção local ou universal desse meio-ambiente. Na medida em que esta aproximação, esta identificação e esta participação sejam diretas e conscientes e sua projeção mais ampla, maior será o seu potencial político.

Em si mesma, vista como um meio de expressão, a historieta tem grandes possibilidades dadas pela possibilidade técnica de realizar grandes tiragens, sua vigência material, que torna possível que uma mesma página possa ser lida por muitos simultaneamente durante um lapso indefinido ou relativamente longo antes da sua total deterioração. De modo que a capacidade de informar, orientar, educar, mobilizar, formar e entreter se desenvolve progressivamente, conferindo a esse meio uma enorme potencialidade política, o que, se bem seja certo que não faz da historieta um elemento determinativo nas soluções dos problemas sociais, lhe dá a possibilidade de oferecer uma cooperação nada desprezível nesse sentido.

Que motivo o levou a decidir-se a vir para a África?

— Nosso país, nossa Revolução, tem compromissos históricos com os povos do mundo, dívidas de gratidão que todo cubano consciente está disposto a pagar com gosto. Revolucionários de muitos países nos incentivaram e apoiaram ao longo da nossa história e de todos esses anos de construção do socialismo. Da Revolução de Outubro até agora, quanto não devemos a todos esses homens e mulheres que se imolaram na luta pela paz, pela dignidade nacional, pela felicidade dos povos, pela igualdade social, pela liberdade plena do homem!

É por isto que Cuba oferece,

dentro das suas modestas possibilidades, toda colaboração que é capaz de dar àqueles povos que necessitam e solicitam. Para cada cubano, constitui uma honra e um motivo de grande satisfação ser selecionado para cumprir uma tarefa internacionalista, pois somente uma ínfima parte dos que aspiram a essa honra alcança a oportunidade. Para cada lugar a ser preenchido, há centenas e milhares de pessoas dispostas. Seria por acaso porque vão receber um prêmio especial, alguma recompensa material? Não, apenas sacrifícios, trabalho intenso, solidão, saudade da sua pátria, da sua família, dos seus amigos. Mas, também, recebem uma enorme alegria, uma enorme recompensa: a satisfação do dever cumprido, o orgulho de saber que contribuiu com os seus conhecimentos e tenacidade para saldar uma pequena, minúscula mas importante parte da nossa dívida para com a humanidade.

É por isso que estou na África, na República Popular de Moçambique, como um internacionalista cubano que, igual a muitos outros, viemos dar o máximo de apoio a este povo digno e heróico do Cone Sul da África.

Eu, especificamente, não vim como autor de histórias em quadrinhos, mas como especialista em ilustrações de livros infantis, que é minha atividade atual em Cuba, e se produziu a feliz coincidência de que aqui se publicasse uma historieta por mim realizada há já alguns anos. Foi um reencontro com algo muito querido, muito perto e sempre lembrado, revitalizado pelo tipo de trabalho que desempenhei neste país, pois, além de outras atividades, realizei as ilustrações de um livro de educação cívica com soluções formais que partem justamente da minha identificação com a técnica e a linguagem da historieta, neste caso, o mais adequado, dado o objetivo didático-formativo colocado.

Pensar que historietas são

se afirmar que é ilimitada a variedade de temas com possibilidade de sucesso. Somente se excluem aqueles que podem causar danos, deformar ou simplesmente cansar o leitor. O herói nacional cubano José Martí disse que a magia mais bela está na vida real, porque é magia de verdade. É, portanto, na realidade, na natureza e na sociedade onde se encontram os temas de êxito, e dali vão ser extraídos, elaborados artisticamente e servidos com a mais bela apresentação.

Cada país, cada região, cultura ou camada social requer os seus próprios temas, sua própria linguagem gráfica e literária, ainda que se possa indicar que existem problemas e necessidades comuns a muitos povos, particularmente aqueles que sofreram a mais indiscriminada exploração durante séculos por parte da metrópole de turno, estes que foram condenados ao subdesenvolvimento no chamado Terceiro Mundo. Para esses povos é necessário afirmar sua própria cultura, sua própria nacionalidade, ganhar uma concepção sem preconceitos do homem e dos demais povos.

Os processos produtivos industriais e agrícolas, a participação do homem nesses processos, os diversos campos das ciências da natureza e a sociedade, as manifestações culturais e seus protagonistas, os acontecimentos e personagens históricos mais relevantes etc., podem ser fonte inesgotável de temas. O tratamento de cada tema é também sumamente extenso, tanto pelas soluções gráficas como na forma de narrar, pois podem abarcar desde a pura fantasia, transbordante de imaginação, sentido poético e humorístico, até o mais estrito rigor científico.

Os artistas

Que fatores influenciam na feitura de uma história em qua-

drinhos e quais as limitações que esta produção pode encontrar?

Independentemente de considerações de ordem ética e ideológica, há dois fatores que pesam de forma determinante no grau de êxito possível na produção de historietas. Em primeiro lugar, estão os artistas que criam e realizam argumentos, desenhos, o que em um primeiro momento não é mais que uma ação plástica, um gesto artístico. Em segundo lugar, está o equipamento técnico e industrial com que se conta. Esse fator faz com que o gesto plástico, individual, se converta em um produto de consumo massivo. Sem a existência de criadores não há historietas, mas se não se conta com meios gráficos de reprodução em grande escala, tampouco é possível a existência de historietas. A união desses fatores torna possível e válido o princípio de que uma boa historieta deve ser, além de um fato esteticamente elaborado, um produto industrial adequadamente acabado, bem apresentado, enfim, belo.

Em países de baixo nível de desenvolvimento, conseguir a conjugação desses fatores é sumamente difícil.

Um especialista polivalente

Quais as condições que um artista plástico deve reunir para poder produzir histórias em quadrinhos?

— Dos dois fatores fundamentais que intervêm na produção das histórias em quadrinhos, o mais importante é o artista que as cria e realiza. A formação deste profissional é difícil e complexa, pois difícil e complexa é a obra que realiza. É um especialista polivalente no qual se devem reunir aptidões e habilidades diversas estreitamente vinculadas com todas as formas de artes visuais — teatro, cinema, televisão, cartazes, ilustração gráfica etc. —, além de outros requisitos impor-

tantes, dos quais, para somente mencionar alguns, podemos dizer que deve dominar perfeitamente as técnicas de desenho e reprodução gráfica, ter uma ampla cultura geral, ser um observador sensível e agudo, possuir uma memória gráfica bem treinada e, acima de tudo, gostar e ter prazer num trabalho que exige dedicação e esforço. Não se trata de um ser excepcional, mas de um trabalhador em uma especialidade que tem que vencer muitas dificuldades e obstáculos objetivos e subjetivos que dificultam seu desenvolvimento.

O alto nível de especialização profissional que é necessário diante dos fatores que se antepõem fazem com que, com frequência, o autor de historietas abandone esse campo e se dedique a outras atividades vinculadas com seus conhecimentos, mais prestigiadas ou mais lucrativas e que, também, exigem menos esforço e dedicação.

Pelo anteriormente apontado, torna-se extraordinariamente difícil estabelecer critérios de vaticínios ou prognósticos sérios quanto ao possível desenvolvimento da produção de histórias em quadrinhos neste ou naquele país pois, ainda que o artista criador seja um fator primordial, não é ele quem determina o futuro da sua obra. O material humano com todas as suas aptidões necessárias aí está, no meio do povo, talvez do nosso lado, fazendo um trabalho que nada tem a ver com a arte, ou talvez desempregado e faminto, com esta fome dupla que nasce no estômago e se retorce no espírito. Se se criam as condições adequadas para o desenvolvimento sócio-cultural, se são eliminados os fatores que impedem ou dificultam o avanço da arte em geral e da história em quadrinhos em particular, haverá uma massa receptiva e um volume de atividade infinitamente maior em qualidade, quantidade e variedade. ●

Manlio Argueta

Um combatente da narrativa

Um dos maiores expoentes da literatura revolucionária de El Salvador estará sendo lançado em breve no Brasil, onde sua obra ainda é desconhecida

*Renê Capriles-Farfã**

A guerra civil, Reagan, as eleições, os crimes e a tortura não conseguiram impedir que em El Salvador se desenvolvesse uma intensa atividade literária revolucionária. E, sem dúvida, um dos principais combatentes na trincheira cultural é Manlio Argueta.

Com três romances editados e dois livros de poesia amplamente difundidos na América Central, a obra de Manlio o situa entre os melhores escritores atuais da revolução. Obra que cedo teve merecido reconhecimento nos mais exigentes meios literários do nosso continente. Criador profundo, sofrido pela luta feroz de seu povo, seus romances traduzem muito mais que o documento testemunha do terror cotidiano; buscam, através de atualíssima linguagem, uma saída humana e justa para o drama coletivo que vive desde a sua juventude.

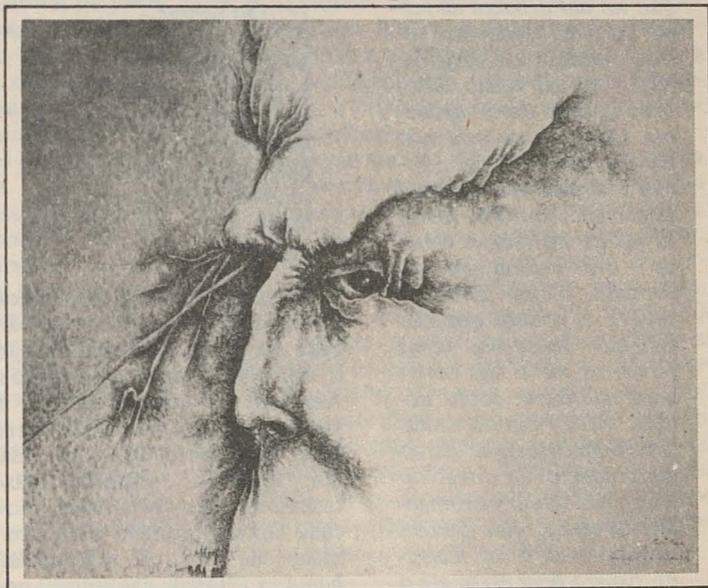
Em San Salvador, fundou o Círculo Literário Universitário em 1956, junto com Otto René Castillo, Roberto Armijo e o assassinado Roque Dalton, que revelaria as obras mais destacadas da atual prosa e poética salvadorenha. Na segunda época do Cír-

culo, quando desenvolvia suas atividades no exílio (em diversos países centro-americanos, como Costa Rica e México), alguns escritores de talento se incorporaram a ele, tais como Roberto Cea, Tirso Canales e Alfonso Quijaduras. Seus primeiros poemas publicados estavam numa obra coletiva intitulada *De aquí en adelante* ("Daqui em diante"), datada de 1967. Um ano depois,

Manlio recebeu elogios unânimes da crítica centro-americana pelo lançamento do seu segundo livro de poemas: *En el costado de la luz* ("Ao lado da luz").

Julio Cortázar — que foi um dos mais ardentes defensores desta literatura tão particular do nosso continente — disse em Paris, falando de Manlio a cadernos do terceiro mundo: "Produto mágico-real do trópico, sem polimentos europeizantes ou paranoias novaiorquinas, Argueta busca em suas próprias raízes mais uma explicação para o ser salvadorenho. Ao mesmo tempo denuncia, acusa e luta contra um estado de usurpação da vontade popular num país de vocação ir-resistível". Basta mencionar que o general José Francisco Morazán, herói da independência e da unidade centro-americana, escolheu San Salvador para sua sepultura no testamento feito pouco antes de ser fuzilado, num gesto de gratidão a esse povo guerreiro e fiel.

Manlio Argueta nasceu em San Miguel em 1935 e as personagens que cria nas suas ficções lutam e existem nessa mesma região. Com *Caperucita en la zona roja* ("Chapeuzinho na zona ver-



* Ilustração: Augusto Crespín.

melha”), em 1977, deu a El Salvador o prêmio mais difícil em termos literários para a narrativa latino-americana, o prêmio “Casa de las Américas”. É uma história de amor e de luta, de paixão e sangue como também de interrogações...

Permanecemos em uma mudez cadavérica incompreensível. Me entenderão quando lhes falo? Não parecia que isto ia terminar mal. Um modo de ser e de existir nesta desacostumada vivência, vemos as coisas e não acreditamos: os olhos, o teto, um abismo que vai dar ao mar que é morrer. Os grandes senhores da destruição, isso somos. Uma maneira de estar esquecidos, em uma casa de família, sóto onde só cabem os ratos, toi et moi, os ratos prontos para devorar-te os olhos; respiro o ar dos pinheiros quando te vejo, Genoveva. Vale a pena estar neste buraco incompreensível? Gostaria de atirar-me à rua e viver. Eu escolhi este caminho que vai dar debaixo da terra. Tu e eu, Genoveva, somos produto da imaginação. Aqui eu tenho tudo, nem sequer devo agradecer. Regra obrigatória: não parecer um mendigo, comer a comida em pé. Igual às paradas dentro no mato. Moral da história: a comida é mais valiosa que a liberdade. (Posso ir visitar você?). É melhor que não venhas, Genoveva, farias sentir-me nu e não tenho para cobrir-me senão minhas mãos, minhas unhas estranhamente sujas. Estou mais abaixo do nível do mar, mas tenho sentimentos elevados, eles podem manifestar-se à sua maneira. Espero ficar preso até o

último dia de minha vida, melhor que uma vida em liberdade é uma hora de conspiração. Me chamo Alfonso, mas você continue me chamando Al, Genoveva. Ele pensa que estou dormindo quando abre o quarto-cela. Seu infalível 45. Para sua satisfação, mantenho os olhos fechados. Ele também tem os olhos fechados, todos temos os olhos apagados nesta escuridão. Somente a 45 tem os olhos abertos. E meu cérebro sai voando.

Fragmento desse enorme monólogo que sustenta no decorrer do livro o protagonista, um poeta combatente, preso, imerso num terrível delírio o qual somente o silêncio de uma cela pode produzir. Mais adiante escreve:

Me ponho a pensar tolices. Pensar é um ato fisiológico que não tem resíduos, é encontrar-se nesta janela vendo passar o enterro dos estudantes mortos pela polícia. E me dou conta que é terrível (não o enterro) pensar. Requisitos para conviver no país:

1º Não pensar.

2º Não pensar.

3º Não pensar.

Então que querem vocês que façamos com nossa massa cinzenta?

Que merda fazemos com o cérebro? Bonito seria sentar-se sobre ele, não lhes parece?

Terrível visão das condições do cotidiano. Ver a morte passar cada dia como ir à praia. Chegar a uma consciência suprema de sacrifício na qual se assume a verdade de que vale mais uma hora de combate que uma vida em “liberdade”. Proposta existencial que Manlio já havia colocado em seu primeiro grande romance de 1970: *El valle de las hamacas* (“O vale das redes”) pe-

lo qual mereceu por unanimidade o primeiro prêmio centro-americano de romance concedido pelo Conselho Superior Universitário Centro-Americano. No júri, se encontrava Angel Rama, o uruguaio recentemente desaparecido junto a Manuel Scorza e que foi um dos intelectuais que mais promoveu a narrativa de combate na América Latina.

Seu terceiro romance — e o mais terrível — é *Un día en la vida* (“Um dia na vida”) publicado em El Salvador em 1980 em plena guerra civil. Narra 24 horas de terror de um ataque pelas forças regulares do exército nacional salvadoreño a um pequeno povoado camponês de Chalatenango, onde Manlio Argueta situa o centro de sua narrativa tomando dados verídicos de um massacre hoje histórico. A segunda edição desta obra já encontra Manlio radicado na Costa Rica; indiferente a seu exílio dá aulas na Universidade de San José e faz parte do comitê executivo da Editorial Universitaria Centroamericana (Educa). O terceiro grande louvor, o prêmio Nacional de Romance de El Salvador, não pode recebê-lo pessoalmente já que a sua presença em San Salvador não somente irrita o Ministério da Educação e Cultura do país, como aos “assessores” da embaixada dos Estados Unidos, que se sentem profundamente agredidos pelos textos publicados por Manlio fora de El Salvador e os quais têm a colaboração de muitos dos melhores intelectuais centro-americanos. Esta segunda edição teve uma grande difusão internacional e conta com excelentes ilustrações feitas por seu compatriota, o pintor Augusto Crespín.

Totalmente desconhecido no Brasil, a obra deste grande romancista já está sendo traduzida para o português e sua publicação nacional preencherá um vazio lamentável do conhecimento da literatura dos povos latino-americanos em luta.

Costa Rica: Simpósio de literatura

Mais de 200 escritoras de todos os países da América Latina participaram em San José das jornadas do 29º Simpósio Internacional de Literatura. Dedicado a avaliar a literatura feminina desta região do continente, o simpósio contou também com a presença de críticos, cateóricos, especialistas e pesquisadores.

A primeira jornada acadêmica analisou 21 palestras programadas em torno de três grandes tópicos: Literatura e História, Literatura da América Latina e Sexo, e Literatura: Mito ou Realidade. De acordo com os organizadores, o objetivo era examinar quanto e de que modo contribuíram as escritoras latino-americanas para engrandecer as letras hispano-americanas, examinando os estilos e as tendências estéticas, as coincidências e confluências, dentro de um repertório variado que incluía a literatura feminina de outras latitudes, permitindo a confrontação com as escritoras costarriquenses.

Cuba: Nicolás Guillén, 82 anos de poesia e bom humor

Aos 82 anos de idade, o poeta cubano Nicolás Guillén continua sendo um dos autores mais publicados no mundo e uma das principais vozes da literatura hispano-americana, sem nunca ter perdido o sentido do humor.

Toda manhã bem cedo, Guillén deixa seu apartamento na rua 17 da zona central de Vedado, em Havana, e se dirige ao seu escritório da União de Escritores e Artistas de Cuba (Uneac), instituição que preside desde a década de 60. Seus mais próximos colaboradores o conhecem como um homem espirituoso e generoso que fala dos temas mais variados e exerce uma atividade incomum para sua avançada idade.

Em várias ocasiões os havaneses podem vê-lo almoçando no restaurante *La Bodeguita del Medio*, lugar preferido do autor do *Songoro Conongo* desde os anos em que o seletor lugar era ainda uma espécie de taberna onde os amigos de Martínez (seu antigo dono) podiam comer bem e barato. Nada mais longe de Nicolás Guillén do que essa imagem empedernida e afetada de intelectual da moda. O maior poeta de Cuba é também um dos seus cidadãos mais representativos. É talvez por isso que, herdeiro do humor, do lirismo e da esperança que constituem a idiossincrasia do homem caribenho, ele tenha sabido expressar como ninguém o musical universo antilhano.

Guillén completou no último dia 12 de julho seus 82 anos. E este aniversário é uma data que toda Cuba celebra, à margem do merecido protocolo oficial. Não é fácil nem gratuito que um poeta seja reconhecido pelas crianças na rua.

Na quinta-feira anterior, em uma das habituais reuniões realizadas semanalmente na Uneac e das quais Guillén, autor intelectual, é um fervoroso partidário, outro grande artista cubano, Silvio Rodríguez, lhe rendeu homenagem. "Para mim é uma honra", disse Silvio, sem retórica, "juntar-me com meu trabalho à homenagem a Nicolás, pois a sua obra sempre influenciou em minhas canções". (*Marilyn Bobes*)

Os palestinos e a educação

A 12ª sessão do Conselho Nacional Palestino para a Educação, Cultura e Ciências teve início a 17 de julho último em Amã e analisou temas da educação superior e geral nos territórios ocupados.

A reunião, que durou dois dias, tratou também do desenvolvimento dos centros educativos e das universidades nessas áreas, sob a política de dominação das forças israelenses. Recentemente, as autoridades israelenses proibiram a continuação dos trabalhos de ampliação da universidade islâmica de Gaza e a realização de exames para os estudantes.

Foi analisada também a situação da educação dos filhos dos revolucionários que tombaram na luta, as atividades da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), na Organização Islâmica para a Educação, Cultura e Ciências (Iesco) e em outras entidades internacionais.

A análise das formas de enfrentar a repressiva política israelense no campo educacional se torna uma necessidade cada vez mais premente para a população palestina dos territórios ocupados. Apenas duas semanas após a realização da reunião do Conselho Nacional Palestino para a Educação, soldados israelenses invadiram, no dia 30 de julho passado, a maior universidade palestina da Cisjordânia ocupada, a *An-Najah*, na cidade de Nablus. O objetivo teria sido impedir uma exposição de manuais de guerrilha, manejo de armas e fabricação de bombas montada por grupos favoráveis à Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Segundo informou a Rádio Jerusalém, três estudantes foram presos e a universidade ficará fechada por quatro meses.



**OPERAÇÃO ÁFRICA – A
CONSPIRAÇÃO
ANTIAFRICANA
EM PORTUGAL**

de Fernando Semedo e João Paulo Guerra. Editorial Caminho. Col. Nosso Mundo. Lisboa, 1984. 105 pp.

Este livro, de dois jornalistas portugueses, recentemente publicado em Lisboa, é um trabalho de reportagem que chegou às bancas num momento em que as relações entre os governos angolano e português atravessam a sua maior crise desde a independência da República Popular de Angola, a 11 de novembro de 1975.

Crise reconhecida pelo próprio presidente angolano, José Eduardo dos Santos, ao afirmar numa entrevista a um semanário de Lisboa, em maio último, que o relacionamento com a ex-metrópole tinha atingido a sua pior fase após a formação do ministério de Mário Soares, em junho do ano passado.

Os motivos do crescente desagrado de Luanda incidem fundamentalmente sobre a liberdade de ação e impunidade de que desfrutam as organizações contra-revolucionárias angolanas ou moçambicanas em território português, escolhendo Lisboa para daí irradiarem a sua propaganda, efetuarem reuniões e estabelecerem contatos para a sua atividade.

Esses agentes da contra-revolução angolana ou moçambicana – e também de Cabo Verde ou S. Tomé e Príncipe – identificam-se muitas vezes com passaportes portugueses, embora se afirmem de nacionalidade africana e têm escritórios com endereços e telefones que exibem livremente. Periodicamente, e apesar das interdições oficiais de princípio, convocam a imprensa para entrevistas coletivas, realizadas sem problemas para os seus promotores além de encontrarem com facilidade espaço aberto em alguns jornais portugueses. Aliás, o tratamento dos assuntos internos dos países africanos por determinado setor da comunicação social portuguesa, onde não é raro encontrar reflexos neocolonialistas, tem se constituído nos últimos anos num dos principais obstáculos para um normal relacionamento de Portugal com as suas ex-colônias.

Quando a memória da imprensa ou da opinião pública é curta, convém avivá-la, retomando nomes e fatos que foram manchete de jornais no passado recente, mas depois esquecidos na torrente dos acontecimentos. É este o grande mérito e utilidade de “Operação África”.

Ao longo das 105 páginas do seu livro, os autores relacionam centenas de nomes, siglas, organizações, empresas de cobertura, acompanham os percursos de nebulosas personagens, num paciente trabalho de investigação. Mais do que a revelação de fatos novos, ligamentos e esclarecem.

Entre várias, uma conclusão se tira da leitura deste documento: a evidência da íntima união entre muitas fases da conspiração antiafricana e a ação contra a revolução portu-

guesa do 25 de Abril.

Cara e coroa da mesma moeda que, como dizem os autores, juntam “amigos de longa data”.

**RESISTANCE &
RESETTLEMENT IN
SOUTHERN AFRICA
(RESISTÊNCIA E
REMOÇÕES NA ÁFRICA
AUSTRAL)**

Review of African Political Economy n.º 29, julho de 84. Sheffield, Inglaterra.

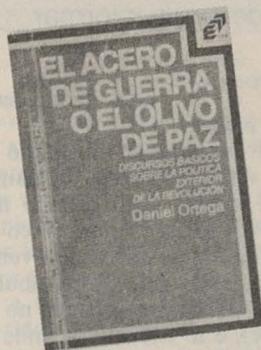
O exemplar mais recente desta revista dedicada a questões africanas é integralmente dirigido à discussão das raízes da crise atual na África do Sul. Trata-se de um documento fundamental pela profundidade da análise da questão na terra do *apartheid*, no Zimbábue e Moçambique. É também de extrema utilidade pelo fato de abordar questões muito recentes, já que os vários ensaios reunidos num mesmo volume incluem dados de 1983 e chegam até mesmo ao acordo de Nkomati, entre África do Sul e Moçambique. Três textos se dedicam a mostrar o papel do campesinato negro sul-africano, cuja força política tem sido em geral pouco estudada pelos pesquisadores, quase sempre mais atraídos pelo problema da mão-de-obra urbana. Além de investigar a situação dos quase três milhões de negros removidos à força para os bantustões, o número 29 da Roape mostra o potencial político dos deslocados, a capacidade de resistência e as implicações regionais à estratégia racista de manter a força de trabalho rural totalmente subjugada. É dada ênfase especial para o tipo de influência que o modelo de exploração agrária imposto pelos *boers* tem em países vizinhos como Moçambique e Zimbábue.

TELEMÁTICA — A AMÉRICA LATINA NA ENCRUZILHADA

Armand Mattelart e Héctor Schmucler — Folios Ediciones — México 1983.

Considerado como um dos principais especialistas latino-americanos em comunicação eletrônica, Armand Mattelart dedica o seu último livro a uma análise em profundidade do fenômeno da penetração dos capitais transnacionais no campo da transmissão de informações na América Latina. Junto com Héctor Schmucler, ele viajou por vários países do continente como parte de um projeto de estudo financiado pelo Centro de Investigações Internacionais para o Desenvolvimento, com sede em Ottawa, no Canadá. Mattelart e Schmucler afirmam que a América Latina está diante de uma encruzilhada que deve a curto prazo moldar todo o processo de desenvolvimento da região. Se for adotada a alternativa da abertura irrestrita ao capital estrangeiro, as grandes firmas norte-americanas como a IBM, ATT, General Data e Burroughs vão dominar integralmente todo o circuito de informações, também conhecido como Telemática. O poderio econômico das transnacionais deve sufocar os esforços nacionais fazendo com que, num espaço de pouco mais de 30 anos, todas as informações-chaves da América Latina passem a ficar armazenadas em cérebros eletrônicos nos EUA, que passarão também a controlar o tráfego e o preço dos dados contidos nos grandes computadores. Mas, se os latino-americanos escolherem a via do desenvolvimento próprio, eles enfrentarão inicialmente enormes pressões, terão também que suportar um determinado grau de atraso tecnológico,

para mais tarde poderem não só controlar seus próprios bancos de dados, como fixar preços de acordo com suas possibilidades internas. Segundo Mattelart e Schmucler, trata-se de uma opção entre a dependência ou a independência. Noutras palavras: a da ampliação do subdesenvolvimento ou de uma tentativa — talvez a última — de escapar a um controle cada vez mais amplo pelas empresas transnacionais.



EL ACERO DE GUERRA O EL OLIVO DE PAZ

Daniel Ortega Saavedra. Editorial Nueva Nicaragua, Manágua, 1983. 143 p.

No transcurso de quase cinco anos de Revolução, a Nicarágua expressou o compromisso de levar a cabo uma política exterior baseada na paz e na autodeterminação, uma política cujo objetivo é servir aos interesses nacionais.

A Nicarágua manteve uma participação ativa em foros internacionais como as Nações Unidas e o Movimento dos Países Não-Alinhados, entre outros, em defesa dessas posições. Sete discursos sobre a política externa nicaraguense, pronunciados perante esses foros pelo comandante Daniel Ortega, coordenador da Junta de Governo, são re-compilados pela primeira vez

no livro *El acero de guerra o el olivo de paz* ("O aço da guerra ou a oliveira da paz").

Os discursos incluem os pronunciamentos em reuniões de cúpula das nações não-alinhadas em 1979 e 1983; na Assembléia Geral das Nações Unidas em 1979 e 1981; no Conselho de Segurança da ONU em 1982; na Conferência Regional da Organização da ONU para a Agricultura e Alimentação (FAO) em 1983; e na Conferência de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina em 1982.

O livro de 143 páginas constitui uma importante compilação histórica e política. Ortega trata de assuntos tais como o problema do endividamento dos países em vias de desenvolvimento, propostas para a paz na América Central e críticas à política norte-americana para a região.

Há um elemento comum em todos os discursos, sejam estes pronunciados em Havana ou Nova Déli, em Manágua ou Nova Iorque: a vontade de um povo "vibrante, forte, apaixonado, altivo" — como disse o poeta nicaraguense Rubén Darío há quase um século — que "corajosamente pode levar em sua mão direita o aço da guerra ou a oliveira da paz".

Aos leitores: Nem todos os livros comentados nesta seção fazem parte de nossa Estante e muitos deles também não foram traduzidos para o português. O nosso objetivo é, na medida do possível, fornecer aos leitores interessados em questões do Terceiro Mundo indicações do que está sendo publicado sobre América Latina, África e Ásia, noutros países.

Paraguai

Panorama sombrio para a liberdade de expressão

Depois do fechamento do jornal "ABC Color", não restou no país nenhum diário ou canal de TV disposto a cumprir com o dever de informar

O presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraguai, Alcibíades González Delvalle, denuncia a situação dos meios de comunicação em seu país, numa entrevista exclusiva a cadernos do terceiro mundo, concedida em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), onde representou os profissionais paraguaios no 1º Encontro Internacional de Jornalistas do Brasil e do Uruguai, realizado naquela cidade.

Depois do fechamento do "ABC Color" pelo governo do general Stroessner, como se acha neste momento a situação da imprensa no país?

— O fechamento do *ABC Color* é parte da política da ditadura de cerceamento da liberdade de expressão e, além disso, o ápice de um longo processo de hostilização, de perseguição contra o jornal por sua constante prédica em favor das liberdades públicas e suas denúncias contra a corrupção generalizada do governo. Depois do fechamento do jornal, as forças democráticas e progressistas de meu país, os operários, os estudantes, os camponeses ficaram sem o seu portavoiz, que antes abrigava suas inquietações, suas idéias, seus sentimentos. Atualmente o país não

sabe o que está acontecendo com esses setores.

O fechamento do diário gerou dois problemas fundamentais: ficamos sem trabalho mais de 300 pessoas (umas cinco mil famílias, incluindo as dos vendedores do jornal, os distribuidores e os correspondentes no exterior), e se criou um grande vazio informativo que gera um problema sério a nível nacional, pois muita gente ficou totalmente desinformada.

O governo pode agora fazer impunemente uma quantidade enorme de coisas que antes eram denunciadas. Está com as mãos totalmente livres para cometer

todo tipo de atrocidade, que não chegam a conhecimento da opinião pública.

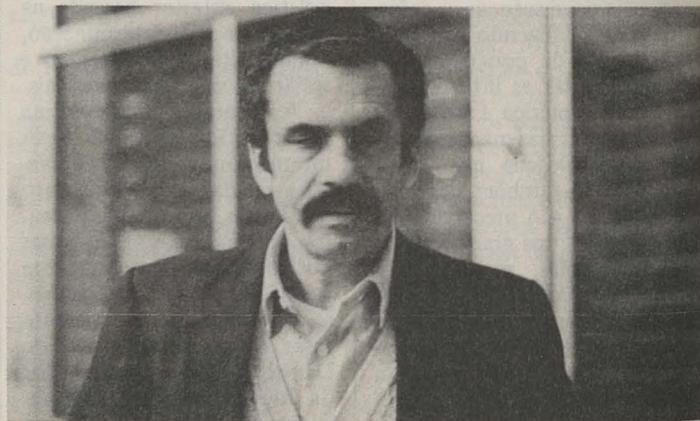
Quais seriam as possibilidades de reabertura do jornal ou da publicação de outro que pudesse substituí-lo?

— Nós não acreditamos que o *ABC Color* possa voltar a ser editado a curto prazo, porque o governo está muito à vontade com o seu fechamento. E quanto ao aparecimento de um jornal que o substitua, não é provável. Não interessa ao governo nenhum jornal diário que tenha uma atitude minimamente crítica diante da realidade nacional. Inclusive nos proibiram de publicar um semanário esportivo. Publicamos o primeiro número mas, a partir do segundo, recebemos ordens terminantes do governo de não trabalharmos mais como jornalistas esportivos. Pessoalmente, eu também não posso publicar um livro em Assunção nem trabalhar em nenhum meio de imprensa. E o mesmo aconteceu com outros companheiros, que só por terem trabalhado no *ABC* têm as portas fechadas para trabalhar em outro meio de comunicação.

E qual é a situação do sindicato da imprensa?

— O sindicato também tem muitas dificuldades porque, como é natural, está integrado por

Beatriz Basso



Alcibíades González Delvalle, presidente do Sindicato de Jornalistas

peças que não simpatizam com o governo. E não porque sejam opositores políticos do regime. Não. Mas porque simplesmente, como jornalistas, entendem que é sua obrigação denunciar os fatos que prejudicam o país.

Nosso sindicato foi criado há cinco anos e nos negaram personalidade sindical, sem a qual não podemos conseguir a personalidade jurídica. Trata-se de mais uma perseguição do governo contra a liberdade de expressão e contra a liberdade de associação.

Em outros países da América Latina, conseguiu-se pouco a pouco ir ganhando espaços em termos de informação, principalmente com semanários que respondem a uma linha política opositora. Isso aconteceu na Argentina, no Chile e no Uruguai. Qual é a diferença, nesse sentido, do regime paraguaio?

— Evidentemente, a imprensa alternativa foi e continua sendo uma solução nos regimes ditatoriais. Nós também temos esse problema. Há uma publicação ligada à igreja, um quinzenário, que de certa forma está preenchendo o vazio deixado pelo *ABC Color*, assim como um semanário que apareceu agora, *El Pueblo*, que de alguma maneira continua a missão do nosso diário. Mesmo assim, nota-se que existe um vazio muito grande com relação às informações nacionais e inclusive internacionais.

Por outro lado, a perseguição do *ABC* não se limitou ao fechamento. Já há muito tempo, era visível o desejo do regime em amedrontar-nos: prendiam jornalistas, punham obstáculos à distribuição (os carros que transportavam o jornal eram detidos por 18 ou 20 horas). De forma que já sofríamos perseguições antes do próprio fechamento.

Como você definiria a linha política do ABC Color?



“ABC Color”: fechado pelo governo de Stroessner

— Na realidade, é difícil definir a linha política. Por nos considerarmos independentes éramos acusados, por alguns, de governistas. Sempre mantivemos uma linha independente dos partidos políticos, mas dando guarida a todas as informações dos partidos de oposição, dos movimentos estudantis, dos movimentos operários que estavam e estão contra o oficialismo.

E a quais setores da sociedade pertencia o jornal? Era propriedade privada ou cooperativa?

— Era propriedade privada. Aldo Zuccolillo, o diretor proprietário, é uma pessoa de dinheiro, que saiu um pouco da linha tradicional dos setores de alta renda, que costumam ser muito conservadores. Zuccolillo jogou-se por inteiro, jogou toda a sua fortuna no jornal *ABC Color*. E o diário cumpriu uma etapa muito importante em meu país porque mostrou à população que ela tem direitos e que é necessário denunciar quando esses direitos são violados.

Qual era a tiragem?

— Em termos de nosso país, tinha uma tiragem alta: cerca de

80 mil exemplares diários, que era o dobro ou inclusive o triplo da de outros jornais.

Quais os outros jornais diários que estão circulando neste momento?

— O diário *Hoy* (“Hoje”) — que é do gênero de Stroessner e do qual os netos do ditador figuram como vice-diretores — e a *Ultima Hora*, que é vespertino. Está para sair outro jornal, que conta majoritariamente com meios oficialistas. Não há esperanças de que o *ABC* possa ser substituído nesta etapa, pelo menos como diário.

Há algum espaço democrático na rádio e na TV?

— Na TV, nenhum espaço. Temos dois canais de TV controlados totalmente pelo situacionismo. O mesmo ocorre na maioria das emissoras de rádio, exceto numa, *Flor de Nanduty*, cujo proprietário, Humberto Rubin, um pessoa apolítica porém preocupada pelos direitos humanos no Paraguai, está sofrendo toda espécie de perseguição. A emissora já foi fechada várias vezes e Rubin já foi detido. Apesar disso, ele mantém a linha de oferecer seu microfone a todas as pessoas que queiram expressar suas inquietações.

Qual a plataforma de luta do sindicato, neste momento?

— Estamos concentrados exclusivamente no problema do *ABC Color*. Desgraçadamente isso nos ocupa demasiado tempo e faz com que os problemas dos outros jornais estejam sem assistência. A prioridade número um do sindicato é conseguir a reabertura do *ABC* como fonte de trabalho.

É importante que, por meio da solidariedade, nasça uma união internacional contra esse tipo de regime que cerceia a liberdade de expressão e que deixa os povos sem um meio pelo qual se informem. ●

Bolívia: Cresce a experiência de radiodifusão alternativa

A recente inauguração da Cadeia de Rádio Sindical e Popular constitui um marco na longa trajetória da radiodifusão alternativa desenvolvida pelos trabalhadores bolivianos. A história das emissoras de rádio sindicais na Bolívia reflete o avanço do movimento operário e popular nesse país.

Foram os trabalhadores mineiros os primeiros a desenvolver esses meios de comunicação para contrabalançar a desinformação das rádios privadas e como instrumento de mobilização e organização de suas bases. A primeira rádio mineira foi ao ar em 1947, no distrito de Siglo XX, destacado por sua luta contra os "barões do estanho", principalmente contra o magnata Simón Patiño.

A rádio foi escolhida por seus custos mais baixos em relação aos outros meios de comunicação e, principalmente, pela grande porcentagem de analfabetos que então existia no país (70%, cifra que atualmente diminuiu para a metade), muitos deles com um idioma materno diferente do espanhol: *aymará*, *quíchua* ou *guarani*. As emissoras de rádio começaram como propriedade coletiva dos trabalhadores, financiadas, orientadas e administradas por eles próprios.

O conteúdo de suas programações sempre foi determinado pelos dirigentes e bases mineiras, tendo como objetivos principais: difundir os problemas dos trabalhadores e conseguir sua participação maciça na discussão, tratamento e solução dos mesmos; elevar o nível cultural dos trabalhadores mediante programas específicos de alfabetização e complementação cultural, assim como outros de formação sindical; e contrabalançar com veracidade e objetividade a desinformação dos meios massivos de comunicação social privados.

As emissoras mineiras foram o alvo principal da repressão dos militares em cada golpe de estado, o que significava para elas a destruição de seus equipamentos e a morte de seus técnicos, e muitas vezes o silêncio prolongado. A última grande arremetida foi durante o golpe do general García Meza, a 17 de julho de 1980, quando algumas rádios inclusive foram bombardeadas.

A experiência do sindicalismo mineiro foi recolhida por outros setores de trabalhadores: os fabris, os operários urbanos, os ferroviários e também os camponeses, que puseram no ar as suas emissoras. A elas se juntaram as rádios de educação popular que transmitem em idiomas nativos.

Com a instauração da abertura democrática em outubro de 1982, essa experiência de radiodifusão alternativa foi se fortalecendo e se propagando ainda mais. Esse desenvolvimento foi a base para a organização da Cadeia de Rádio Sindical e Popular que representa um grande passo na tarefa de democratização da comunicação, na qual se acham empenhados os trabalhadores e o povo boliviano em geral. (*Ludmila Cuadra*)

ONU impulsiona maior intercâmbio tecnológico

As Nações Unidas e 10 países em desenvolvimento acabam de lançar um projeto piloto para o intercâmbio de informação tecnológica que servirá para fortalecer a cooperação técnica e econômica entre as nações do Terceiro Mundo. O Sistema Piloto de Informação Tecnológica (Tips) é financiado pelo governo da Itália e administrado pelo sistema de financiamento das Nações Unidas para a Ciência e a Tecnologia para o Desenvolvimento. Brasil, México, Peru, Egito, Quênia, Nigéria, Índia, Indonésia, Paquistão e Filipinas participarão no projeto e todos, com exceção da Nigéria, já confirmaram seu compromisso.

O projeto Tips pretende preencher o vazio de informação, assim como outras necessidades para o desenvolvimento dos países do Sul. O Tips é um dos mais de 100 projetos elaborados para melhorar a base científica e tecnológica dos países em desenvolvimento, aumentando suas possibilidades de progresso, e que durante os últimos quatro anos têm demonstrado cada vez mais a sua importância, tanto do ponto de vista econômico quanto científico.

Apesar de que o Tips permitirá a alguns países em desenvolvimento ter acesso ao campo das consultorias e de contratos — atualmente monopolizados pelos gigantes industriais — a ênfase será colocada no intercâmbio de informação tecnológica básica. O programa se centralizará em tecnologias da energia, como as do carvão, biomassa, hidráulica e solar, e em tecnologias industriais nos campos da produção farmacêutica, processamento de alimentos, metalurgia, eletrônica, maquinaria e biotecnologia.

No entanto, o futuro do projeto está ameaçado pela negativa dos países industrializados do Ocidente em apoiá-lo. Só neste ano serão necessários cerca de 50 milhões de dólares para que o projeto possa funcionar eficientemente. (*Claude Robinson*)

Açúcar: o preço amargo da crise

Pensando apenas nos seus interesses econômicos, os países ricos provocam a pior crise em 50 anos no comércio mundial do açúcar, causando enormes prejuízos ao Terceiro Mundo

Na segunda semana de julho, numa tonelada de açúcar bruto estava custando menos do que uma tonelada de areia lavada na bolsa de mercadorias de Nova Iorque. Enquanto o açúcar custava 99 dólares por tonelada, o caulim estava cotado a 102 dólares por tonelada. Foi o ponto mais baixo da vertiginosa queda das cotações do açúcar iniciada há mais ou menos três anos e que marcou a pior crise dos últimos 50 anos no comércio do produto, que representa uma fonte básica de divisas para numerosos países do Terceiro Mundo.

A queda dos preços foi provocada pela existência de enormes estoques de açúcar produzido da beterraba na Europa (há informações de que são quase oito milhões de toneladas) e que os países exportadores do Velho Mundo querem colocar rapidamente no mercado para aliviar os gastos com os elevados subsídios pagos aos plantadores. A Austrália também está com estoques muito altos e se nega a reter parte de sua produção para reequilibrar a oferta no mercado mundial, enquanto os Estados Unidos e o Japão deixaram de comprar milhões de toneladas de açúcar devido à ampliação do

uso dos adoçantes artificiais.

De um modo geral, a produção açucareira passou de 80 para 100 milhões de toneladas nos últimos quatro anos, período no qual o mercado consumidor di-

minuiu proporcionalmente girando hoje em torno dos 93 milhões. Isso fez com que os estoques acumulados em todo o mundo atingissem a marca dos 34 milhões de toneladas sem perspectivas de escoamento a curto prazo e sem possibilidade de que os preços aumentem no mesmo período. Assim, o Brasil, o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, vende por 100 dólares em Nova Iorque, o açúcar que internamente custa por tonelada cerca de 260 dólares. Surge assim um déficit de 160 dólares que deve ser subsidiado pelo governo com um prejuízo médio de 32 milhões de dólares por mês. Outros países do Terceiro Mundo sofrem prejuízos ainda maiores na venda de cada tonelada, porque os custos internos no Brasil são os mais baixos do mercado.

O conflito de interesses entre os produtores ricos e pobres pro-



O preço internacional do açúcar alcançou este ano o ponto mais baixo em sua vertiginosa queda

Vendas de açúcar
nas rendas externas
(em %)

Brasil	2,39 a 6,40
Cuba	80 a 90
Rep. Dominicana	43
Suazilândia	59 a 60
Guiana	27 a 33
CEE	0,24 a 0,50
Austrália	2,75 a 6,26
Argentina	0,83 a 3,88
Índia	0,64 a 2,13
Filipinas	4,61 a 10,44
África do Sul	1,04 a 1,94
Tailândia	2,23 a 6,38
Jamaica	4,72 a 9,01
Moçambique	5,45 a 19
Bolívia	2,39 a 5,03
Colômbia	0,65 a 4,11
Costa Rica	1,89 a 4,66
El Salvador	1,45 a 3,01
Malauí	8,11 a 26,32
Nicarágua	3,11 a 3,64
Panamá	8,20 a 19,91

Fonte: Organização Internacional do Açúcar - período 1978/81.

vocou o fracasso das negociações para a renovação do Acordo Internacional do Açúcar, que acaba no final deste ano. E o impasse já precipitou uma guerra de preços que ameaça levar para o abismo econômico pelo menos sete dos países exportadores do Terceiro Mundo. Não existem cálculos precisos, mas alguns especialistas chegam a afirmar que os países pobres perderam nos últimos dois anos o equivalente a quase 1,5 bilhão de dólares só com a queda dos preços internacionais do açúcar, prejuízo este que se torna catastrófico num momento em que as nações exportadoras não-industrializadas vivem um período de acentuado endividamento e queda das receitas externas em divisas.

Desequilíbrio

As exportações de açúcar do Brasil representam entre 2,39 a 6,40% de suas receitas em divisas. Mas Cuba depende em 85% das

80 - terceiro mundo

vendas de açúcar enquanto a República Dominicana obtém 43% de suas receitas em dólares das exportações de derivados da cana. A pequena ilha de Maurício, no oceano Índico, depende em 66% e a Suazilândia, um reino africano encravado entre Moçambique e África do Sul, tem o seu orçamento dependente em 60% e a Guiana em 30%. Em compensação, os países da Comunidade Econômica Européia (CEE) dependem em apenas 0,24% das vendas de açúcar da beterraba e a Austrália cerca de 3%. Os números refletem o flagrante desequilíbrio existente entre o peso do açúcar na economia dos países do Terceiro Mundo e na das nações ricas. A lógica fria dos negócios nas bolsas de Londres e Nova Iorque não levou em conta a dramática situação dos produtores do Terceiro Mundo.

Em sua maioria, eles simplesmente terão que subsidiar a crescente diferença entre os preços externos e os custos internos para evitar uma catástrofe econômica e o caos social resultante da paralisação de usinas e destilarias e a desativação de enormes áreas plantadas com cana. O subsídio vai pesar em orçamentos nacionais já profundamente desequilibrados pelo endividamento, aumentando a necessidade de recorrer a créditos em dólar, libra, franco e marcos para financiar importações essenciais, cujos preços não mostram nenhum sinal de queda à vista.

A degradação dos termos de troca nos países dependentes das exportações de açúcar pode ser medido pelo caso cubano. Em 1973, Cuba comprava 44 barris de petróleo com uma tonelada de açúcar. Hoje, compra apenas quatro. Situação mais ou menos parecida ocorre com quase todos os demais países que não puderam escapar da monocultura da cana.

Em compensação, os europeus deixaram de ser importa-

dores, para exportarem açúcar de beterraba em apenas 17 anos, numa política destinada basicamente a assegurar empregos para seus próprios agricultores e impedir a dependência de fornecimento de países do Terceiro Mundo. Já os Estados Unidos e o Japão partiram para um campo novo, o dos adoçantes, inicialmente tirados do milho. A produção do xarope à base de frutose nos EUA registrou um aumento de consumo da ordem de 14,7 milhões de toneladas, enquanto o uso do açúcar caiu em 4,1 milhões de toneladas só nos últimos 12 meses. Os norte-americanos e japoneses também já estão usando em larga escala o adoçante químico chamado *Aspartame*, com base na phenil-alanine que é 200 vezes mais doce que o açúcar e já está sendo empregado em escala industrial na fabricação de refrigerantes como a *Coca-Cola* e *Pepsi-Cola*.

Se o mercado mundial do açúcar continuar sendo controlado de forma hegemônica pelos consumidores, a queda dos preços tornará antieconômica a produção de açúcar na escala atual, levando a maioria dos países exportadores a muito possivelmente terem que optar pela produção de álcool combustível. A alternativa é viável em termos tecnológicos, mas vai exigir novos investimentos em países cujos orçamentos já estão sobrecarregados por dívidas impossíveis de ser pagas e pela redução acentuada das receitas decorrentes da exportação de açúcar.

É quase impossível abandonar os cultivos de cana porque a reconversão das lavouras para outro vegetal seria extremamente antieconômica. A escolha do álcool evitaria o risco dessa alteração radical, mas exigiria por seu lado investimentos não só na instalação de destilarias como também em alterações dos motores de automóveis e caminhões para utilização do novo combustível.

As transnacionais e o "apartheid"

Assustadas com as pressões contra o apartheid, as grandes firmas dos EUA procuram defender seus interesses na África do Sul

Os defensores de sanções contra firmas norte-americanas instaladas na África do Sul enfrentam uma nova batalha parlamentar no Congresso dos Estados Unidos. Trata-se de um projeto prevendo multas de até um milhão de dólares para as empresas que não tomarem uma posição clara contra a discriminação racial em suas subsidiárias sul-africanas. A nova legislação, se aprovada, afetará diretamente a grande maioria das 350 empresas norte-americanas responsáveis pela maior parte dos 2,5 bilhões de dólares investidos diretamente na África do Sul.

A proposta apresentada pelos democratas Stephen Solarz e William Gray 3º enfrenta uma forte oposição do presidente Ronald Reagan, e revela a força das pressões exercidas pelos setores contrários ao racismo, que hoje já conseguiram impor leis anti-apartheid em 19 estados norte-americanos, incluindo a Califórnia e Nova Iorque, onde estão instaladas mais de 70% das firmas com subsidiárias na África do Sul.

O movimento de boicote contra o envolvimento de empresas norte-americanas com o apartheid vem desde 1977, quando o pastor protestante Leon Sullivan, que também é um dos diretores da *General Motors*, elaborou um código de conduta para

firmas dos EUA, prevendo entre outras coisas o fim da segregação entre os empregados nas subsidiárias sul-africanas, o aumento de número de negros na administração das filiais e a elevação das verbas destinadas a educação ou formação profissional das víti-

mas do apartheid.

Cerca de 125 empresas subcreveram o chamado Código Sullivan, entre elas, a *Exxon*, *Mobil*, *IBM*, o *City Bank* e o laboratório *Merck*. Elas reúnem cerca de 70% dos 100 mil sul-africanos (brancos e negros) empregados em subsidiárias norte-americanas na África do Sul. O Código Sullivan não prevê sanções financeiras, mas estabelece um julgamento das atividades das filiais com base em dados recolhidos duas vezes por ano. Em 1983, firmas como a *Firestone*, *W. R. Grace* e *Carnation*, bem como 34 outras empresas tiveram uma conduta considerada insuficiente em relação aos esforços de eliminação da segregação racial.

"Um exame escolar"

O responsável pela coleta dos



Muitas empresas com subsidiárias sul-africanas, como a *Firestone*, não respeitam o Código Sullivan

dados das transnacionais norte-americanas na África do Sul é um advogado, Reid Weedon, vice-presidente de uma firma de consultoria em Cambridge, no estado de Massachussetts. No ano passado, ele submeteu às transnacionais norte-americanas um questionário de 55 páginas com 116 perguntas sobre investimentos, política salarial, eliminação de barreiras raciais, financiamento de casas, escolas e instalações médicas.

Durante sete anos, esse sistema funcionou sem maiores reclamações das grandes empresas porque elas achavam que poderiam continuar atuando na terra do *apartheid* sem maiores problemas. Mas agora, diante do crescimento das pressões contra a política de envolvimento econômico com o racismo sul-africano, surgiram exigências dentro do grupo do pastor Leon Sullivan para que as transnacionais

manifestem pública e expressamente a sua rejeição do *apartheid* para poderem ser aprovadas no Código. Isso desencadeou reações em série de vários gigantes da indústria norte-americana que, sem ir diretamente contra os princípios de Sullivan, lançaram uma campanha de descrédito, alegando que o questionário se transformou num "improdutivo exame escolar".

Em 1983, 27 firmas signatárias do Código Sullivan deixaram de dar apoio à campanha do reverendo batista enquanto apenas cinco aderiram à lista no mesmo período. A *Coca-Cola* e a *Mobil Oil* passaram também a desenvolver uma campanha de desestabilização interna usando um dos signatários do Código, Sal Marzullo, para desafiar a orientação tanto de Sullivan como de Reid Weedon. As grandes empresas parecem interessadas em evitar que o Código sirva para que os

grupos anti-*apartheid* nos EUA continuem aumentando de número e influência. Esse fenômeno pode ser medido pelo fato de que 19 estados norte-americanos estão proibidos de investir recursos de fundos de previdência, num total de 26 bilhões de dólares, em empresas que não contem com a aprovação do Código Sullivan.

Segundo dados recolhidos pela revista *Fortune*, a *Ford Motor Co.* e 23 outras empresas, todas signatárias do Código Sullivan, estão realizando um esforço secreto para neutralizar a campanha dos grupos anti-*apartheid*. O grande objetivo das firmas é não perder o controle das relações econômicas com suas filiais sul-africanas, e evitar retaliações de governos municipais e estaduais nos Estados Unidos, onde as pressões da opinião pública contra o *apartheid* se exercem de forma mais direta.

Jornal do País

Nas bancas

SEM MEIAS PALAVRAS, SEM MEIAS VERDADES.

Em cada edição, um Suplemento Especial de 8 páginas sobre a realidade brasileira.

Todas as semanas nas bancas. Distribuição nacional.

Desejo receber gratuitamente um exemplar de arquivo do Jornal do País.
Desejo fazer uma assinatura semestral (Cr\$ 12.000,00); trimestral (Cr\$ 6.000,00).

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____ Estado: _____

Estou remetendo cheque nominal ou vale postal em anexo em nome da Editora Século Vinte Ltda., à rua da Lapa, 180 - grupo 1104/1106 - Tel.: 222-5771 - CEP 20241 - Rio de Janeiro.

A questão religiosa na América Central



Nos últimos quatro anos, a religião passou a ser um dos setores onde se manifesta de forma mais aguda o confronto entre a oligarquia política tradicional e os movimentos de renovação social nas sete repúblicas centro-americanas. E o fenômeno que mais ganhou importância foi o da utilização pelos setores conservadores de todos os credos, seitas e correntes religiosas como forma de tentar bloquear a crescente identificação de parte do clero renovador, com os camponeses, operários e com a população mais pobre da região. Quase 100 movi-

mentos religiosos, em sua maioria de origem norte-americana tentam mobilizar fiéis e desavisados contra os projetos reformistas. Na Nicarágua em especial, o conflito é o mais profundo e radical, com a alta hierarquia da igreja católica comprometida de forma direta e indireta com os movimentos de oposição ao sandinismo. E por estranha coincidência, o Vaticano tem se manifestado sobre a polémica interna na Nicarágua segundo um *timing* que coincide com o adotado pela Casa Branca e pelo Departamento de Estado.

Nicarágua

A política da igreja

O padre Xabier Gorostiaga, radicado há cinco anos na Nicarágua, analisa as relações Igreja-Estado e denuncia a manipulação política da questão religiosa

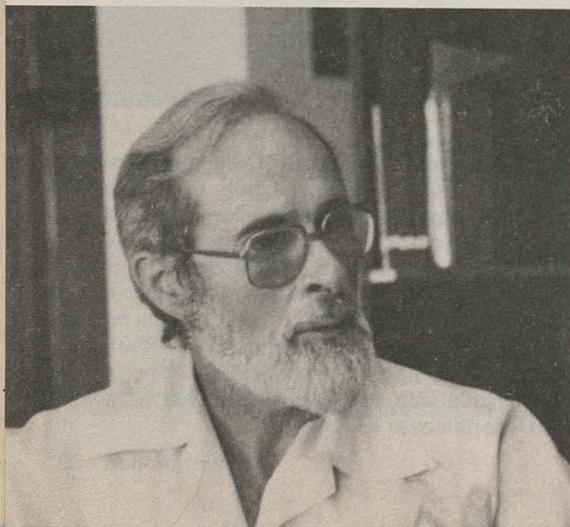
Ninguém desconhece o fato de que as eleições na Nicarágua — marcadas para o próximo dia 4 de novembro — representam para a atual administração norte-americana um dos mais sérios desafios à hegemonia da superpotência na região centro-americana e, por extensão, em todo o continente. E é bastante claro que a Reagan não interessa que elas se realizem, principalmente se levarmos em conta que o pleito na Nicarágua acontecerá antes das eleições para a presidência dos Estados Unidos, marcadas para 12 dias depois (a 16 do mesmo mês).

A recente decisão da Coordenadoria Democrática da Nicarágua (CDN) — coalizão de partidos e centrais sindicais que fazem oposição ao sandinismo — de não participar das eleições, só vem reforçar a opinião exposta acima. Isso, porque todos os esforços estão sendo feitos para tirar a legitimidade do regime instalado depois da queda de Somoza.

Nesse contexto, destaca-se a ação da hierarquia eclesiástica católica, que tomou uma dimensão política altamente identificada com os setores de oposição ao regime sandinista.

Xabier Gorostiaga é um padre jesuíta, diretor do Instituto Nicaraguense de Pesquisas Econômi-

Xabier Gorostiaga: "O problem a não é religioso, é político"



cas e Sociais. Panamenho de nascimento, Xabier Gorostiaga foi durante anos um dos assessores diretos do general Omar Torrijos. Ele concedeu a cadernos uma entrevista, na qual analisa as relações Igreja-Estado na Nicarágua. A seguir, destacamos alguns trechos de sua entrevista:

"Existem como que três fases na história da igreja na Nicarágua, recentemente. Até os anos 70, a igreja como instituição deu todo apoio a Somoza. Depois da reunião dos bispos em Medellín (1968), houve um grupo que tomou uma posição claramente favorável à Frente Sandinista, entre eles, Fernando Cardenal e Uriel Molina. Era um grupo minoritário. Mas em 76/77, com o Movimento de Igrejas apoiando a FSLN, esse grupo já era majoritário.

"Na segunda fase — fins de 77, início de 78 —, a confrontação de Somoza com os bispos já era total. É quando os bispos lançam a famosa Pastoral legitimando a guerra contra Somoza. É um caso único na história da igreja. Eles não pregaram a necessidade de uma guerra. O que eles fizeram foi defender uma guerra que já estava acontecendo de fato. Isso fez com que os bispos tivessem uma imagem muito favorável aos sandinistas, o que não era correto. Eles eram contra Somoza, mas favoráveis a um modelo democrata cristão.

"Em novembro de 79, os bispos lançam outra Carta Pastoral na qual declaram que 'nós acreditamos que um socialismo que respeite os direitos humanos, que respeite o direito do povo à religião, coincide com a proposta da igreja'. Essa pastoral marcou também um fenômeno novo: na Nicarágua não houve contradição entre a igreja e a revolução, entre o cristianismo e a revolução. Essa carta teve um grande impacto nacional e internacional."

O primeiro conflito

"A meados de 1980, Alfonso Robelo e Violeta Chamorro decidem sair da Junta de Governo, quer dizer, sai o setor mais burguês da Junta e, aí, os

bispos pedem aos sacerdotes que também deixem o governo. Esse foi o primeiro conflito entre a igreja e o Estado nicaraguense. É então que começa a que eu chamo de terceira fase.

“Nesta, os bispos começam a pressionar o governo, mas as relações ainda são relativamente boas, a colaboração da maioria com a revolução é fluida, com frutos positivos. Mas as coisas se complicam em 82, com o problema dos misquitos (ver cadernos nº 64), quando os bispos divulgam uma carta contra o governo. E se complicam muito mais com a visita do papa João Paulo 2º, em março de 1983.

“O papa, na minha opinião, chegou muito mal informado sobre a Nicarágua. Ele achava que era uma outra Polônia, principalmente quando ele viu aquelas 700 mil pessoas na praça, gritando entusiasmaticamente ‘Viva o papa’. Mas não era outra Polônia. Primeiro, ele se negou a rezar pelos milicianos sandinistas que tinham sido enterrados no dia anterior à chegada do papa. Na primeira fila da missa papal, estavam as mães dos mortos com os retratos dos seus filhos. Elas pediram uma oração para seus filhos. Não houve resposta. Então, uma delas pegou o microfone e pediu mais alto: ‘Queremos uma oração por nossos mortos’. Foi aí que a multidão começou a gritar ‘queremos paz’ e o papa pediu silêncio.

“O filme que documentou essa missa mostra claramente como o povo foi mudando de atitude. A imprensa internacional disse que o povo estava contra o papa. Mas não foi isso que aconteceu. Ao contrário, no começo todos aplaudiram e reverenciaram João Paulo 2º. Foi depois desse incidente que a multidão passou a gritar e a interromper o discurso do papa. Isso criou uma tensão muito grande nas relações já frágeis entre a hierarquia eclesial e o governo da Nicarágua.”

A quarta fase

“A fase atual é marcada pela divulgação das duas últimas cartas pastorais dos bispos, já este ano. A primeira carta ataca o serviço militar patriótico, que se baseia no princípio de que ao aumentar a agressão externa já não se pode manter a defesa apenas com as milícias voluntárias inorgânicas. Daí a necessidade de se criar um serviço militar obrigatório, por um ano, para todo nicaraguense menor de 28 anos.

“Os bispos dizem, na carta, que o governo não tem o direito de convocar para o serviço militar obrigatório ‘porque não é um governo legítimo já que é dirigido por um partido’. Isso criou uma comoção interna muito forte. Imediatamente houve resposta (inclusive do clero internacional), dizendo que não são os bispos que legitimam um governo. A legitimidade de um governo é dada pelo seu pró-



“A visita do papa criou uma tensão muito forte nas já frágeis relações da igreja com o sandinismo”

prio povo e pela comunidade internacional. E a Nicarágua acabava de ser aceita no Conselho de Segurança das Nações Unidas com 104 votos. Então, a legitimidade de um governo quem dá são os fatos e não os bispos. Daí a pastoral ter criado um grande conflito.

“Mas a última carta criou um conflito ainda maior. Nela, os bispos pedem reconciliação, isto é, reconciliação com os somozistas, com os contra-revolucionários. O que é que se pretende com isso? Aí, respondemos: ‘Muito bem, reconciliação. Então, que deponham as armas, que se incorporem ao processo nicaraguense’. Mas é muito difícil a reconciliação com os somozistas, que são criminosos, que têm a seu cargo mais de 50 mil mortos e mais de 100 mil feridos. Principalmente porque os somozistas são ajudados diretamente pela CIA, financiados e dirigidos militarmente pelos Estados Unidos. Como pode haver reconciliação?”

Um problema político

“O que pedimos é que o diálogo e a reconciliação se dêem primeiro dentro da igreja para que esta possa ter legitimidade de pedir diálogo e reconciliação no país. E dentro da igreja isso não



“A revolução nicaraguense se fez com o apoio não só dos católicos como da maioria dos protestantes”

existe. Depois dessa carta pastoral, as duas principais igrejas da Nicarágua — os jesuítas e os dominicanos — de forma unânime, tiraram uma carta protestando contra os bispos. Eles consideraram a pastoral dos bispos como uma espécie de escândalo para a fé do povo.

“Isso se passou em maio e a imprensa internacional quase não divulgou o fato. Por isso, pedimos reiteradamente ao episcopado brasileiro, ao norte-americano, canadense, europeu etc., que se mobilizem para evitar um problema que é absolutamente artificial para nós. Na Nicarágua não há problema religioso, o que existe é um problema político, no qual um setor da igreja tomou parte.

“Pedimos à comunidade episcopal que envie uma delegação de bispos à Nicarágua para ver *in loco* o que está ocorrendo lá, no sentido de esclarecer se realmente existe um problema religioso ou se é um problema colocado por um setor da hierarquia que se converteu no principal grupo opositor político do país, já que a oposição não tem líderes. Assim, o monsenhor Obando y Bravo, arcebispo de Manágua, manipulou a situação e tentou se tornar a principal figura política de oposição no país.

“O caso do padre Amado Peña é muito claro. Numa entrevista coletiva, o governo apresentou um filme onde se vê esse sacerdote conversando com o principal líder da frente interna dos *contras* que está lhe entregando umas bombas, armas, papéis de propaganda e uma bandeira da FDN (Frente Democrática Nicaraguense, organização contra-revolucionária). No dia seguinte, o monsenhor Obando diz que tudo não passa de um truque sandinista, que é um filme montado e dá apoio ao padre.

“Depois, o ministro do Interior, Tomás Borge, convoca outra coletiva com a imprensa internacional e fornece mais dados e mostra outros filmes em que o padre, semanas antes, recebia mais armas. E entrega a película aos jornalistas para que comprovassem que não era nenhum truque. Borge então anunciou que o padre seria levado a um tribunal

para um julgamento e o governo proibiu-o de celebrar missas públicas, ou seja, de ter atividades públicas.

“Obando então, juntamente com o bispo auxiliar e mais 30 padres (o que é pouco significativo, porque no país existem mais de 300 padres e, só em Manágua, há 170) marcou uma manifestação de apoio ao padre e contra o governo. Essa manifestação era um ato claramente político e o arcebispo foi avisado de que não a realizasse porque ia ser tomado como uma provocação.

“A manifestação foi realizada e o governo sandinista respondeu com a expulsão de 10 padres estrangeiros, o que me parece lógico. Agora, também me parece que a Frente Sandinista criou, com a expulsão, uma imagem ruim internacionalmente, já que esses 10 padres não representavam maior perigo interno. Eu acho que a Frente aceitou a provocação e a FSLN não tem a capacidade internacional que tem a igreja de mobilizar a opinião pública, principalmente quando sabemos que existe uma quantidade enorme de agências de notícias controladas pelos Estados Unidos.

Manipulação

“Os dados objetivos, portanto, indicam que existe uma clara manipulação política dos fatos relatados que, me parece, procura no fundo eliminar a possibilidade de eleições em novembro próximo. Há uma campanha internacional no sentido de criar uma problemática religiosa na Nicarágua, porque é um fenômeno muito raro que se tenha feito uma revolução com o apoio da igreja não só católica como também a maioria das protestantes.

“Três relatórios internacionais (um do Conselho Mundial de Igrejas, outro da Organização Mundial da Igreja Católica e outro da Comissão Pax do Vaticano) foram extraordinariamente positivos sobre a igreja na Nicarágua e todos criticam fortemente o monsenhor Obando.

“No Diálogo Interamericano da 2ª Comissão Linowitz (da qual participam dois brasileiros, Fernando Henrique Cardoso e d. Paulo Evaristo Arns), pudemos entrevistar-nos com alguns generais do Pentágono e eles nos disseram que o maior problema que eles estão encontrando na América Latina é a Teologia da Libertação porque ‘le rítmica as organizações populares e a luta popular’. Quer dizer, não citaram nem Cuba, nem a guerrilha...

“Um dado bastante esclarecedor é que, enquanto na Guatemala foram assassinados uns 16 padres e um número igual de freiras, em El Salvador houve uns 15 padres assassinados, em Honduras acabam de matar o padre Guadalupe Carmen — que é norte-americano —, acusam justamente a Nicarágua, onde nunca houve nenhum padre assassinado. Pura manipulação política.”

Os “profetas” do anticomunismo na América Central

Quase uma centena de seitas, cultos e igrejas, em sua maioria com sede nos EUA, despejaram milhares de pregadores abastecidos por milhões de dólares para mover uma “guerra santa” em defesa das velhas oligarquias

Debora Huntington*

Santa Ana, a segunda cidade de El Salvador, é o reduto da ultra-conservadora oligarquia cafeeira do país; entre os pobres, a religião predominante é a pentecostal. Em 1980, forças guerrilheiras da FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional) surpreenderam a oligarquia ao manterem a cidade em seu poder, por um

breve período, contra o exército salvadoreño. A demonstração do profundo apoio que a oposição havia granjeado durante anos de organização discreta e silenciosa chocou tanto a comunidade evangélica quanto os empresários do setor privado. Na verdade, pouco antes da rebelião, estes haviam realizado uma “campanha de saturação”, sob a direção da *Campus Crusade for Christ*,¹ como parte daquilo que a organização chama de “batalha espiritual pela conquista de El Salvador”.

* Artigo publicado por gentileza da revista norte-americana Nacla — *North American Congress on Latin America* —, exemplar de janeiro/fevereiro 1984. A autora frequentou cursos da United Methodist Church na República Dominicana, como interna, em 1978-79.

¹A “*Campus Crusade*” é uma organização religiosa ultracconservadora, com sede na Califórnia (EUA), fundada por Bill Bright.

Deficientes físicos num a cerimônia protestante. San Salvador, 1982



“Ouvi, mundo: esta é a vida”

A cidade de Santa Ana tem desempenhado papel vital na campanha local “Esta é a vida”, organizada pela *Campus Crusade*. A sucursal salvadorenha desse movimento mundial começou a funcionar em 1978. Nos dois anos seguintes, a organização alega ter aliciado 120 mil cristãos em 120 cidades para “evangelização pessoal” porta-a-porta e “evangelização em massa” nas esquinas, onde grupos de jovens usam megafones para divulgar coisas acerca de Jesus. Houve uma ocasião em que a cidade foi inundada por 21 mil cartazes multicores com o slogan da campanha: “*Ya lo encontré!*” Apenas num fim de semana, registraram-se 800 novas “opções” por Cristo. Com dois anos de campanha, a *Campus Crusade* alegava ter feito 64 mil conversões em todo o país.

O escritório de El Salvador, como todos os outros, vem se concentrando ultimamente na exibição do filme “Jesus”, da *Campus Crusade*, que esta organização norte-americana pretende mostrar a “dois ou três bilhões de pessoas nesta década”. No primeiro semestre de 1983, a *Campus Crusade* exibiu o filme para mais de 100 mil espectadores centro-americanos.

Missão evangelizadora?

Atualmente, a *Campus Crusade* gasta 90 milhões de dólares em todo o mundo — o dobro do que gastava há seis anos — para cumprir sua “missão evangelizadora”. Mais da metade do orçamento para operações na América Latina é financiada a partir dos Estados Unidos, sendo essa proporção ainda mais alta em países como El Salvador e Nicarágua.

A campanha de Santa Ana foi paga, em parte, pelos engarrafadores locais de Pepsi Cola, que pertencem a uma das “14 famílias” de El Salvador, mas não teria qualquer chance de êxito sem vultosos subsídios dos Estados Unidos. Grande parte do programa mundial intitulado “Esta é a vida”, foi financiada por um grupo de comerciantes, quase todos da região sul dos EUA, cujos nomes têm posição de destaque na lista de 200 mil doadores da *Campus Crusade*. Nelson Bunker Hunt, comerciante texano e arquiconservador, que atua no ramo de mercadorias primárias, investiu 10 milhões de dólares no programa “Esta é a vida” em 1978-79, outros cinco milhões de dólares no filme “Jesus” e angariou mais 20 milhões de dólares entre seus amigos durante um fim de semana. Outras manifestações de apoio incluem doações de quatro a cinco dígitos do fundador da cadeia de hotéis *Holiday Inn*, do ex-presidente da McDonnell Douglas Aircraft, e de contribuições de firmas como Mobil, Coca-Cola, Adolph Coors e Pepsico. Até

mesmo o diretor de informações das forças armadas dos Estados Unidos desempenhou um papel ativo no escritório de Washington de “Esta é a vida”. No início da campanha, em 1977, um angariador de fundos observou que “recebemos promessas de presidentes de várias companhias internacionais, dizendo-se dispostos a colaborar com a campanha desde que a verba fosse dirigida para países específicos”.

Esses setores têm em Bill Bright (fundador da organização) e na *Campus Crusade* um instrumento para promoção de seus interesses políticos. “Esta é a vida” surgiu em decorrência do plano de Bright de “voltar ao nosso país para Deus”, dada “a possibilidade muito real de que uma potência estrangeira venha a dominá-lo e provocar o colapso de nossa economia”. Bright, um leigo presbiteriano de 61 anos de idade, acredita que sua *Campus Crusade* é um veículo através do qual o plano de Deus pode vir a realizar-se. De fato, Bright tem “planos que podem mudar o governo, mudar a educação e mudar o mundo inteiro,” como ele próprio explicou ao lançar a campanha em meados da década de 1970. Em termos práticos, o plano de Bright é um ambicioso programa que visa vender Jesus Cristo — e o estilo de vida norte-americano — a todo o planeta. Na América Latina, isto “pode significar a transformação de valores latino-americanos”.

Alianças Políticas

Os homens de negócios apóiam o trabalho da organização, com o seu falatório de “salvação nacional” e de “preservar a grandeza da América”, porque sabem que ela impedirá que a Bíblia “seja subvertida”. Trata-se de uma aliança essencialmente política, e não religiosa, embora Bright insista que a *Campus Crusade* jamais “gastou um dólar para fins políticos”.

A crise da América Central, a partir de 1979, forçou uma definição política mais clara de grupos como a *Campus Crusade*, e o *establishment* que controla a política externa dos EUA procurou angariar sua ajuda. A relação entre a expansão do trabalho evangélico e a ofensiva política do governo norte-americano é demonstrada pelo fluxo de verbas, pelo traçado de estratégias organizacionais e pela produção e comercialização de materiais doutrinários. O que gerou esse vínculo foi a ideologia, a história e uma visão do mundo coincidente, e não a conspiração. A idéia da luta do Bem contra o Mal traduz-se facilmente em “capitalismo ao estilo norte-americano versus comunismo”, construindo assim um consenso estratégico.

A atração que os evangelistas exercem sobre a direita centro-americana se deve a muitos fatores. Em primeiro lugar, eles financiam organizações e

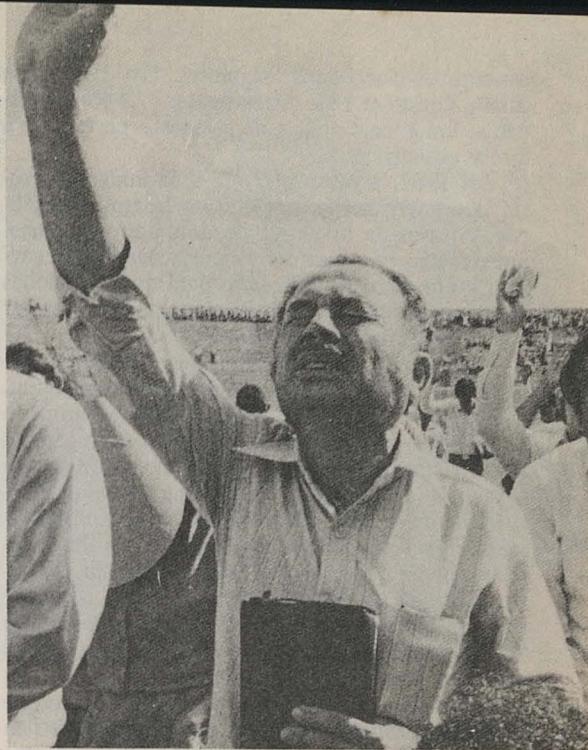
missões que promovem uma ideologia destinada a *desmobilizar* a população, organizando-a em um "bloco apático"; certos grupos combatem ativamente "a idéia de que a igreja deva ser usada para a libertação das pessoas e não para a salvação das almas".

Em segundo lugar, enfatizando as profecias bíblicas e a ação divina, esses grupos minimizam a responsabilidade humana pelo violento conflito político da região, mesmo quando atribuem todos os seus horrores ao pecado. "Acreditamos que a inquietante situação moral, econômica, social e religiosa que o nosso país e o mundo atravessam é precisamente o cumprimento da profecia quanto aos últimos dias da humanidade, e o Evangelho deve ser pregado a todas as nações antes da segunda vinda de Nosso Senhor Jesus Cristo", escreveram os líderes da *Campus Crusade* da Guatemala. A sucursal de El Salvador acrescentou que "ninguém deve preocupar-se com horóscopos ou notícias jornalísticas; todo o nosso interesse deve ser estar perto de Jesus Cristo".

Em terceiro lugar, a *Campus Crusade*, as Assembléias de Deus e outras organizações sediadas nos EUA e atuantes na América Central reforçam as percepções esquemáticas e simplistas da administração Reagan entre seu eleitorado norte-americano, mobilizando assim o apoio dos cidadãos à política do governo norte-americano. Em seu "perfil de países", destinado a explicar o trabalho de campo da organização, a *Campus Crusade* assim fala de El Salvador: "Em última análise, instalou-se ali uma luta pela liberdade do povo com democracia, contra o domínio tirânico do comunismo, como ocorreu em Cuba, na União Soviética e no Leste Europeu".

Finalmente, conscientemente ou não, essas organizações foram mobilizadas para uma campanha destinada a desacreditar aqueles cristãos que discordam da política de Reagan. As táticas de acusar as pessoas de comunismo, aliadas a interpretações arrogantes do que seja "a correta fé cristã", têm sido usadas para convencer os cristãos de que a fé e o império marcham juntos. James Watt, membro de uma Assembléia de Deus e secretário do Interior dos Estados Unidos na ocasião, desenvolveu sua tese durante a 40ª Convenção Geral de sua seita no verão de 1983: "Já não podemos dar ao luxo de ceder a arena política à esquerda religiosa. (...) Devemos defender corajosamente os princípios que constituem a América".

O fenômeno não é novo. Afinal, há uma tradição de recomendações políticas para uma ofensiva a ser lançada contra a teologia de libertação latino-americana. Um exemplo foi o Relatório Rockefeller sobre a América Latina de 1969 e, mais recentemente, o documento de Santa Fé, de 1980. Ultimamente, a Casa Branca vem buscando o apoio



Os devotos contribuem com dinheiro para ajudar a financiar as seitas

evangélico para sua política sobre a América Central, a fim de anular a dissidência liberal protestante.

A religião tornou-se um instrumento político — um "campo de batalha para a luta política", na opinião da direita. Dado o surgimento de um setor evangélico na região que apóia mudanças estruturais, a direita passou a promover como "neutra" ou "pura" a sua versão conservadora do cristianismo.

E como se manifesta essa "ofensiva neoconservadora" nas comunidades religiosas dos Estados Unidos e da América Central? Com grande flexibilidade doutrinária — é o que revela a reação da religião a situações nacionais tão diversas quanto as da Guatemala e da Nicarágua.

"Guerra Santa" na Guatemala

Na Guatemala, as multidões acorreram às igrejas evangélicas após o devastador terremoto de 1976. Organizações evangelistas e missões religiosas enviaram milhões de dólares em ajuda e uma legião de missionários para distribuí-los. E trouxeram também uma mensagem para os sobreviventes: o terremoto tinha sido uma advertência de Deus e a Guatemala devia arrepender-se de seus pecados. Em 1976, o número de devotos dessas igrejas aumentou em 14%, e continuou a crescer

durante os cinco anos seguintes. Em 1982, essa taxa pulou para 18%. Atualmente, 22% da população — um e meio milhão de pessoas — pertencem a igrejas evangélicas.

Em 1982, a perspectiva de uma iminente vitória dos guerrilheiros assustou os líderes evangélicos. Através da iniciativa de dois pastores norte-americanos, centenas de congregações “intercederam junto a Cristo”, rezando para que as eleições de março trouxessem um milagre capaz de “salvar a Guatemala das garras do Diabo”.

A fraude eleitoral não fez milagre nenhum, mas um golpe militar, dezesseis dias depois, conseguiu. Para deleite dos evangelistas, o exército nomeou para chefiar uma junta de três homens o general Efraín Ríos Montt, dedicado cristão reconvertido e membro da Igreja do Verbo, uma missão da *Gospel Outreach*, da Califórnia. Ríos Montt prontamente nomeou alguns membros idosos da igreja para o cargo de assessores do governo. Um dos patrocinadores da campanha de orações, o pastor Hap Brooks, da Flórida, aclamou o golpe como “o maior milagre do século vinte, operado no céu antes que fosse operado na Terra”.

A frenética campanha de contra-insurreição que se seguiu à tomada do poder por Ríos Montt não poupou nem mesmo os protestantes. Num cruento incidente, tropas transportadas de helicóptero aterrissaram na vila de Tuchabuc e trucidaram 30 membros de uma congregação pentecostal na própria igreja em que rezavam. Os evangelistas, porém, não emitiram uma palavra sequer de protesto; todos isentaram Ríos Montt de qualquer responsabilidade pelos excessos dos seus soldados. O objetivo do *Plan Victoria 82*, do exército, era destruir o movimento de guerrilhas destruindo sua base de apoio nos altiplanos povoados pelos índios. Mas os estrategistas militares reconheciam que só poderiam obter uma vantagem duradoura se instituísssem formas de controle permanente sobre a população rural. E era sob esse aspecto que os evangelistas, tão ansiosos por entrarem em conluio com os militares, se tornavam valiosos aliados desses últimos.

A derrubada de Ríos Montt em 8 de agosto de 1983 não prejudicou a ampla influência ideológica dos evangelistas da Guatemala, nem diminuiu sua utilidade para os grupos dirigentes. Mas pôs fim à noção de que eles pudessem vir a ser uma força política ativa. Lá eles retornaram simplesmente à sua posição “apolítica” tradicional.

Polêmica na Nicarágua

Se a ênfase da liderança evangelista na Guatemala de Ríos Montt era no sentido de aproveitar o momento para participar da política, o oposto ocorria na Nicarágua sandinista, onde os líderes evangélicos conservadores declaravam que a tarefa

90 - terceiro mundo



Anúncios das Igrejas Evangélicas em Huehuetenango (Guatemala)

de todo cristão era trazer o país para mais perto de Cristo. Davam a entender que a revolução tinha colocado no poder o Diabo — ou, pelo menos, seus aliados. Chamavam os Comitês de Defesa Sandinistas (ÇDS) de “ouvidos do Grande Irmão” e criaram programas sociais nas áreas rurais para competir com organizações administradas pelos sandinistas.

O uso da religião como arena política é especialmente intenso na Nicarágua, onde um considerável setor da comunidade evangélica apóia a revolução. Um compromisso definitivo com a justiça social foi propalado em 1976 por 50 pastores evangélicos, membros leigos e seminaristas que se reuniram para analisar o papel da igreja na sociedade e a ética cristã. O documento contendo suas conclusões exigia que se pusesse fim ao conflito entre classes e aos privilégios, à subnutrição e ao analfabetismo.

Quatro meses após a derrubada de Somoza em 1979, 500 pastores e líderes evangélicos emitiram uma declaração apoiando o governo da FSLN e estimulando a participação de cristãos nos CDS e na cruzada de alfabetização. “Com firmeza cristã”, declararam eles, “condenamos toda e qualquer ação contra-revolucionária”. Em março de 1980, a Assembléia Geral do Comitê Evangélico para Ajuda e Desenvolvimento (Cepad) divulgou uma carta pastoral que dizia:

“Como pastores do povo de Deus, conscientes das enormes e graves implicações do atual processo histórico para o nosso país, partilhamos da felicidade, esperanças e esforço do nosso povo em sua luta contra a pobreza, a ignorância e a exploração.



Em dezembro de 1982, os crentes celebraram 100 anos de protestantismo em El Salvador

Vemos sinais do Reino de Deus nos esforços do povo da Nicarágua por construir uma Sociedade onde a vida seja digna e humana. . .”

Em março de 1982, a Assembléia Geral do Cepad endereçou uma carta a cristãos nos Estados Unidos exortando-os a interceder contra “as atitudes intolerantes e arrogantes dos Estados Unidos em relação à Nicarágua (. . .), a fim de evitar maiores sofrimentos, desolação e destruição”. O Cepad tem especial importância como organização, uma vez que congrega 37 ritos evangélicos, incluindo todas as principais igrejas pentecostais.

A medida em que progredia a revolução, exemplos do apoio evangélico eram claramente visíveis:

- Na cidade sulina de Rivas, 25 pastores locais organizaram uma brigada de voluntários para a colheita de cana de açúcar em 1982.

- Na primavera do mesmo ano, o Cepad lançou um programa destinado a criar comitês de defesa ao nível da congregação, coordenados com os CDS. Esses comitês fizeram um levantamento dos profissionais e dos recursos que os cristãos poderiam oferecer numa emergência, caso não desejassem empunhar armas: médicos, enfermeiras, cozinheiras, carpinteiros, acesso a veículos, telefones e rádios. Mais tarde, os doze diretores regionais do Cepad para esse Plano de Emergência Nacional foram ameaçados de morte pelos *contras*.

- No distrito sulino e rural de Juigalpa, todas as igrejas locais, inclusive as Assembléias de Deus, Jesus o Bom Pastor e Fé Apostólica, lançaram uma “Convocação à Defesa” exortando os cristãos a unirem-se às milícias.

Naturalmente, nem todos os líderes evangélicos estavam satisfeitos com a revolução. Mas a liderança protestante conservadora havia ficado um tanto desfalcada após a vitória sandinista. Por exemplo, cinco membros da diretoria da Sociedade Bíblica — baluarte do protestantismo fundamentalista — fugiram para Miami depois que suas grandes empresas e latifúndios foram confiscados em virtude de conexões com a família Somoza; o secretário geral da Sociedade — general da Guarda Nacional — foi preso. Vários membros da mais antiga congregação de Manágua da Igreja Centro-Americana foram também para a cadeia por crimes cometidos enquanto membros da Guarda Nacional. Quase todos os ritos protestantes norte-americanos retiraram seus missionários — conservadoramente calculados em 101 em 1979. O diretor da *Campus Crusade* foi para Honduras “por motivos políticos” e o *Evangelism in Depth* (Índef) transferiu seus escritórios para a Costa Rica.

O pronunciamento do governo, em outubro de 1980, garantindo liberdade de religião, não conseguiu dissipar os temores dos conservadores. Nesse pronunciamento, o governo considerava bem-vindo um papel ativo de todas as igrejas que desejassem lidar com questões sociais, mas aconselhava aqueles grupos cristãos, interessados apenas no “reino do outro mundo”, a limitarem suas atividades a locais privados. Os evangelistas conservadores registraram de várias maneiras sua oposição à FSLN:

- Um programa de rádio de pastores pró-sandinistas, intitulado “A Voz do Evangelho na Revolução”, foi cancelado pela estação evangélica local,

de propriedade da seção nicaraguense da *Campus Crusade for Christ*, da Sociedade Bíblica e várias igrejas locais.

● As Assembléias de Deus, o maior rito evangélico da Nicarágua, com 500 pastores, 350 igrejas e 60 mil membros, lançou um programa agrícola em 1980 nos departamentos de Matagalpa, Jinotega e Nueva Segovia, onde alegam representar 60% da população. Os pastores aconselhavam os fiéis a não venderem seus produtos ao governo aos preços tabelados. O secretário para a América Latina nos Estados Unidos financiou esse programa, que concorria diretamente com os programas apoiados pelo governo. Um pastor das Assembléias de Deus, que condenou o programa por sua natureza “desestabilizante”, foi proibido de pregar em templos das Assembléias nos EUA durante uma *tournee* de conferências em 1983.

● Após as devastadoras enchentes de 1982, houve rumores de que pastores andavam pregando que as enchentes eram a maneira de Deus desaprovando “os rumos comunistas” que o governo vinha tomando.

Desde a revolução, houve um tremendo influxo de pequenas seitas religiosas compostas de evangelistas (muitas vezes, hispano-americanos) provenientes do México, Porto Rico, Panamá e dos estados sulinos dos EUA. Alguns são missionários de igrejas autônomas da América Central que, através de uma série de cismas e divisões, terminaram ligadas a seitas norte-americanas.

Na Nicarágua, muitos gritam: “CIA!” Não é uma acusação leviana. A CIA utilizou missionários não apenas como informantes, mas também como agentes, no Chile, na Bolívia e no Brasil nos anos 50 e 60. Com efeito, toda uma campanha da CIA em Cuba promovia a iminente volta de Cristo, com terríveis conseqüências para Fidel Castro.

Dólares e bíblias de contrabando

Qualquer que seja a origem do seu dinheiro e a verdadeira natureza de sua estratégia, muitos grupos evangelistas vêm ajudando a desestabilizar o governo da Nicarágua. As atividades desses grupos incluem a canalização de verbas não reveladas para pastores nicaraguenses conservadores e para a produção de material educativo destinado a disseminar o medo anticomunista. Nos Estados Unidos, por exemplo, a Cruzada Cristã Anticomunista e a Evangelização das Terras Comunistas estão levantando fundos para a realização de seminários “destinados a ensinar, a nós, os pastores, como demonstrar aos nossos fiéis, usando a Bíblia, que o comunismo está errado”.

Nos primeiros dias de cada mês, o diretor executivo do *Indef* na Costa Rica recebe um cheque de cinco mil dólares, em seu nome, enviado por

um cidadão dos EUA, por conta de uma organização norte-americana cujo nome jamais foi revelado. Esse cavalheiro declarou à repórter da *Nacla* (revista publicada por uma organização progressista independente dos Estados Unidos) que, atendendo a um pedido que “um cristão dos Estados Unidos” lhe fez em 1982, ele deposita o dinheiro em sua conta bancária na Costa Rica para depois contrabandear-lo para a Nicarágua. Para ele, não importa a origem do dinheiro; preocupa-se apenas em atender aos “necessitados” pastores nicaraguenses, para que estes possam continuar o trabalho de evangelização, preparando o povo “para a volta de Cristo”.

Numa casinha situada à margem de movimentada esquina, em Manágua, à sombra de um cartaz que diz que “Só há um Deus — o Deus dos pobres”, um pastor da Igreja Centro-Americana divide um total de 375 mil córdobas (moeda nicaraguense) em 18 envelopes fechados, cada um destinado a um contato de cada seita, que partilhará dessa “ajuda salarial” com um número de pastores cuidadosamente selecionados.

Uma das diretoras do *Indef*, Jean Kessler, alega que a ajuda se destina a qualquer pastor necessitado; um dos administradores do programa, na Nicarágua, declarou, porém, que o dinheiro é somente “para aqueles pastores leais ao Verbo e a Deus”, e não para “os que se envolveram com a política nicaraguense”. Seiscentos pastores — cerca de 40% do total de 1.500 que trabalham na Nicarágua — participam desse “programa de ajuda salarial”. Recebem uma contribuição mensal de 500 córdobas, o que representa para eles um aumento de salário de 50%. Alguns deles passam também a fazer parte de uma rede destinada a “apoiar” a orientação teológica através de panfletos e seminários.

Segundo um dos participantes, os temas abordados nesses seminários incluem “a obra que o Demônio vem realizando através do governo da Nicarágua e da teologia da libertação”, além de exemplos da perseguição movida contra as igrejas. Esses programas de “educação e orientação pastoral” constituem veículo particularmente estratégico para manipulação política, dado o eminente papel do pastor na comunidade local.

Na Costa Rica, o Centro Cristão, projeto financiado pela *Trans-World Mission*, também “educa” os pastores nicaraguenses. O Centro é administrado pelo evangelista Manuel Tijerino, nicaraguense de nascimento mas naturalizado costarricense, e conta com 22 auxiliares em regime de tempo integral e 300 organizações estudantis. Tijerino é também o representante para a América Central de uma agência holandesa/norte-americana chamada *Open Doors With Brother Andrew*, que até pouco tempo se dedicava a contrabandear literatura religiosa destinada à Europa Oriental e à China. O pró-



Num a reunião no Hotel Panamericano da cidade de Guatemala (1983), fala Hap Brocks. Sentado à sua direita, o ex-“boina verde” e atualmente homem de negócios, líder dos evangélicos guatemaltecos, John Carrette

“Nacia Report”

prio Tijerino era um “contrabandista de bíblias” destinadas a Cuba em 1962, e hoje remete bíblias “de contrabando” para a Nicarágua — atividade curiosa num país cujo governo distribuiu gratuitamente 300 mil exemplares do Novo Testamento em prosseguimento à sua cruzada de alfabetização. Mas a criação da imagem de uma igreja perseguida é fundamental aos planos de Tijerino.

Para Tijerino, a Costa Rica é a “Hong Kong” da Nicarágua — lugar onde ele pode produzir cassetes, manuais de treinamento, audiovisuais e outros instrumentos a serem usados nas “técnicas de sobrevivência” contra um governo “comunista”. Tijerino tem enviado dinheiro e materiais para a Nicarágua, por vias clandestinas, para promover a imagem de um governo sandinista pronto a “derrubar o cristianismo”. Seus Centros Cristãos — dois no México, um na Nicarágua, um em El Salvador, um na Guatemala, um na Costa Rica e um no Brasil — organizam células clandestinas e têm membros secretos, valendo-se das técnicas ensinadas pelo próprio Tijerino: “Estamos prontos. Quando vier a perseguição, não perderemos nossos jovens cristãos; eles estarão treinados para sobreviver clandestinamente”.

A sua seção de Manágua mergulhou na clandestinidade para “proteger a verdadeira igreja”. Abertamente, porém, remete às igrejas locais traduções em espanhol dos melhores testemunhos e livros “cristãos” de Miami, com títulos como “Eu Encontrei Cristo na União Soviética” e “Guerrilhas de Deus”. Desde a vitória da revolução nicaraguense, o Centro Cristão de Tijerino vem patrocinando viagens, com todas as despesas pagas, para que os pastores da Nicarágua possam visitar a Costa Rica e receber “orientação” bíblica.

Em 1981, Tijerino foi peça fundamental para o lançamento de um programa de cinco milhões de dólares destinado a “conquistar para Cristo 10 milhões de latino-americanos” em 1984-85. Trata-se da Aliança do Movimento Estudantil da América Latina (AME), criado por iniciativa da *Open Doors and Trans World Mission* durante uma reunião em Cuernavaca, México, à qual compareceram representantes norte-americanos das Assembléias de Deus, alguns presbiterianos e outros de outras seitas. De lá para cá, a *Campus Crusade for Christ* aliou-se à AME, que vem recebendo apoio e treinamento do Lindef na Costa Rica. Tijerino não poderia ter encontrado melhor parceiro.

A Campus Crusade

A *Campus Crusade for Christ* — conhecida na América Central como Cruzada Estudantil e Profissional em prol de Cristo ou “Movimento Alfa e Omega” — não é uma igreja ou seita, e sim uma agência “paraeclesiástica” destinada a apoiar os esforços organizacionais das igrejas locais. Além de granjear novos membros para as Assembléias de Deus locais e para as igrejas do Evangelho Inabalável, organiza também sua base para atender aos objetivos das organizações internacionais.

A *Campus Crusade* foi para a Guatemala em 1964 e espalhou-se rapidamente pelo resto da América Central de língua espanhola. Já em 1981, seus escritórios centro-americanos tinham 1.593 empregados assalariados e voluntários. Naquele ano, a *Campus Crusade* alegava ter convertido 43.400 novos cristãos, organizados em 233 “grupos de renovação”. Com pessoal local, cada escritório ensina “As quatro leis do espírito” e o “Mag-



Grupo protestante de El Salvador numa das suas atividades

nífico plano de Deus”, em traduções espanholas.

A teologia da *Campus Crusade* é mais rígida e conservadora do que a da maioria dos grupos evangelistas. A primeira das “quatro leis espirituais” é que “Deus tem um plano maravilhoso para a nossa vida”; “como pecadores impenitentes que somos”, não podemos conhecer esse plano; mas, reconhecendo “nossa pecaminosidade”, podemos descobrir o plano “através da oração e da leitura da Bíblia”. No decorrer de um curso de 40 semanas, a organização discretamente apresenta sua orientação política ao recém-convertido. “Precisamos estar preparados para a batalha espiritual”, diz um dos folhetos; “precisamos estar preparados para não permitir que o mundo, a carne ou o Diabo expulsem Deus do centro de nossa vida”.

O convertido deve abandonar o livre arbítrio, pois somente Deus (e não os seres humanos), pode mudar o mundo, e a única maneira de influenciar o que Ele faz é através da oração. Boletins nacionais circulam em toda a região, cheios de exemplos do poder da oração. Foi pela oração que um amigo não pereceu afogado numa cidade da Nicarágua; que uma bomba não explodiu numa igreja de San Salvador; que um ente querido “desaparecido” reapareceu na Guatemala.

A *Campus Crusade* vê-se a si mesma como uma organização que recruta tropas de choque para combater a teologia da libertação e desacreditar os pastores liberais, acusando-os de serem anticris-

“Nacia Report”
tãos. Para o diretor da sucursal da Costa Rica, “essa gente que anda pregando a teologia da libertação não passa de um bando de comunistas mascarados. Querem construir uma ponte entre a fé e o comunismo”.

O “lobby” pró-América

No decorrer da última década, surgiu uma geração de ativistas políticos entre as igrejas fundamentalistas e pentecostais e entre os setores conservadores das principais igrejas norte-americanas, quase todos dirigidos por Bill Bright. Esses ativistas vêm aliciando os pastores e as congregações para causas do interesse do governo dos Estados Unidos, como um maior orçamento de defesa nuclear, o envio de tropas norte-americanas para El Salvador, a guerra da CIA para derrubar os sandinistas e até mesmo a invasão de Cuba.

A campanha “Esta é a vida” surgiu inicialmente como o componente básico de um ambicioso plano político idealizado há uma década por Bill Bright e pelo ex-deputado John Conlan (repblicano do Arizona). Valendo-se do talento administrativo da *Campus Crusade* e das conexões de Conlan com a direita republicana, a campanha procurou consolidar-se através da impressionante rede que Bright havia estabelecido entre os pastores. Bright já havia demonstrado sua capacidade de organizar movimentos de massa como a *Explo 72* em Dallas (onde a CAM e outras missões têm suas sedes), que reuniram 85 mil pessoas em 65 eventos coordenados.

Em 1980, Bright foi co-diretor, com Pat Robertson (da *Christian Broadcasting Network*), de um evento de dois dias de duração, chamado “Washington por Jesus”, onde grupos rezavam para curar a fraqueza militar e a desordem econômica dos Estados Unidos. A tônica do evento pode ser representada por um desenho de Jesus chorando sobre o Sino da Liberdade. Metade do comitê coordenador do evento era composta de representantes da igreja pentecostal, inclusive Assembléias de Deus, a Igreja de Deus e outras seitas bastante sólidas na América Central. De lá para cá, Washington vem recebendo, a cada ano, grupos que realizam um dia de orações nacionais “de seguimento”, liderados por Bright e Zimmerman, o superintendente geral das Assembléias de Deus.

Enquanto isso, a nova organização de Conlan, a *FaithAmerica Foundation*, coordena outras atividades pelas “liberdades constitucionais americanas”, nas quais Reagan e outros são apresentados como capazes de constituir um elo entre a “fraqueza nacional” e a “missão cristã”.

À medida que Robertson, Falwell, Zimmerman e Bright batem com o punho fechado sobre a Bíblia e citam seus versículos, vão tecendo uma rede

que, ao nível local, alicia o apoio organizado à política externa de Reagan e maior apoio ainda aos investimentos da missão na América Central. Eles mantêm íntima ligação com alguns dos mais conservadores interesses políticos dos Estados Unidos, os quais atuam como doadores e membros da diretoria.

O Conselho Nacional da Voz Cristã, por exemplo, tem como membros o ex-chefe de Informações do Pentágono, um ex-sub-secretário da marinha e um general-brigadeiro do exército. A *Adolph Coors Foundation* (que administra a fortuna da cerveja Coors), financiadora do *think-tank* direitista intitulado *Heritage Foundation*, contribui também para a *Campus Crusade* e para a Maioria Moral.

Alguns desses esforços são orientados para as bases eleitorais; outros são chefiados por homens das mídias, como Falwell e Robertson. Em seu programa *Old Time Gospel Hour*, Falwell pede frequentemente maior apoio ao governo salvadoreño e a derrubada dos sandinistas. Pat Robertson foi um forte partidário de Ríos Montt, tendo procurado obter "helicópteros da misericórdia" para a Guatemala durante a proibição do Congresso de fornecimento de armas.

Embora os evangelistas norte-americanos não tenham levantado o bilhão de dólares que Ríos Montt dizia esperar deles, desempenharam importante papel de relações públicas para o general.

Várias igrejas norte-americanas promoviam o novo modelo guatemalteco em suas publicações e boletins, bem como através de sermões e orações. Uma lista de "finalidades de orações", por exemplo, distribuída por uma igreja presbiteriana da Carolina do Norte, recomendava a seus fiéis rezarem pelo governo da Guatemala e por sua campanha contra os rebeldes. Referindo-se ao programa de "aldeias estratégicas", pedia verbas para a compra de casas de alumínio "à prova de guerrilheiros", que "não podem ser queimadas".

Igualmente importante são as forças de organização de bases. A *Campus Crusade* é uma delas; outra são as Assembléias de Deus, que há 20 anos abandonou sua posição pacifista.

Embora o IRD (Instituto para a Religião e a Democracia, instituição neoconservadora, com sede em Washington) tenha poucos vínculos orgânicos com os evangelistas na América Central, a crise da região contribui para aumentar a importância do instituto, uma vez que, como a *Campus Crusade* e as Assembléias de Deus, o IRD vem tentando definir os parâmetros do pensamento e comportamento cristãos "legítimos". Aqueles que rejeitam a visão em preto-e-branco que o IRD tem do mundo são insultados como "apologistas da repressão" — e, conforme insinua o IRD, isso inclui muitos dos líderes eclesiásticos dos Estados Unidos.

Os protestantes conservadores norte-americanos sentem-se ameaçados pelos esforços centro-americanos em criar uma teologia local adequada às suas sociedades, porque esses esforços têm o hábito infalível de se colocarem politicamente "no lado errado". Nos Estados Unidos, a reação desses protestantes tem sido condenar esses cristãos como "comunistas" ou "aliados de comunistas", e apoiar um trabalho missionário e educativo mais intenso entre eles, segundo modelos missionários tradicionais.

Libéranos del yugo ¡Dános la Libertad!



¡Cristo es El Libertador...!

FDN

CON DIOS Y PATRIOTISMO DEFENDIAREMOS AL COMUNGINO
FUERZA DEMOCRÁTICA NICARAGUENSE

Cartaz impresso pela FDN, organização dos "contras" da Nicarágua, distribuído intensamente em todo o país na primavera de 1983

Ao mesmo tempo em que pedem que os cristãos denunciem os abusos contra os direitos humanos "onde quer que ocorram", o IRD e os protestantes conservadores, que pensam da mesma forma nos Estados Unidos, insistem em que "as necessidades da segurança nacional e da ordem internacional" devem ser respeitadas. Dada a definição do governo Reagan da "importância estratégica" da América Central, isto só pode significar uma coisa: que a direita religiosa sempre se oporá aos esforços dos cristãos centro-americanos de encarar a sua fé como um mandado de libertação. ●

Enquanto isso, na Nicarágua...

O CRISTIANISMO
É ISSO,
MEU FILHO:
SOFRIMENTO,
MORTIFICAÇÃO,
MARTÍRIO...



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

Quando se
pensa em banco
no Estado do
Rio de Janeiro,
tem um que está
na cabeça de
todo mundo.



**BANERJ
NA CABEÇA**

BANERJ

As coisas estão mudando.